



GÊNERO e GOVERNANÇA

Coletânea de Recursos de Apoio

**Justina Demetriades
Abril de 2009**

Justina Demetriades (autora) é uma pesquisadora da BRIDGE. Ela trabalha com uma série de questões de gênero e de desenvolvimento, inclusive: governança no contexto de ambientes de conflito e pós-conflito, indicadores com perspectiva de gênero, violência com base em gênero e mudança climática.

Esta Coletânea de Recursos de Apoio (SRC, em inglês) foi realizada com o apoio financeiro da Agência Suíça de Desenvolvimento e Cooperação (SDC), do Ministério de Relações Exteriores da Suécia, do Departamento de Desenvolvimento Internacional do Reino Unido (DFID) e do Governo do Canadá, por meio da Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional (CIDA). Nossos agradecimentos também à Irish Aid e à Agência Sueca de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional (Sida) por seu constante apoio ao programa BRIDGE.

Precisamos dar muito crédito à Gerente do BRIDGE Hazel Reeves por sua contribuição com o conteúdo deste relatório e com o apoio editorial. Nossos agradecimentos à equipe do BRIDGE pela contribuição com os sumários, ou edição deles, especialmente a Adrian Bannister, Alyson Brody e Paola Brambilla, e a David Bailey por sua assistência à pesquisa. Nossos agradecimentos também a Andrea Cornwall, Lorraine Corner, Jude Howell e Aruna Rao pela assessoria mais ampla a este *Cutting Edge Pack* e ao The Write Effect pela copidescação.

O programa BRIDGE foi criado em 1992 como um serviço especializado de pesquisa e informações de gênero e desenvolvimento, parte do Instituto de Estudos de Desenvolvimento (IDS), Reino Unido. O BRIDGE apóia a defesa de gênero e os esforços de integração realizados por formuladores de políticas e profissionais, construindo uma ponte sobre as lacunas entre teoria, política e prática com informações acessíveis e diversas sobre gênero. O programa faz parte de uma família de serviços de conhecimento localizada no IDS (<http://www.ids.ac.uk/go/knowledge-services>).

Outras publicações recentes da série *Cutting Edge Pack*:

- Gênero e Cuidado, 2009
- Gênero e Indicadores, 2007
- Gênero e Sexualidade, 2007
- Gênero e Comércio, 2006
- Gênero e Migração, 2005
- Gênero e TICs, 2004
- Gênero e Cidadania, 2004
- Gênero e Conflito Armado, 2003
- Gênero e Orçamentos, 2003
- Gênero e HIV e Aids, 2002
- Gênero e Mudança Cultural, 2002
- Gênero e Participação, 2001

Esses pacotes, assim como todas as outras publicações do BRIDGE, podem ser baixados gratuitamente no sítio do BRIDGE: <http://www.bridge.ids.ac.uk/>. As cópias impressas estão à venda na livraria virtual do IDS, em: <http://www.ids.ac.uk/ids/bookshop/index.html>, ou na livraria do IDS: Institute of Development Studies, University of Sussex, Brighton BN1 9RE, UK. E-mail: bookshop@ids.ac.uk, Telefone: +44 (0)1273 678269 Fax: +44 (0)1273 621202. O BRIDGE disponibiliza um número limitado de cópias impressas para as organizações do hemisfério sul, mediante solicitação (entre em contato com o BRIDGE para mais detalhes: bridge@ids.ac.uk).

Direitos Autorais do Instituto de Estudos do Desenvolvimento abril de 2009
ISBN: 978 185864 576X

Conteúdo

ABREVIATURAS	iv
1 INTRODUÇÃO	5
2 PANORAMAS GERAIS: GÊNERO E GOVERNANÇA	7
3 PRINCIPAIS CONCEITOS E PRINCÍPIOS.....	9
4 GOVERNO.....	20
5 GOVERNANÇA GLOBAL	45
6 SOCIEDADE CIVIL.	63
7 GOVERNANÇA, COMUNIDADE E O LAR	66
8 DETALHES DA REDE E DOS CONTATOS	69

ABREVIATURAS

BPfA	Plataforma de Ação de Pequim
CEDAW	Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres
CSW	Comissão sobre o Status das Mulheres
FMI	Fundo Monetário Internacional
GEAR	Reforma pela Igualdade na Arquitetura de Gênero
MDM	Meta de Desenvolvimento do Milênio
NWM	Mecanismo Nacional de Mulheres
OHCHR	Escritório do Alto Comissariado para Direitos Humanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial de Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OSC	Organização da sociedade civil
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SRC	Coletânea de Recursos de Apoio
UIP	União Interparlamentar
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
UNIFEM	Fundo das Nações Unidas para a Mulher
UN-INSTRAW	Instituto Internacional das Nações Unidas de Pesquisa e Capacitação para o Fortalecimento das Mulheres
VBG	Violência com Base em Gênero
WCAR	Conferência Mundial contra Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e outras Formas Relacionadas de Intolerância

1. INTRODUÇÃO

1.1 O que essa Coletânea de Recursos de Apoio traz?

Esta *Coletânea de Recursos de Apoio* (SRC) mostra o trabalho existente sobre gênero e governança. Ela apresenta uma combinação de documentos conceituais e de pesquisa, resumos de pesquisa, documentos de apoio, material de estudo de caso e ferramentas práticas de diversas regiões e disciplinas, com foco em diferentes aspectos de governança. Ao reunir várias perspectivas e abordagens de diversos contextos, esperamos proporcionar um melhor entendimento sobre a dinâmica de gêneros nas instituições globais em nível global, nacional e local, sobre o que precisa mudar para expandir a perspectiva de gênero na governança. Um importante objetivo da SRC é dar apoio a um diálogo maior e compartilhar as boas práticas com as pessoas que trabalham em questões de governança distintas, porém relacionadas.

De uma forma simples, a governança se refere às decisões tomadas por uma gama de pessoas interessadas (os *stakeholders*), inclusive aqueles que ocupam cargos formais de poder e cidadãos “comuns”. Essas decisões têm um grande impacto sobre as formas como as mulheres e os homens levam suas vidas, sobre as regras que eles devem seguir e sobre as estruturas que determinam onde e como eles trabalham e vivem. Elas também moldam como os recursos públicos são alocados e se os serviços levam em consideração as necessidades e os interesses das mulheres e dos homens. Até agora as mulheres, de forma geral, têm sido excluídas dos processos de decisão, desde o lar até os níveis mais altos de governo e, mais além, em nível global.

A SRC apresenta resumos e *links* para os principais recursos que dão informações adicionais e sugestões sobre a variedade de problemas e questões abordados no *Relatório de Panorama Geral*. Entre elas, podemos citar:

- Como podemos reconstruir os entendimentos, as metas e as práticas de governança para colocar a igualdade de gênero e a realização dos direitos no cerne deles?
- Como podemos analisar as instituições e os processos de governança a partir de uma perspectiva de gênero, para expor as políticas cegas ao gênero e as práticas discriminatórias?
- Como os governos, como instrumentos centrais e essenciais da governança, podem trabalhar e ser influenciados por outras instâncias de governança, tais como o lar, a comunidade, instituições nacionais ou globais?
- Como podemos facilitar a maior participação das mulheres nos processos de governança, desde o nível mais elevado até o de cidadão comum, além de encontrar estratégias para garantir que elas tenham a capacidade e apoio institucional para fazer diferença?
- Como podemos mudar as próprias instituições de governança para que atendam as diferentes necessidades das mulheres, combatam a desigualdade de gênero e promovam a realização dos direitos das mulheres?

- Quais mecanismos de responsabilização precisam ser implantados para garantir que as instituições de governança cumpram com seus compromissos de promover a igualdade de gênero, assumidos com a sociedade civil e os cidadãos?

A SRC também inclui a rede e detalhes de contato das organizações mencionadas no pacote. Os detalhes sobre como obter cópias ou baixar os textos integrais são apresentados em cada sumário. A maioria dos recursos do pacote está disponível para ser baixada gratuitamente da Internet.

A SRC faz parte do *Cutting Edge Pack* sobre gênero e governança. O pacote também inclui um *Relatório de Panorama Geral* e um boletim *In Brief* sobre o tópico. Baixe as cópias no endereço: <http://www.bridge.ids.ac.uk> ou entre em contato com o BRIDGE (bridge@ids.ac.uk) para obter mais informações.

1.2 Novos recursos

Como gênero e governança são tópicos tão em voga no momento, a produção de novos recursos sobre essas questões é constante. O sítio *Siyanda*, do BRIDGE, apresenta todos os recursos desta coletânea (busque 'governança'), assim como os materiais novos. Nós recebemos de bom grado as sugestões e apresentações de materiais sobre gênero e governança que serão incluídos no *Siyanda*. Consulte: <http://www.siyanda.org/>

2. PANORAMAS GERAIS: GÊNERO E GOVERNANÇA

Basu, A. (2009) 'Gender and Governance: Overview Report', *Cutting Edge Pack*, Brighton: BRIDGE/IDS
http://www.bridge.ids.ac.uk/reports_gend_CEP.html#Governance

Com seu foco em democracia, transparência, prestação de contas, cidadania inclusiva e processos participativos, as idéias e práticas de governança têm potencial para catalisar uma mudança real em termos de igualdade de gênero. No entanto, este potencial continua inexplorado. Este *Relatório de Panorama Geral* aponta a não oposição às relações desiguais de poder entre os gêneros e a outras formas de exclusão que, há séculos, fazem parte dos processos de governo e às instituições. Ele defende que a igualdade de gênero neste espaço de decisão é vital tanto para permitir uma mudança social de longo alcance quanto para dar poder às pessoas excluídas do processo decisório por causa de gênero. Houve algum progresso na remediação da desigualdade de gênero nos processos e instituições nacionais e locais de governança. Cabe aqui ressaltar a reforma eleitoral, que incluiu mais mulheres nas instituições governamentais, especialmente em nível local. Mas estes mecanismos não garantem qualidade e igualdade de participação nas instituições e nos processos de governança. Este relatório analisa como podemos assegurar que os princípios de governança inclusiva e responsável não fiquem somente na retórica. Por meio de um exame do trabalho inovador em gênero e governança, o relatório enfatiza onde estão as oportunidades para chegar a processos e instituições de governança que incluam a perspectiva de gênero.

O *Cutting Edge Pack* está disponível em inglês, francês, espanhol e português. As organizações do hemisfério sul podem solicitar cópias impressas gratuitas. Entre em contato com o BRIDGE em bridge@ids.ac.uk. O Pacote também pode ser baixado gratuitamente.

Nussbaum, M., Basu, A., Tambiah, Y. e Gopal Jayal, N., (2003) *Essays on Gender and Governance*, Nova Delhi: Centro de Desenvolvimento de Recurso Humano, PNUD Índia
<http://www.iknowpolitics.org/en/node/72>

Este sumário é uma adaptação dos documentos.

A relação entre gênero e governança costuma ser negligenciada tanto no trabalho conceitual quanto no empírico. Muito do pensamento político influente ainda se baseia nas percepções da separação entre os domínios 'públicos' da política, das questões militares e da administração e o domínio 'privado' da vida doméstica e familiar. Este livro é uma coletânea de documentos sobre gênero e governança, no contexto dos esforços do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para promover o desenvolvimento e o papel das mulheres nesse desenvolvimento. Embora tenha como foco a vida das mulheres, este livro é muito mais um estudo de 'gênero e governança' do que de 'mulheres e governança'. Assim, ele reconhece a variedade de normas sociais e expectativas que condicionam a vida das mulheres e que, portanto, qualquer estudo útil de gênero e governança deve entender a governança em seu sentido mais amplo, incluindo as formas como as estruturas sociais e administrativas afetam as capacidades dos membros e seu acesso às oportunidades.

Os documentos apresentados neste volume exploram vários fatores que influenciam o processo de produção da governança em sociedades complexas. Por exemplo, a Índia, em consequência da independência, vivenciou a elaboração de uma Constituição com um texto que protegia as mulheres contra a discriminação e criava um compromisso do Estado no sentido de trabalhar pela igualdade de gênero. Os documentos cobrem conceitos e textos, o impacto da desigualdade de gênero sobre a governança e onde se encontra o gênero no discurso de governança, com especial atenção aos papéis em mudança de vários atores como movimentos de mulheres, o Estado e a sociedade civil. Esses documentos analisam os avanços atuais que demonstram como as mulheres participam na governança e discute os obstáculos que ainda existem.

Waylen, G., (2008) 'Gendering Governance', em Goertz, G. e Mazur, A., (eds) *Politics, Gender and Concepts: Theory and Methodology*, Cambridge: Cambridge University Press, 2008, pp114–35

Este sumário é uma adaptação da fonte.

A governança se tornou um conceito central usado pelos formuladores de política e políticos em nível local, nacional, regional e global, assim como por cientistas políticos e outros cientistas sociais. Diante deste amplo quadro de atores e das diversas instituições e disciplinas usadas, a governança é um conceito notoriamente 'capcioso' e contestado, onde cada 'campo' tende a dar maior ênfase a algumas características associadas à governança do que a outras. No entanto, a maioria concorda que o avanço no uso da governança resulta de mudanças nas estruturas e nos processos de governo e do surgimento de novas formas de pensar a maneira de governar. Embora as perspectivas de gênero estejam ausentes em grande parte da literatura sobre governança, o trabalho de 'popularização' raramente vai além de mencionar as organizações de mulheres como novos atores políticos. E até o momento as críticas feministas desta literatura de popularização são escassas.

Este capítulo defende que, apesar da falta de 'gênero', a mudança de foco de governo para governança abre possibilidades para as cientistas políticas feministas que não se faziam presentes com o antigo foco no governo. Este amplo entendimento vai além do governo para questionar várias relações que estão em mudança – relações entre mercado e Estado, comunidades políticas do Estado e atores não estaduais, e as arenas do 'público' e do 'privado'. Este capítulo, juntamente com as recomendações de trabalho futuro, prioriza a produção de análises de instituições com base em gênero, dos atores e das relações entre eles e, especialmente, das relações em mudança entre o mercado e o Estado, assim como do papel dos cidadãos. Então, o objetivo não é jogar fora o conceito de governança, mas mudar seu conteúdo para refletir os entendimentos com base em gênero. Na realidade, a ciência política feminista e a ciência predominante têm muito a ganhar uma com a outra.

Este livro pode ser adquirido na Cambridge University Press. Veja:

<http://www.cambridge.org/us/catalogue/catalogue.asp?isbn=9780521723428&ss=fro>.

3. PRINCIPAIS CONCEITOS E PRINCÍPIOS

3.1 O que é governança?

‘Governança’ é um termo capcioso, que tem várias definições, dependendo de quem está falando sobre ele e do contexto onde é usado. De uma forma simples, a governança se refere às decisões tomadas por uma gama de pessoas interessadas (os *stakeholders*), inclusive aqueles que ocupam cargos formais de poder e cidadãos “comuns”. Essas decisões têm um grande impacto sobre as formas como as mulheres e os homens levam suas vidas, sobre as regras que eles devem seguir e sobre as estruturas que determinam onde e como eles trabalham e vivem. Para uma discussão sobre as diversas definições, consulte o *Relatório de Panorama Geral* neste *Cutting Edge Pack*.

3.2 Termos de governança

Muitas agências e organizações encaram a governança efetiva como o caminho, por exemplo, para a redução da pobreza e para sociedades mais iguais, democráticas e livres de corrupção. Alguns vêem o crescimento econômico e a eficiência como a melhor forma de alcançar essas metas. Para outros, a governança deveria promover justiça social e igualdade de gênero e, depois, a realização dos direitos de todos os cidadãos. Por sua vez, esses diferentes atores avaliam a efetividade ou eficiência de uma governança com base na responsabilidade, transparência, abrangência e responsividade das instituições de governança em relação a seus cidadãos. Esses princípios, se definidos, aplicados e medidos de modo a refletir as preocupações de gênero, podem melhorar o desempenho das instituições de governo.

Não há uma definição única de governança. As definições variam em termos de como as metas do governo são vistas (por exemplo, democracia, igualdade de gênero), os caminhos para essas metas (por exemplo, crescimento econômico, segurança) e os princípios que devem sustentar os processos de governança (por exemplo, prestação de contas aos cidadãos, aderência à regra da lei). O *Relatório de Panorama Geral* discute esses temas com mais detalhes e também como nós podemos incluir o gênero no entendimento dos temas. Contudo, aqui veremos especialmente os termos: prestação de contas, transparência, abrangência, democracia, direitos e cidadania.

3.2.1 Prestação de contas e transparência

Goetz, A.M., (2007) Political Cleaners: Women as the New Anti-Corruption Force?, *Development and Change*, Vol. 38. Nr. 1: 87–105

Este sumário é uma adaptação de IngentaConnect.

Há um mito que as mulheres são menos corruptas do que os homens. Alguns doadores de assistência mencionaram evidências estatísticas de que os países com maior número de mulheres na política e na força de trabalho têm níveis mais baixos de corrupção. O fato de esta conclusão poder ser explicada pelo fato de haver mais mulheres na política e na força de trabalho nas democracias liberais, que são menos corruptas do que os

regimes mais pobres e menos liberais, não reduz o fervor com o qual alguns atores de desenvolvimento têm defendido o papel potencial das mulheres na luta contra a corrupção. É claro que o mito da incorruptibilidade das mulheres não é novo. Ele se baseia na idéia que as mulheres têm inerentemente uma natureza moral mais elevada e uma propensão assumida de trazer essa natureza para a vida pública e, particularmente, para a condução da política. Depois de mostrar que alguns dos estudos recentes sobre gênero e corrupção registram as percepções sobre inclinações ao envolvimento em comportamento corrupto, este artigo sugere até certo ponto que a natureza com base em gênero do acesso à política e à vida pública molda as oportunidades para a corrupção. Além disso, a corrupção pode ser vivenciada de forma diferente pelas mulheres e pelos homens, com implicações para as estratégias anticorrupção. Uma análise da corrupção com base em gênero é, na realidade, uma boa porta de entrada para a análise da natureza da não prestação de contas com base em gêneros, assim como das lacunas específicas de gênero nos esforços atuais de promoção da boa governança.

Esta publicação pode ser adquirida na Wiley Publishing:

http://www3.interscience.wiley.com/aboutus/journal_ordering_and_payment.html

Ela também está disponível na Biblioteca Britânica de Estudos de Desenvolvimento (BLDS), que faz entrega de documentos e oferece um serviço de empréstimo de livros entre bibliotecas. Veja:

<http://blds.ids.ac.uk/docdel.html>.

Fundo das Nações Unidas para as Mulheres (UNIFEM) (2008) 'Quem responde às mulheres? Gênero e responsabilização, *Progress of the World's Women 2008/2009*, Nova York: UNIFEM

http://www.unifem.org/progress/2008/media/POWW08_Report_Full_Text.pdf

Em português: <http://www.unifem.org/progress/2008/media/PortuguesePOWW2008.pdf>

Este sumário é uma adaptação do relatório.

A evidência que aparece em todo o relatório sugere que, a despeito das garantias de igualdade, o progresso para muitas mulheres, particularmente as mais pobres e marginalizadas, tem sido bastante lento. Quem responde às mulheres? As falhas de responsabilização que reforçam a desigualdade de gêneros podem ser encontradas toda vez que os sistemas legais fecham os olhos para as injustiças que as mulheres sofrem; toda vez que os sistemas de serviço público respondem às necessidades das mulheres somente em relação a papéis tradicionais definidos; e toda vez que as estruturas de oportunidades nos mercados favorecem os empreendimentos dos homens ou limitam as mulheres a empregos vulneráveis ou de baixo retorno. A realização da igualdade de gêneros depende de construir uma responsabilização daqueles que detêm o poder em relação às mulheres, para que eles respondam pelos compromissos com os direitos das mulheres e igualdade de gênero.

Sugerimos um marco para a responsabilização ajustada a gênero, que contém dois elementos essenciais: (a) as mulheres devem participar de todos os processos de supervisão; e, (b) os sistemas de responsabilização devem transformar o progresso da igualdade de gênero e dos direitos das mulheres em um padrão de avaliação do desempenho dos funcionários. Este é um projeto tanto político quanto técnico. Melhorar a responsabilização em relação às mulheres requer mandatos mais fortes, indicadores de desempenho mais

claros, melhores incentivos e esforços de apoio sustentados. Ou seja, boa governança. Este relatório faz recomendações em cinco áreas onde o fortalecimento da responsabilização perante as mulheres é urgente: política, acesso a serviços públicos, oportunidades econômicas, justiça e a distribuição de assistência internacional para desenvolvimento e segurança (veja o quadro abaixo). Por fim, este relatório analisa as dimensões de igualdade de gênero das oito Metas de Desenvolvimento do Milênio (MDM) e conclui que a desigualdade de gênero é um importante fator restritivo à realização das MDMs.

Evidência de apoio do relatório Progresso das Mulheres do Mundo - 2008/2009

- O número de mulheres parlamentares em nível nacional aumentou em 8% entre 1998 e 2008, elevando a média global para 18,4%. Mas com essa taxa, a representatividade política das mulheres nos países em desenvolvimento não alcançará paridade até 2045. As cotas mostraram funcionar: as mulheres ocupam aproximadamente 19,3% das cadeiras parlamentares nos países que aplicaram cotas eleitorais, em comparação aos 14,7% nos países sem cota.
- A prestação de serviço que responde às necessidades das mulheres é um teste da responsabilização do governo. Mas as mulheres continuam a enfrentar significativas barreiras de acesso aos serviços de saúde, educação e apoio agrícola. Na África subsaariana, as mulheres gastam 40 bilhões de horas ao ano pegando água, o equivalente a um ano de trabalho da mão-de-obra na França. Em nível global, a mortalidade materna cai aproximadamente 0,4% ao ano, em comparação aos 5,5% necessários para alcançar os compromissos globais.
- As mulheres são particularmente vulneráveis às mudanças dos mercados globais, por causa da ausência de medidas de proteção. A crise de alimentos, por exemplo, tem graves efeitos sobre as mulheres que têm a responsabilidade principal de alimentar suas famílias. As taxas de emigração entre mulheres com educação terciária são maiores do que as dos homens em todas as regiões, exceto na América do Norte e, provavelmente, este fato tem impacto negativo sobre a liderança das mulheres nos países em desenvolvimento.
- Para melhorar o acesso das mulheres à justiça é necessário promover reformas com base em gênero na aplicação de lei e nas instituições informais de justiça. A presença de uma corporação da polícia composta exclusivamente por mulheres na Libéria, parte da força de paz, incentivou as mulheres a terem maior engajamento com a polícia, seja registrando suas queixas ou entrando para a polícia da Libéria.
- As instituições de ajuda multilateral e de segurança devem cumprir com seus compromissos em relação à igualdade de gênero e não há um mecanismo que abranja todo o sistema para avaliar a ajuda prestada à igualdade de gênero. A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) desenvolveu um Marcador de Igualdade de Gênero (MIG) que rastreia as alocações, mas menos da metade dos fundos elegíveis para 'triagem' usam o marcador. Desde a introdução do MIG, os valores destinados a gênero quase triplicaram entre 2002 e 2006, mas continuam a representar um pequeno percentual do total.

3.2.2 Abrangência

Pedwell, C. (2008) *Just Politics: Women Transforming Political Spaces, One World Action: Londres*

<http://www.oneworldaction.org/Resources/One%20World%20Action/Documents/PDF/JustPoliticsReport.pdf>

Este sumário é uma adaptação do relatório.

Em novembro de 2007, a ONG britânica *OneWorld Action* reuniu 40 mulheres e homens de diferentes países do hemisfério norte e sul para uma iniciativa única, chamada *Política Justa: As mulheres transformando os espaços políticos*. O diálogo explorou a diferença que as mulheres no poder podem fazer e como o envolvimento das mulheres na política pode ser apoiado e fortalecido. O relatório resume os eventos da semana e se concentra em dois temas principais: formas de aumentar a participação política das mulheres e estratégias para transformar os espaços políticos. Para aumentar a participação política das mulheres é necessário abordar as barreiras sociais e estruturais impostas à participação das mulheres na política, inclusive pobreza, políticas de exclusão, responsabilidade desproporcional das mulheres em relação ao trabalho doméstico, papéis e valores tradicionais de gênero, regimes de segurança intensificados, liberdades civis restringidas e a persistência da violência de gênero. As iniciativas de apoio para criar espaços seguros que permitam a participação política das mulheres é crucial para lidar com essas barreiras.

Porém, embora aumentar o número de mulheres na política seja crucial, não é suficiente. Uma vez no poder, as mulheres precisam se transformar em efetivas atoras políticas, para que possam transformar os espaços políticos e serem responsabilizadas, juntamente com os homens, pela igualdade de gênero e justiça social. Vários mecanismos de apoio podem ajudar as mulheres eleitas a serem efetivas atoras políticas: programas de capacitação e orientação; criação de espaços políticos seguros; criação de redes e alianças políticas; iniciativas de compartilhamento de informações; e, envolvimento significativo com a mídia. E a responsabilidade por lidar com as desigualdades de gênero não pode ser cobrada somente das representantes femininas. Uma ação integrada e harmoniosa dos governos, partidos políticos, instituições internacionais, sociedade civil, movimentos sociais e grupos de mulheres e feministas é essencial se quisermos que os sistemas e processos políticos sejam mais transparentes, participativos e responsáveis perante as necessidades das mulheres. Por exemplo, uma maior responsabilização pode e tem sido alcançada mediante o lobby efetivo de um envolvimento dos formuladores de política e profissionais.

3.2.3 Democracia

Goetz, A.M., (ed.), (2008) *Governing Women: Women's Political Effectiveness in Contexts of Democratization and Governance Reform*, Nova York: Routledge

Este sumário é uma adaptação de um resumo do UNRISD.

Apesar de a proporção de mulheres nas assembleias nacionais ser próxima a meros 16%, na média, há alguns exemplos interessantes: 49% da assembleia de Ruanda é composta por mulheres, na Argentina esse número é equivalente a 35% e as novas presidentas da Libéria e do Chile aumentaram as expectativas de uma tendência

de crescimento na representatividade das mulheres, que deve gerar grandes mudanças na qualidade da governança. Contudo, assumir um cargo público é só o primeiro passo no desafio de criar sistemas de governança e responsabilização que respondam às necessidades das mulheres e protejam seus direitos. Usando estudos de caso do mundo todo, inclusive da América Latina, do Oriente Médio, sul da Ásia e do sudeste da África, os documentos deste volume analisam: as condições de vínculos efetivos entre as mulheres na sociedade civil e as mulheres na política; a evolução das plataformas dos partidos políticos adequadas aos interesses das mulheres; arranjos do governo local que permitam o efetivo envolvimento das mulheres; e, mecanismos de responsabilização para responder às mulheres. Ele aborda questões que vão desde a reforma da administração pública e mulheres no processo de decisão na China, até questões mais abrangentes sobre mulheres no governo ou permitir que as mulheres governem, e as relações entre essas questões e a 'Agenda de Boa Governança'. O livro defende que a boa governança em uma perspectiva de gênero precisa mais do que ter mulheres na política. Ela precisa de mudanças fundamentais nos incentivos para orientar a ação pública e a política e, assim, apoiar a igualdade de gênero.

Este livro pode ser adquirido na Routledge. Veja: <http://www.routledge.com/books/Governing-Women-ISBN9780415956529>.

Pedwell, C. e Perrons, D. (2007) *The Politics of Democratic Governance: Organising for Social Inclusion and Gender Equity*, Reino Unido: One World Action

<http://www.oneworldaction.org/Resources/One%20World%20Action/Documents/PDF/ThePoliticsofGovernance.pdf>

Este sumário é uma adaptação do relatório.

A governança democrática envolve desenvolver instituições e processos com maior capacidade de responder à necessidade dos cidadãos comuns. Especificamente, ela busca promover maior participação dos grupos marginalizados nos processos políticos. Para tanto, ela aborda as desigualdades de gênero, classe, raça, etnicidade, casta, incapacidade e sexualidade, cobrando maior responsabilidade dos governos diante dos que são tradicionalmente excluídos da ação pública. Os processos políticos incluem tanto a política formal e organizada quanto o ativismo político não formal das organizações da sociedade civil (OSC) ou de movimentos sociais envolvidos com os governos locais e nacionais. A maioria dos Estados democráticos emprega um sistema de democracia representativa, onde os representantes eleitos têm a tarefa de agir no interesse do eleitorado. Neste contexto, as vozes têm se erguido em prol do desenvolvimento de formas de democracia mais participativas.

Este relatório se baseia em um seminário de dois dias organizado pela *One World Action* em Londres em 2007. O evento reuniu ativistas da linha de frente da construção da democracia na Indonésia, Guatemala, Brasil, Tailândia, Nicarágua, Filipinas, Malawi, Índia e Zâmbia com formuladores de política no Reino Unido e na Europa, para ver como os povos pobres e marginalizados podem ter voz nas decisões que afetam suas vidas. Os participantes analisaram os desafios que os grupos marginalizados enfrentam para organizar, se envolver e transformar os processos políticos. Se olharmos os exemplos de diversos contextos internacionais, as apresentações e discussões consideraram o potencial de novas estratégias e formas de envolvimento político

que buscam construir uma governança igualitária, com perspectiva de gênero, democrática e responsável. Os dois objetivos centrais do seminário foram: criar um ambiente de aprendizagem onde a informação, as habilidades e a experiência possam ser compartilhadas nos circuitos Sul – Sul, Sul – Norte, Norte – Sul e Norte – Norte e oferecer oportunidades para que os líderes da sociedade civil no hemisfério sul se envolvam diretamente e influenciem os formuladores de política e formadores de opinião do hemisfério norte.

3.2 Direitos

Cornwall, A. e Molyneux, M. (eds) (2007) *The Politics of Rights: Dilemmas for Feminist Praxis*, Londres: Routledge

Este resumo é uma adaptação dos resumos da Routledge e do Instituto de Estudos do Desenvolvimento.

Desde o final dos anos 90, as instituições de desenvolvimento têm usado cada vez mais a linguagem de direitos em sua política e prática. Mas o que a adoção de 'desenvolvimento com base em direitos' significou para a promoção dos direitos das mulheres no desenvolvimento? Toda essa nova conversa sobre direitos foi traduzida em qualquer mudança significativa na política e prática, que possa avançar a batalha por justiça social e de gênero? Como os direitos humanos são cada vez mais associados às agendas de desenvolvimento, envolvendo Estados e agências externas, avançar as agendas de direitos parece menos claramente 'progressivo' do que já pareceu. E talvez isso seja ainda mais verdadeiro com relação aos direitos das mulheres, que se tornaram cada vez mais um campo de intensas batalhas políticas. Este livro, que nasceu de uma oficina realizada no Instituto de Estudos de Desenvolvimento em setembro de 2005 sobre 'Perspectivas Feministas de Desenvolvimento com Base em Direitos' explora as estratégias, tensões e desafios associados ao 'trabalho de direitos', em uma perspectiva feminista. Os artigos do Oriente Médio, da América Latina e do leste e sul da Ásia analisam os dilemas que surgem a partir da ação feminista (colocar o conhecimento teórico na prática) nesses diferentes locais, além de abordarem a questão de quais direitos podem contribuir com as batalhas por justiça de gênero. Eles exploram a intersecção de direitos formais, sejam eles convenções de direitos humanos, direitos constitucionais ou legislação nacional, com a realidade cotidiana das mulheres em ambientes caracterizados por desigualdade de gênero e pobreza, sistemas legais plurais ou normas culturais que criam grandes obstáculos para a realização dos direitos. Embora as contribuições para o livro demonstrem como os desafios para realizar os direitos das mulheres continuam arraigados, elas também mostram sinais de esperança, especialmente para a crescente visibilidade das mulheres em seus esforços para fazer com que suas demandas sejam ouvidas.

Para adquirir uma cópia deste livro entre em contato com a Livraria do IDS no *Institute of Development Studies, University of Sussex, Brighton BN1 9RE, UK*. E-mail: bookshop@ids.ac.uk. Veja também: <http://www.ids.ac.uk/index.cfm?objectid=E80BFABB-9549-2232-92FAB39C75791648>. Também há cópias impressas na Biblioteca Britânica de Estudos de Desenvolvimento (BLDS), que faz entrega de documentos e oferece um serviço de empréstimo de livros entre bibliotecas. Veja: <http://blds.ids.ac.uk/docdel.html>.

3.2.5 Cidadania

BRIDGE (2004) 'Gender and Governance', *Cutting Edge Pack*, Brighton: BRIDGE/IDS (disponível em inglês, francês e espanhol) http://www.bridge.ids.ac.uk/reports_gend_CEP.html#Citizenship

Há pessoas para quem a cidadania é um local de realização, de poder e validação de seu lugar no mundo, uma forma de alcançar uma mudança positiva e obter um melhor padrão de vida para todos os grupos. Para outros, este pode ser um conceito maligno, exclusivo, alienador ou ameaçador, que só serve para marginalizar e excluir, aceitando uns e expulsando outros que não se encaixam na base de gênero, classe ou raça. Alguns podem argumentar que a cidadania é 'irrelevante' para a vida deles, vidas essas que já são muito cheias de pressão do cotidiano para pensar em participar de um processo de decisão mais amplo ou de lutas por direitos. Além disso, muitos dos trabalhadores de desenvolvimento alegam que o uso da linguagem e dos argumentos de cidadania é uma forma poderosa de trabalhar nos programas de desenvolvimento que buscam a igualdade de gêneros, se concentrando nas pessoas e em como elas interagem com as instituições. Este pacote analisa formas práticas de usar a cidadania para esses fins. Ele consiste de: um *Relatório de Panorama Geral* que esboça os principais argumentos e abordagens relativos à cidadania, gênero e desenvolvimento; uma *Coletânea de Recursos de Apoio* que apresenta resumos de estudos de casos, ferramentas, manuais e contatos; e um informativo *Gênero e Desenvolvimento em Resumo*, composto de três artigos curtos sobre o tema. O Pacote está disponível em inglês, francês e espanhol. As organizações do hemisfério sul podem solicitar cópias impressas gratuitas. Entre em contato com o BRIDGE em bridge@ids.ac.uk. O Pacote também pode ser baixado gratuitamente.

Montaño, S. et al. (2007) 'Contribuição das Mulheres para a Igualdade na América Latina e Caribe', documento de apoio preparado para a décima sessão da Conferência Regional sobre Mulheres na América Latina e no Caribe, Unidade de Mulheres e Desenvolvimento da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), Quito, 6 a 9 de agosto de 2007 (em inglês, espanhol, francês e português) <http://www.eclac.cl/id.asp?id=29400>

O padrão estrutural das desigualdades entre mulheres e homens costuma ser determinado por dois elementos chaves: seus níveis de participação na política e nos processos de decisão e suas contribuições para a economia (tanto remuneradas quanto não remuneradas). Apesar de um aumento geral no número de mulheres eleitas para cargos públicos nos últimos 20 anos, as taxas ainda são baixas. As reformas do sistema eleitoral (por exemplo, a introdução das leis de cotas) ajudaram, mas, para fazer uma diferença real, é necessário mudar outros aspectos da cultura política também. Por exemplo, as mulheres geralmente têm menos dinheiro do que os homens e não podem contar com as redes sociais com a mesma facilidade que eles. Além disso, elas têm menos tempo, por causa de suas obrigações do trabalho reprodutivo. No que diz respeito à contribuição das mulheres para a economia, elas dedicam um tempo considerável prestando cuidado às pessoas, independentemente de sua condição de emprego. No entanto, esta contribuição ao bem-estar da casa pode deixá-las em desvantagem quando elas tentam entrar no mercado de trabalho para obter independência econômica e avaliar os sistemas de proteção social relacionados ao mercado de trabalho, como as pensões. É necessário oferecer acesso universal à proteção social para promover a autonomia e o bem-estar das mulheres, fomentando a responsabilidade compartilhada por homens e mulheres pelo trabalho não

remunerado. Além disso, é necessário que o Estado e o setor privado desenvolvam uma ação pública mais abrangente para facilitar o trabalho de cuidado dos doentes, idosos e pessoas com necessidades especiais.

A fonte também está disponível em:

- Francês (tamanho do arquivo do documento: 2.500 KB) em: <http://www.eclac.cl/id.asp?id=29406>
- Espanhol (tamanho do arquivo do documento: 2.500 KB) em: <http://www.eclac.cl/id.asp?id=29399>
- Português (tamanho do arquivo do documento: 2.700 KB) em: <http://www.eclac.cl/id.asp?id=29408>

Yuval-Davis, N. (1997) 'Women, Citizenship and Difference', *Feminist Review*, No. 57: 4–27

http://www.siyanda.org/docs/davis_citizendifference.pdf

Em um mundo em globalização, onde o papel do local, do nacional e do global está mudando, o significado de cidadania também está mudando. Este artigo apresenta algumas discussões teóricas sobre gênero e cidadania. Ele argumenta que, ao invés de ver todo mundo como “o mesmo, a cidadania deveria ser entendida como algo de vários níveis, formado por diferentes posições segundo o gênero, a etnicidade e a localização urbana/rural”. O autor questiona as origens ocidentais da teoria da cidadania e se concentra nos membros da comunidade, nos direitos de grupo e na diferença social em contextos locais, nacionais e internacionais. O artigo aborda principalmente a forma como a divisão entre família / privado e político / público funciona para excluir certos grupos, especialmente as mulheres, da cidadania. Ele defende uma interpretação mais ampla, que não se concentra exclusivamente na relação entre as pessoas e o Estado. Uma teoria de ‘cidadania ativa’ pode promover a participação das mulheres e de outros grupos marginalizados em alguma forma de processo de decisão. Também pode assegurar que elas recebam os benefícios ou direitos resultantes do fato de ser membro da comunidade, tal como assistência social, que são necessários para criar as condições que permitam a participação das pessoas. Desta forma, a cidadania pode atuar como uma ‘ferramenta de mobilização política’ que vincula diferentes projetos feministas nas arenas locais e globais. Publicado originalmente pela *Feminist Review Ltd.*, este artigo está disponível gratuitamente on-line graças à permissão da autora e de Palgrave Macmillan. Apenas para uso pessoal.

3.3 Entendendo e monitorando as instituições de governança

Ashworth, G., (1996) *Gendered Governance: an Agenda for Change*, Nova York: PNUD

<http://nird.ap.nic.in/clic/rrdl100.html>

A governança é neutra em relação a gênero? As diferentes necessidades e prioridades das mulheres são consideradas quando as decisões e ações são tomadas? Os processos e estruturas de governança são altamente favoráveis aos homens. Reparar essas desigualdades significa mais acesso das mulheres ao poder e aos recursos. Este documento analisa as relações de gênero e como as mulheres se integram aos processos e estruturas de decisão nos cinco níveis de governança (o lar, a comunidade, o governo local, o governo nacional e a arena internacional). As barreiras que as mulheres enfrentam, inclusive nas estruturas democráticas, são identificadas. O documento cita exemplos das batalhas das mulheres pela representação na Índia, Namíbia,

África do Sul e Suécia. Ele faz recomendações para governança com base em gênero, inclusive reformas dos sistemas eleitorais e a introdução de oportunidade igual e programas de ação afirmativa, treinamento de gênero para os tomadores de decisão, a importância de lidar com a questão do desvio de gênero na linguagem e a implantação urgente das convenções internacionais.

3.3.1 Analisando as instituições

Kabeer, N. e Subrahmanian, R. (1996) 'Institutions, Relations and Outcomes: Framework and Tools for Gender-Aware Planning', Documento de Discussão 357 do Instituto de Estudos de Desenvolvimento, Brighton: IDS

<http://www.ids.ac.uk/ids/bookshop/dp/dp357.pdf>

Este sumário é uma adaptação do documento.

Há evidências bem documentadas que a não integração da consciência de gênero à política e aos processos de planejamento gera vários custos de igualdade, bem-estar e eficiência. Revendo as abordagens para levantar as questões de gênero no domínio político, este documento faz uma distinção entre integrar o gênero às preocupações políticas pré-existentes (com foco em eficiência, integração, mulheres na pobreza) e tenta transformar as agendas políticas sob uma perspectiva de gênero (com foco em igualdade, equidade, autonomia). Ele repensa os marcos e ferramentas de planejamento a partir de uma perspectiva de gênero, apresentando um marco institucional que reconhece as relações entre o lar, a comunidade, o mercado e o Estado.

O marco é aplicado ao processo de planejamento – análise de problema, elaboração de uma resposta, implantação e avaliação das intervenções – usando a experiência da Índia com intervenções de crédito para os pobres. Os pensamentos finais apontam o papel crítico que a participação pode desempenhar ao refletir as realidades dos excluídos do processo de desenvolvimento. Por fim, enfatiza os pontos de aprendizagem para contextos de treinamento e uma 'auditoria de gênero para intervenções de desenvolvimento', que resume as principais questões para garantir a consciência de gênero no processo de planejamento (Apêndice 1). O quadro abaixo apresenta como as instituições podem ser "desempacotadas" para um planejamento de conscientização sobre gênero e questões de gênero.

Desempacotando as instituições

Regras – (ou como as coisas são feitas): O comportamento institucional é governado por regras. Essas regras são diferentes padrões institucionais de comportamento nas leis e costumes oficiais e não oficiais, explícitos e implícitos nas regras, tradições e leis que limitam ou permitem o que é feito, como, por quem e quem se beneficiará.

Atividades – o que é feito: Essencialmente, as instituições são conjuntos 'auto-governados' de atividades, organizados para atender a determinadas necessidades ou em busca de metas específicas. Essas atividades podem ser produtivas, distributivas ou reguladoras e, por causa de sua natureza auto-regulamentada, tendem a gerar práticas de rotina. Portanto, a prática institucional é um fator chave na reconstituição da igualdade social, que deve mudar se quisermos mudar as relações desiguais.

Recursos – o que é usado ou produzido: Todas as instituições podem mobilizar recursos: humanos (trabalho, educação e habilidades específicas), materiais (alimento, patrimônio, terra, dinheiro) ou intangíveis (informação, influência política, boa vontade, contatos). As regras institucionais governam como esses recursos são alocados.

Pessoas - quem está dentro, quem está fora e quem faz o que: As instituições são compostas por categorias de pessoas, onde as regras e práticas da instituição determinam quem está incluído e quem está excluído, assim como a distribuição das tarefas, responsabilidades e recursos. Esses 'padrões' institucionais demonstram desigualdades sociais.

Poder – quem estabelece as prioridades e faz as regras: O poder está distribuído de forma desigual nas organizações, com conseqüente distribuição desigual de recursos e responsabilidades. As regras oficiais e não oficiais legitimam esta distribuição, dando a alguns atores institucionais a autoridade de interpretar as metas e necessidades institucionais, e mobilizar a lealdade, força de trabalho ou cumprimento dos outros. Então, os resultados da prática institucional refletem os interesses daqueles com poder de fazer as regras, assim como de mudá-las.

Adaptado de Kabeer e Subrahmanian, 1996, Figura 2.2.

**Goetz, A. (ed.) (1997) *Getting Institutions Right for Women in Development*, Londres: Zed Books **

Como criar uma rotina de igualdade de gênero nas organizações em desenvolvimento e combater a legitimidade das formas de organização social que discriminam as mulheres? Os autores nesta coletânea editada apresentam várias reflexões e propõem diversas soluções, inclusive:

- Os referenciais teóricos nos ajudam a entender os problemas da responsabilização organizacional e institucional em relação às mulheres, inclusive o impacto negativo da falta de mulheres no quadro de pessoal e da falta de conhecimento sobre as questões de gênero.
- A institucionalização da igualdade de gênero em nível estadual, mediante o estabelecimento de cotas mínimas de representação das mulheres, não terá sucesso a menos que as mulheres sejam representadas em todas as estruturas do Estado.
- Nós precisamos questionar nossas premissas que as ONGs são mais receptivas à igualdade de gênero.
- Se olharmos mais de perto a interface entre as organizações e seus clientes, veremos que mesmo na ausência de uma política de gênero, as mulheres podem usar sua agência para projetar adequadamente os recursos e tratar de suas próprias questões.
- Uma exploração das organizações de mulheres demonstra como elas podem ser limitadas por diferenças do poder interno e diferenças culturais de gênero.

A conclusão final deste livro é que as relações sociais embutidas nas instituições sociais e organizações de desenvolvimento que colocam as mulheres em desvantagem só podem ser mudadas por meio da batalha política.

3.3.2 Indicadores de governança com perspectiva de gênero

Scott, C. and Wilde, A. (2006) *Measuring Democratic Governance: a Framework for Selecting Pro-poor and Gender Sensitive Indicators*, Nova York: PNUD

<http://www.undp.org/oslocentre/docs06/Framework%20paper%20-%20entire%20paper.pdf>

Este estudo apresenta um referencial para criar indicadores pró-pobres e com perspectiva de gênero, para auxiliar os elaboradores de política a monitorar e avaliar a governança democrática em nível de país. O referencial é aplicado a sete áreas da governança democrática: desenvolvimento parlamentar, sistemas e processos eleitorais, direitos humanos, justiça, acesso à informação e à mídia, descentralização e governo local, e reforma da administração pública e esforços anticorrupção. Depois de definir o escopo de cada área de governança, é apresentado um conjunto de perguntas, seguido de duas matrizes de indicadores. A primeira matriz apresenta exemplos de indicadores pró-pobres, enquanto a segunda matriz apresenta indicadores com a perspectiva de gênero. Por exemplo, as perguntas abaixo pretendem mostrar alguns dos desafios que proíbem as mulheres e os pobres de exercerem seu direito ao voto:

- Qual a proporção de homens e mulheres em domicílios pobres que são elegíveis para votar e se registraram como eleitores?
- Quais os custos que os homens e mulheres em domicílios pobres enfrentam para votar, por exemplo, o tempo que leva para chegar às urnas, custo de transporte, intimidação e falta de segurança, e quantos destes riscos podem ser reduzidos?

Também são apresentados potenciais indicadores com perspectiva de gênero, tais como: rotatividade de eleitores entre as mulheres registradas em bairros pobres, gasto com programas especiais de educação cívica e eleitoral para as mulheres, prevalência das mulheres em bairros pobres, como indicativo do costume de as mulheres votarem segundo a indicação do pai, marido ou outra figura masculina, assim como o percentual de cadeiras no Parlamento nacional reservadas para as mulheres.

Para mais informações sobre o projeto do PNUD de Indicadores de Governança Pró-Pobre e com Perspectiva de Gênero para a Reforma Polícia, consulte o boletim informativo que o acompanha: PNUD (2005) *Framework for Piloting*, Nova York: PNUD em: <http://www.undp.org/oslocentre/docs06/Framework%20for%20piloting.pdf>.

O Centro de Governança do PNUD em Oslo disponibiliza mais documentos sobre o projeto do PNUD de indicadores de governança em: http://www.undp.org/oslocentre/flagship/governance_indicators_project.html.

4. GOVERNO

4.1 Panorama Geral

Randall, V. e Waylen, G. (eds) (1998) *Gender, Politics and the State*, Londres: Routledge

Este sumário é uma adaptação da fonte e de um resumo do Routledge.

Nas últimas duas décadas nosso entendimento sobre a relação entre gênero, política e o Estado se transformou. Este volume apresenta um panorama geral desta dinâmica e deste campo em expansão. Nós precisamos expandir o campo da política para que este inclua atividades geralmente realizadas pelas mulheres, que estão fora das fronteiras da política convencional e, portanto, geralmente não são consideradas 'políticas'. Com isso podemos analisar a forma como as atividades e os processos políticos moldaram e limitaram as relações de gênero, as identidades e as atividades das mulheres, inclusive a influência do Estado sobre a construção da divisão entre os domínios 'público' e 'privado'. Este livro explora alguns temas contemporâneos centrais, inclusive: as dificuldades de identificar e se organizar politicamente ao redor das diferenças e dos interesses de gênero; a necessidade de se envolver com o Estado e, ao mesmo tempo, reconhecer sua complexidade e variação; e, a necessidade de um conceito mais abrangente de política, que faça justiça às necessidades políticas das mulheres.

Os três primeiros documentos têm como foco principal as questões conceituais e teóricas: o significado de 'gênero', o papel do Estado na construção do gênero na esfera pública e privada e a representação política das diferenças de gênero na democracia liberal. Os outros seis apresentam uma análise de questões mais concretas do Estado político e da participação em diferentes contextos políticos nacionais: política de aborto na Irlanda, a política local de trabalho sexual na Bretanha, o impacto da participação política das mulheres na mudança econômica da China e da América Latina e na mudança política na Rússia, e o impacto de gênero dos programas do Estado de reforma agrária.

Este livro pode ser adquirido na Routledge: <http://www.routledge.com/books/Gender-Politics-and-the-State-isbn9780415164023>

Ela também está disponível na Biblioteca Britânica de Estudos de Desenvolvimento (BLDS), que oferece um serviço de empréstimo de livros entre bibliotecas. Veja: <http://blds.ids.ac.uk/docdel.html>.

4.2 Referenciais Nacionais

Os planos de ação governamentais de gênero podem fornecer um útil referencial para elaborar a legislação, por exemplo, e identificar as áreas principais ou prioritárias de ação em nível nacional. O exemplo abaixo de um plano de ação de gênero vem do Secretariado da Commonwealth. Embora este plano tenha sido elaborado por e para os países da Commonwealth, trata-se de um bom exemplo para os governos nacionais de forma mais geral.

Plano de Ação para Igualdade de Gênero 2005–2015

O programa de igualdade de gênero da Commonwealth é definido pelo Plano de Ação da Commonwealth para Igualdade de Gênero 2005–2015 (PoA). Ele apresenta um marco referencial no qual os países da Commonwealth avançarão seu compromisso com a igualdade e justiça de gênero. Com base nos desafios atuais e futuros, o PoA identifica quatro áreas críticas: gênero, democracia, paz e conflito; gênero, direitos humanos e lei; gênero, erradicação da pobreza e autonomia econômica; e, gênero e HIV/AIDS. Citamos abaixo exemplos de duas dessas áreas.

Área 1 – Gênero, democracia, paz e conflito

O trabalho nesta área busca fortalecer a democracia entre os países membros, especialmente mediante a promoção de uma meta mínima de 30% de participação e representação das mulheres no governo e nas decisões. Trata, ainda, das questões de construção da paz e gestão de conflito, inclusive mecanismos de alerta antecipado e a contribuição das mulheres para esses processos, através de capacitação, oficinas, conferências e assessoria técnica.

O impacto das questões relacionadas à participação política, paz e conflito não pode ser separados da meta mais geral de alcançar a democracia e a paz. O acesso das mulheres a esses processos demanda um compromisso de mudar o pensamento, mediante o apoio, a conscientização e a educação.

Nós pretendemos: demonstrar o impacto da contribuição das mulheres para a democracia, paz e gestão de conflito; promover responsabilização e representação equilibrada; harmonizar a legislação nacional aos compromissos internacionais; e, promover uma cultura de paz pela educação na Commonwealth.

Área 2 – Gênero, direitos humanos e lei

As mulheres e as meninas sofrem diferentes tipos de discriminação e desvantagens durante suas vidas. As desigualdades de gênero aumentam ainda mais essa discriminação e desvantagem. Para garantir a justiça de gênero, o PoA requer a aprovação e implantação de leis com abordagem de gênero, assim como a revisão de costumes, práticas e mecanismos nos países. As abordagens incluem apoio ao fortalecimento dos referenciais políticos, material de recurso, reuniões regionais e programas de treinamento.

Esta área crítica se concentra em: gênero, cultura, a lei e os direitos humanos; violência com base em gênero; tráfico de mulheres e meninas; migração de mulheres; e, marginalização das mulheres indígenas e tribais.

Adaptado do Secretariado da Commonwealth, 2005,

http://www.thecommonwealth.org/Internal/33902/38116/poa_2005_2015/. Para baixar o texto integral do PoA, consulte: http://www.thecommonwealth.org/shared_asp_files/GFSR.asp?NodeID=142576.

4.2.1 Sistemas legais e de justiça

Os referenciais legais, políticos e outros, em nível internacional, estadual e local, podem contribuir com um ambiente favorável à igualdade de gênero. Tal contribuição pode ser na forma de leis e políticas que definam explicitamente e criminalizem as manifestações de desigualdade de gênero, como violência com base em gênero, ou na forma da ausência de leis e políticas que implicitamente ignorem a discriminação de gênero.

Centro Regional de Bratislava, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (2003) 'Drafting Gender-Aware Legislation: How to Promote Gender Equality in Central and Eastern Europe and in the Commonwealth of Independent States (CIS)', Bratislava: PNUD da Europa Oriental e Fundo Sub-regional de Recursos da CIS

Inglês: <http://europeandcis.undp.org/gender/show/62D2D358-F203-1EE9-B0BB182FBC07C8CA>

Russo: <http://europeandcis.undp.org/gender/show/62D2D358-F203-1EE9-B0BB182FBC07C8CA>

Albanês: <http://europeandcis.undp.org/gender/show/67CC2FEE-F203-1EE9-B38D1E22CEDDA6B7>

Este é um manual produzido pelo PNUD – Europa Ocidental e o Fundo Sub-regional de Recursos da CIS, para apresentar diretrizes práticas para melhorar a abordagem de gênero da legislação e da política na prática. A existência de referenciais amplamente igualitários que surgiram das tradições comunistas na Europa Oriental, junto com a ratificação das leis internas que protegem os direitos das mulheres, levou à crença errônea que já que na teoria a lei não discrimina, não há necessidade de analisar mais a questão de igualdade de gênero. Contudo, a prática deixa claro que as mulheres ainda são discriminadas nos mercados de trabalho e sub-representadas na tomada de decisão. Em toda a Europa Oriental, o conhecimento dos formuladores de política sobre igualdade de gênero e direitos das mulheres é limitado. Este manual foi elaborado para lidar com essa lacuna de conhecimento e é composto de quatro partes. A parte um apresenta um panorama comparativa da legislação de gênero e da prática na Europa Oriental e Central, assim como na região da CIS. Ele enfatiza alguns dos desafios que a região enfrenta, enquanto também sublinha alguns progressos importantes alcançados. As partes dois e três têm um foco mais prático, apresentando uma abordagem abrangente para influenciar a legislação e os processos de implantação, com listas de verificação detalhas para referência na análise da legislação e sua implantação. Por fim, a parte quatro pretende servir de guia de referência para determinados padrões internacionais e boa prática, além de apresentar recursos adicionais.

ESTUDO DE CASO: Colocando em prática as leis de violência com base em gênero nas Filipinas

Estudo de caso com base em um artigo no Gênero e Desenvolvimento em Resumo, de Maritona Victa-Labajo (Diretora Executiva, Índice de Desenvolvimento Social (INDEX))

A violência com base em gênero (VBG) é um grande problema nas Filipinas, onde aproximadamente 9% das mulheres com 18 anos ou mais já viveram abusos físicos, muitas vezes em casa, nas mãos de um parente ou parceiro. Em resposta, novas leis foram aprovadas, garantindo ao poder estatal o poder necessário para intervir

em casos de violência doméstica ou abuso contra mulheres, que antes eram considerados assuntos privados que excediam à jurisdição do Estado. O poder da legislação pode ser observado na sua forma inovadora de introdução, com base no potencial dos processos de governança descentralizada para trazer mudanças, usando os sistemas locais existentes.

Foram criados processos participativos para instituições das unidades de governo locais em nível de *barangay* (vila), reconhecendo que a eficiência dessas leis depende de uma consciência pública adequada sobre a VBG e a 'adesão' das autoridades locais. Três vilas foram escolhidas para participar de um estudo piloto, junto com os representantes das OSC e grupos de mulheres. Os líderes da *Barangay* ficaram responsáveis por conscientizar os políticos eleitos e os funcionários. Para tanto, lançaram mão de eventos, publicaram materiais e realizaram seminários na comunidade. Em linha com essas atividades, o governo municipal criou um sistema claro de encaminhamento e um mecanismo de resposta interagencial para lidar com os casos relatados de abuso.

Nos três anos desde o lançamento do projeto, houve um aumento notável no número de casos de abuso denunciados. Os políticos eleitos e servidores públicos agora entendem melhor a VBG e as medidas legais pertinentes. As autoridades do governo da vila, local e municipal emitiram ordens de proteção contra os agressores. Além disso, o governo municipal ofereceu: assistência para as sobreviventes e suas famílias, inclusive assistência educacional para as crianças sobreviventes; assistência durante as audiências no tribunal; intermediação com a promotoria pública para assistência legal para apressar os processos; e, em alguns casos, encontrou abrigo para a família da sobrevivente.

Swayam Shikshan Prayog (SSP) (2001) Report on Legal Aid and Self Governance for Women in Community Alliance Building, Mumbai: SSP http://www.siyanda.org/docs/ssp_legalactivity.doc

Os projetos de desenvolvimento que melhoram a capacidade dos grupos marginalizados de ter acesso e influenciar os órgãos de decisão trabalham implicitamente, se não explicitamente, com os conceitos de cidadania. Este projeto em comunidades rurais indígenas nos distritos de Latur e Osmanabad demonstra como uma combinação de treinamento e facilitação pode realmente criar vínculos entre os grupos de mulheres e as diversas estruturas de decisão, em uma demonstração de uma 'criação de cidadania' criativa. Swayam Shikshan Prayog ('*Self-education for Empowerment*'), é uma organização não governamental (ONG), localizada em Mumbai, que desenvolveu um projeto em conjunto com Mahila Mandals, grupos comunitários de mulheres, em vários distritos de Maharashtra e Gujrat. O projeto busca desenvolver a capacidade dos grupos de mulheres, facilitando sua incorporação ao planejamento de desenvolvimento e à prestação de serviços básicos locais, tais como educação, saúde, manejo de água potável e planos de empréstimo/crédito. Para tanto, oferece informação, treinamento, processos participativos de avaliação comunitária e oficinas. Este processo também deu aos grupos de mulheres o papel de passar conhecimento a outros cidadãos sobre seus direitos e, portanto, melhorar o controle comunitário sobre esses serviços básicos, de uma forma mais geral.

4.3 Participação política das mulheres

4.3.1 Taxas de participação

Página web: União Inter-Parlamentar (UIP) (2009) *Women in Parliament*, UIP

<http://www.ipu.org/wmn-e/world.htm>

A União Inter-Parlamentar (UIP) mantém estatísticas atualizadas, apresentadas pelos Parlamentos Nacionais, sobre as taxas de participação das mulheres nos Parlamentos nacionais do mundo todo. Ela apresenta médias mundiais e regionais, discriminadas pelo número total de Membros do Parlamento para o Congresso e a Câmara de Deputados, depois discriminadas por gênero. A página apresenta *links* para dados comparativos por país, assim como dados sobre as assembleias parlamentares regionais, com um *link* para o banco de dados PARLINE, onde podem ser vistos os resultados detalhados das eleições parlamentares por país.

Médias regionais de mulheres no Parlamento			
	Casa única ou Câmara dos Deputados (percentual)	Senado (percentual)	As duas Casas juntas (percentual)
Países Nórdicos	41.4	---	---
Américas	21.7	20.3	21.5
Europa – países membros da OSCE* inclusive os países nórdicos	21.2	19.5	20.9
Europa – países membros da OSCE* excluindo os países nórdicos	19.3	19.5	19.3
Ásia	18.3	16.5	18.1
África subsaariana	18.0	21.2	18.4
Pacífico	13.1	32.6	15.2
Estados Árabes	9.7	7.0	9.1

As regiões estão classificadas em ordem decrescente do percentual de mulheres na Câmara dos Deputados ou na Casa única.

* Organização para Segurança e Cooperação na Europa.

Adaptado de UIP, <http://www.ipu.org/wmn-e/world.htm>, acessado em fevereiro de 2009.

4.3.2 Panoramas Gerais

“Sem a ativa participação das mulheres e a incorporação de suas perspectivas a todos os níveis de decisão, as metas de igualdade, desenvolvimento e paz não serão alcançadas”.

Plataforma de Ação de Pequim

A tabela abaixo apresenta um sumário útil de alguns dos fatores favoráveis e limitações à participação das mulheres nas decisões, segundo a *WOMANKIND Worldwide*:

Fatores favoráveis e limitações à participação das mulheres nas decisões

Fatores favoráveis à participação das mulheres nas decisões e na vida pública:

- Consciência sobre seus direitos e como reivindicá-los;
- Acesso à informação sobre leis, políticas e as instituições e estruturas que regem suas vidas;
- Confiança, auto-estima e as habilidades para mudar e desafiar as estruturas de poder existentes;
- Redes de apoio e modelos positivos de papéis; e,
- Um ambiente favorável, ou seja, um clima político, legal, econômico e cultural que permita que as mulheres se envolvam nos processos de decisão, de forma sustentável e efetiva.

Os fatores limitantes incluem:

- Dependência econômica e falta de recursos financeiros adequados;
- Analfabetismo e acesso limitado à educação e às mesmas oportunidades de trabalho que os homens;
- Atitudes culturais e sociais discriminatórias e estereótipos negativos perpetuados na família e na vida pública;
- Excesso de responsabilidades no lar;
- Intimidação, assédio e violência; e,
- Falta de acesso à informação.

As estratégias desenvolvidas pela *WOMANKIND Worldwide* incluem:

- Na Albânia – treinamento de apoio para as líderes, tanto existentes quanto potenciais, nas eleições locais e nacionais, além do trabalho com uma ampla gama de atores, inclusive jornalistas e políticos, para mudar as atitudes negativas e criar um ambiente favorável à participação das mulheres;
- No Afeganistão – treinamento em saúde básica e alfabetização e educação em direitos humanos, para oferecer às mulheres as habilidades práticas que elas precisam para participar do desenvolvimento, além

do apoio ao lobby dos tomadores de decisão para aumentar a representação das mulheres em todos os níveis de governo; e,

- Na Índia – apoio à educação e ao treinamento para as mulheres da *dalit* mais pobre e marginalizada e das comunidades tribais no Estado de Tamil Nadu, para que elas adquiram confiança e habilidades para falar sobre as questões que as preocupam, tais como eletricidade e água para suas comunidades. Algumas mulheres se candidataram às eleições para a câmara de vereadores, quando 50% delas foram eleitas.

(Adaptado da página da WOMANKIND Worldwide – <http://www.womankind.org.uk/womens-civil-and-political-participation.html> – de Brody, Demetriades, Esplen, 2008.)

Instituto Internacional para Democracia e Assistência Eleitoral (IDEA) (2005) *Women in Parliament – beyond numbers, a revised edition*, Estocolmo: IDEA

http://www.idea.int/publications/wip2/upload/WiP_inlay.pdf

Este sumário é uma adaptação de um resumo do IDEA.

Este manual cobre o acesso das mulheres à legislação, em três passos: (1) ele analisa os obstáculos que as mulheres enfrentam para ingressar no Parlamento, sejam políticos, socioeconômicos, ideológicos ou psicológicos; (2) apresenta soluções para superar esses obstáculos, tais como mudar os sistemas eleitorais e introduzir o sistema de quotas; e, (3) detalha estratégias para que as mulheres influenciem a política quando são eleitas para o Parlamento, uma instituição que é tradicionalmente dominada pelos homens. Escrito por políticos, pesquisadores e ativistas, o manual é dirigido principalmente às mulheres que são membros do Parlamento e as que estão concorrendo a um cargo político. Também é útil para uma grande variedade de atores que trabalham para promover a participação e representação das mulheres nas estruturas políticas, assim como para membros da sociedade civil, inclusive ativistas, acadêmicos, pesquisadores, jornalistas e outros que trabalham para fazer as mulheres progredirem na política.

O manual inclui estudos de caso da Argentina, de Burkina Faso, do Equador, da França, da Indonésia, de Ruanda, da África do Sul e da Suécia, assim como panoramas regionais do mundo árabe, da América Latina, do sul da Ásia e um estudo de caso sobre a UIP. O primeiro manual *Women in Parliament: Beyond Numbers* foi produzido como parte do trabalho do IDEA sobre as mulheres e a participação política, em 1998. Nos sete anos desde o primeiro manual, o quadro da participação política das mulheres mudou vagarosamente. De forma geral, a última década viu um progresso gradual em relação à presença das mulheres nos Parlamentos nacionais. Com este manual, o foco muda de ter mais mulheres eleitas para o Parlamento, para oferecer às eleitas os meios para causarem maior impacto sobre a política. As principais conclusões incluem:

- Não se trata só de números – embora seja necessária uma massa crítica de mulheres para assegurar a representação feminina, a qualidade desta representação também é muito importante. O treinamento é crucial para evitar a armadilha de eleger mulheres ‘laranja’.
- Perspectivas de gênero e não questões de gênero – as mulheres eleitas para o Parlamento mudam a política em nível global: elas introduzem uma perspectiva feminina em todas as áreas da vida política e não se limitam a questões de gênero.

- Representação significa mais do que políticos eleitos – significa que é preciso que mais mulheres tenham assento na mesa do Conselho de Ministros, mais mulheres devem ser nomeadas para altos cargos de decisão e mais vozes femininas devem ser ouvidas e participar da realização da reforma ou transformação política.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (2000) *Women’s Political Participation and Good Governance: 21st Century Challenges*, Nova York: PNUD

http://www.iknowpolitics.org/files/Gender%20issues%20in%2021%20century_UNDP.pdf

Este sumário foi elaborado por Lina Hamadeh-Banerjee e Paul Oquist.

A entrada das mulheres no reino da governança e sua presença e voz nas estruturas políticas são centrais para o exercício da cidadania. A influência nas políticas que afetam suas vidas é prejudicada pela localização primária das mulheres nas áreas privadas e não políticas da família e da comunidade. O baixo número de mulheres em cargos políticos também tem relação com o alto índice de mulheres vivendo em pobreza. O foco sobre o acesso das mulheres aos cargos, como um elemento de sua cidadania, é essencial para as metas de desenvolvimento. Primeiramente, esta publicação revê as estratégias e tendências na participação política das mulheres, defendendo a necessidade de entender como a participação das mulheres pode influenciar a política. Ela pode, por exemplo, levar à introdução de políticas com perspectiva de gênero ou promover mudanças no trabalho diário das instituições sociais e políticas. São apresentados quatro estudos de caso: mulheres e democracia nas bases na Índia; a Iniciativa de Orçamento das Mulheres Sul Africanas; influenciando o desenvolvimento político e socioeconômico em Uganda através de uma Convenção Política das Mulheres; e uma campanha contra a VBG na chamada esfera ‘privada’ na América Latina e no Caribe.

4.3.3 Sistemas de Cotas

Dahlerup, D. (2005) ‘Increasing Women’s Political Representation: New Trends in Gender Quotas’, *Women in Parliament – beyond numbers*, Capítulo 4, Estocolmo: Instituto para Democracia e Assistência Eleitoral (IDEA)

http://www.idea.int/publications/wip2/upload/4._Increasing_Women's_Political_Representation.pdf

Este sumário é uma adaptação do capítulo.

O objetivo das cotas eleitorais é aumentar e salvaguardar a presença das mulheres nos Parlamentos. As cotas para mulheres significam que as mulheres devem constituir um determinado número ou percentual dos membros de um órgão, seja uma lista de candidatos, uma assembléia parlamentar, um comitê ou um governo. Há três formas principais nas quais as cotas podem funcionar:

- As cotas de candidatos especificam o percentual mínimo de candidatas para uma eleição. Esses mínimos também se aplicam às listas de candidatos à eleição, elaboradas pelos partidos políticos.
- As cadeiras reservadas significam que um determinado número de cadeiras é separado para as mulheres.

- As cotas neutras de gênero especificam que nem os homens nem as mulheres devem ocupar mais de 60% ou menos de 40% dos cargos em uma lista do partido ou em um órgão de decisão.

O capítulo observa que, em 2005, mais de 40 países haviam introduzido cotas eleitorais. Conseqüentemente, os países em desenvolvimento, inclusive a Índia, Costa Rica, Moçambique, Ruanda e a África do Sul alcançaram níveis de representação política feminina semelhantes aos dos Estados nórdicos, que até agora obtiveram o maior avanço neste sentido. Por exemplo, na Índia agora há uma exigência constitucional que 33% dos assentos nos órgãos locais eleitos nas cidades e no interior (os *panchayats*) sejam reservados às mulheres. O sistema resultou na eleição de milhões de indianas para os conselhos locais. No entanto, o capítulo adverte que as cotas não bastam. As evidências mostram, por exemplo, que a introdução de cotas que exigem um mínimo de 30% de cada gênero na lista eleitoral não resulta automaticamente em as mulheres ganharem 30% dos assentos, geralmente porque elas estão no final da lista. O capítulo clama por maior responsabilização sobre o uso das cotas, por exemplo, o órgão de gestão eleitoral deve rejeitar listas de candidatos que não cumpram com essas exigências.

Espine-Villaluz, S. e Reyes, M. (2001) *Guide to Launching a National Campaign for 50/50 in Government*, Cidade de Pasig: Centro para Desenvolvimento Legislativo (CLD)

http://www.un.org.vn/undp/projects/vie02007/PM_2006/Campaign50-50ingovernment.pdf

É necessária uma proporção de 50% de mulheres e homens para garantir a democracia, os direitos humanos e a representação das necessidades e dos interesses das mulheres. O estabelecimento de metas numéricas, com prazo definido, é essencial para fazer com que os governos traduzam os compromissos em ação. A parte um se concentra em 'entender o equilíbrio de gênero no governo', explicando 'o que', 'por que' e 'como'. A parte dois aborda o ativismo ou as ONGs, em quatro passos práticos para desenvolver uma campanha de equilíbrio de gênero em nível nacional: como avaliar o ambiente da campanha; como planejar o lançamento nacional, inclusive sua elaboração, logística e a mobilização para o lançamento; como desenvolver as atividades posteriores ao lançamento, tais como avaliação e documentação; e, como desenvolver o plano de ação da campanha. Apresenta exemplos e passos de materiais de mídia e publicidade, como a coleta de dados, a obtenção de apoio ou "construção de eleitorado" e as estratégias para o apoio legislativo, tal como a preparação de projetos de lei e organização de fóruns de discussão.

Jayal, N. G. (2006) 'Engendering local democracy: The impact of quotas for women in India's panchayats', *Democratization*, Vol. 13. Nr. 1, 15–35, Londres: Routledge

Este sumário é uma adaptação do estudo.

A maior participação das mulheres nas instituições locais de governança gerou resultados que contribuam para a igualdade de gêneros na Índia? Em 1992, o Parlamento da Índia aprovou duas emendas constitucionais que buscavam democratizar a governança local e produzir: a criação de instituições locais de governança, conhecidas como *panchayats*, e a introdução de cotas eleitorais que exigem que um percentual mínimo de candidatos eleitorais seja composto por mulheres. O estudo observa que o primeiro turno das eleições para as

panchayat trouxe mais de 700.000 mulheres para as instituições *panchayati raj*. Com poucas exceções, a maioria dos Estados atingiu, alguns chegando a exceder, a representação mínima exigida de um terço de mulheres entre os candidatos. O estudo observa que a participação feminina nas reuniões da *panchayat* foi, de forma geral, alta, e uma grande variedade de estudos realizados em diferentes partes da Índia sugere que quando entram para a *panchayat* as mulheres tendem a abordar das necessidades das mulheres. Por exemplo, em uma vila as representantes femininas trabalharam em planos para trazer água encanada para a vila. Outros relatórios mostram que elas ajudam a aumentar a atenção à educação das crianças e a melhorar a infraestrutura, tal como construção de estradas e fornecimento de eletricidade. Também há evidências que o envolvimento nas *panchayats* permite que as mulheres combatam as desigualdades de gênero socialmente enraizadas. Por exemplo, elas conseguiram reconhecer que o analfabetismo e a falta de educação podem prejudicar uma efetiva participação nas atividades públicas. Consequentemente, as mulheres começaram a insistir que suas filhas tenham ensino antes de se casarem.

Contudo, este estudo mostra as limitações, tanto de desenho institucional quanto de desigualdades sociais de gênero e casta, que inibem uma participação mais integral e efetiva das mulheres. Por exemplo, houve relatos que algumas mulheres que tentaram concorrer às eleições ou assumir um papel de liderança no processo de decisão, e foram abusadas verbal ou fisicamente. Então, embora as cotas permitam que as mulheres abordem suas necessidades e interesses práticos de gênero, a realização dos interesses estratégicos anda a um passo um pouco mais lento.

Este estudo pode ser adquirido na Routledge. Veja: <http://www.routledge.com/>. Também há cópias impressas na Biblioteca Britânica de Estudos de Desenvolvimento (BLDS), que faz entrega de documentos e oferece um serviço de empréstimo de livros entre bibliotecas. Veja: <http://blds.ids.ac.uk/docdel.html>.

ESTUDO DE CASO: Kantengwa, M. J. (2007) ‘Political Reform to Increase Quotas for Women in Parliament: “The Use of Electoral Gender Quotas in Rwanda”’, estudo apresentado no seminário Caminhos para o Poder, Congresso Nacional do Brasil, Brasília, junho de 2007.

Este sumário é uma adaptação da apresentação.

As cotas eleitorais de gênero aceleraram o aumento na representação de mulheres no Parlamento de Ruanda, com 48,8% dos assentos parlamentares, o maior no mundo depois das eleições multipartidárias. Embora o uso de cotas eleitorais de gênero seja um mecanismo útil e importante, diversos fatores produziram o sucesso de Ruanda. Por exemplo, o gênero foi integrado às iniciativas de construção da paz e, além disso, os direitos das mulheres e meninas foram reconhecidos nos planos de desenvolvimento nacionais, em programas de educação e saúde e na propriedade de imóveis, enquanto a luta contra a VBG e, especialmente, contra a violência contra as mulheres, se tornou o cerne da atenção nacional. As mulheres trabalham principalmente na reconstrução física e social de Ruanda, na repatriação e reintegração de refugiados e nos programas de cura social, unidade e reconciliação. Os desafios da reconstrução nacional deram oportunidades para que as mulheres de Ruanda mostrassem suas habilidades e, ao mesmo tempo, boas oportunidades de ensino para os homens e para a sociedade de Ruanda para que, aos poucos, se livrassem dos preconceitos e dos estereótipos de gênero tradicionais.

Esta apresentação enfatiza a história de Ruanda e sua transformação socioeconômica nos anos que seguiram ao genocídio de 1994. Ela mostra como os papéis socioeconômicos das mulheres mudaram depois do genocídio, assim como a forma como as mulheres eram vistas. Por outro lado, analisa diversos fatores que levaram ao aumento do número de mulheres no Parlamento:

- A vontade política e o compromisso do Presidente de Ruanda, que repetidamente lembrou aos ruandeses que a participação das mulheres é um direito humano, assim como uma estratégia de desenvolvimento.
- Senso de oportunidade, reconhecendo que os períodos de transição são quando os cidadãos e os políticos estão mais abertos à mudança e a elaborar uma constituição com perspectiva de gênero. O período pós-conflito também é essencial para garantir que os princípios do direito internacional sejam integrados às constituições nacionais.
- O envolvimento de homens desde o início, fazendo lobby junto a eles e construindo parcerias com homens formadores de opinião.
- A consolidação e o fortalecimento do mecanismo de gênero, tal como o Ministério de Gênero, conselhos de mulheres, organizações de mulheres, ligas femininas e reuniões partidárias de mulheres, são úteis para aprimorar e manter as condições favoráveis.
- As leis que colocam as desigualdades ou outras formas de discriminação contra as mulheres como inaceitáveis.
- Contar com uma política nacional de gênero inclusiva, com um claro plano de ação para institucionalizar as abordagens de gênero para o planejamento, programa e orçamento.

Por fim, o uso de cotas eleitorais de gênero é uma ferramenta valiosa, mas as mulheres devem usar esta oportunidade de ação afirmativa, enquanto ela persiste, para se mobilizarem em uma massa crítica capaz de levar a igualdade de gênero para outras áreas da vida, além do número de mulheres no Parlamento.

Para obter mais informações, consulte: www.pathways-of-empowerment.org.

4.3.4 Capacitação

Centro para o Desenvolvimento Legislativo (1999) *Legislative Advocacy for Women's Rights: Training Candidates for Local Elections in Cotabato, Philippines*, Washington, DC: Centro Internacional de Pesquisa sobre Mulheres e o Centro para Atividades de Desenvolvimento e de População

<http://www.iknowpolitics.org/files/Legislative%20Advocacy%20for%20Women's%20Rights%20Cotabato.pdf>

O projeto de apoio legislativo foi criado em Cotabato, onde uma grande população mulçumana havia começado, recentemente, a se envolver nos processos políticos. O objetivo do projeto era aumentar o envolvimento das mulheres no governo local neste momento crítico. Entre os participantes, havia agricultores, trabalhadores de saúde e professores da escola, metade deles sem qualquer histórico de envolvimento em atividades políticas. O projeto tinha duas fases. A fase um organizava o treinamento em conscientização e campanha política. A fase dois criava uma aliança de mulheres defensoras, KABARO, para garantir o apoio contínuo, a consolidação das habilidades e o desenvolvimento da estratégia. Os membros da KABARO conscientizaram e mobilizaram as

mulheres para que elas fizessem lobby junto aos funcionários do governo local para melhorar a prestação de serviços como assistência à saúde e água limpa. A KABARO também fornece informações sobre gênero a agências governamentais e não governamentais. O projeto resultou em um aumento no número de mulheres eleitas para as cadeiras e no número das mulheres eleitoras. Também houve maior compromisso com os serviços e programas que beneficiam as mulheres. As recomendações incluem:

- Há uma necessidade de conscientizar os políticos eleitos e o público em geral sobre os problemas que as mulheres enfrentam na política e sobre como lidar com as questões de gênero no planejamento.
- O treinamento deveria se basear nas habilidades específicas da comunidade.
- São necessários manuais de fácil utilização e é necessário solicitar um feedback.
- É importante levar em consideração a natureza de longo prazo da mudança legislativa.
- As redes de apoio que oferecem conhecimentos, ferramentas e um fórum de discussão são vitais para manter as condições favoráveis e os ganhos políticos.

4.4 Mecanismos nacionais de gênero

Os Mecanismos Nacionais de Mulheres (NWM), ou Institutos de Mulheres, são reconhecidos pelos governos como a unidade focal para a promoção da igualdade de gênero. Esta é a instituição pela qual o processo de integração de gênero é implantado, monitorado e avaliado em nível nacional. A implantação de princípios e compromissos voltados a gênero e a criação de um ambiente com a perspectiva de gênero, no entanto, não são responsabilidade exclusiva dessas unidades, mas também de todos os órgãos do governo e de outras autoridades.

Extraído da página do Secretariado da Commonwealth,
<http://www.thecommonwealth.org/Templates/Internal.asp?NodeID=33978>, acessado em fevereiro de 2009

Byrne, B., Laier, J.K., Baden, S. e Marcus, R. (1996) *National Machineries for Women in Development: Experience, Lessons, and Strategies for Institutionalising Gender and Development Policy and Planning*, relatório BRIDGE 36, Brighton: BRIDGE/IDS <http://www.bridge.ids.ac.uk/Reports/re36c.pdf>

Este sumário é uma adaptação do estudo.

O que os governos nacionais têm feito para promover a condição das mulheres? Os governos têm criado comitês, divisões e departamentos de mulheres, mas eles têm algum impacto? Este relatório analisa a experiência desses NWM, com base em casos de países em desenvolvimento. Ele conclui que para ser mais efetivo, os NWM devem se reestruturar para que as preocupações das mulheres sejam completamente integradas às estratégias e atividades dos governos e das ONGs. Diversas limitações políticas, institucionais e financeiras restringem a efetividade dos mecanismos nacionais, inclusive:

- **Mudanças conceituais no discurso sobre as mulheres no desenvolvimento e gênero no desenvolvimento.** Esses conceitos têm criado alguma confusão, por exemplo, entre objetivos de bem-estar e de igualdade e as necessidades estratégicas e práticas, que raramente são traduzidas em claras metas políticas.
- **A falta de um forte mandato devido ao** fraco compromisso de alto nível e a dependência de financiamento externo.
- **Papéis conflitantes.** Há uma tensão entre os papéis de assessoria, apoio e supervisão política, papéis de monitoramento e envolvimento direto nos projetos, cada um com exigências de diferentes habilidades e culturas institucionais. De forma geral, este conflito leva a uma sobrecarga de atividades, com os NWM batalhando para causar impacto em qualquer área.
- **Financiamento insuficiente dos NWM.** A evidência sugere que os NWM são financiados de forma insuficiente, além de serem sujeitos a cortes orçamentários. Como as questões de gênero não são priorizadas na burocracia, os níveis de funcionários são restritos e a qualidade e o escopo das atividades são limitados.
- **Resistência burocrática.** Os interesses e a rivalidade entre setores impedem a análise de questões transversais, tais como gênero, que exigem uma abordagem coordenada. Os ministérios de mulheres, ávidos por proteger seu “torrão”, se concentram em atividades de visibilidade que atrairão o financiamento de doadores. A natureza pessoal e política do gênero se une à resistência dos funcionários do governo em analisar essas questões.
- **Falta de autonomia.** Como os ministérios de mulheres são sabidamente vinculados aos interesses políticos dos partidos (geralmente através de suas alas de mulheres) ou das famílias governantes, os NWM podem se tornar nada além de um veículo para promover e legitimar o partido governante. Essas conexões dificultam bastante as relações com os movimentos autônomos de mulheres.

4.5 Estados pós-conflito

Os ambientes pós-conflito são as principais janelas de oportunidade para mudança, com a mudança de um foco sobre atender as necessidades imediatas e oferecer proteção durante o conflito, mediante intervenções humanitárias, para iniciativas de desenvolvimento de longo prazo, tais como favorecer a igualdade de gênero. Esses períodos de transição e a formulação de novos mecanismos governamentais dão oportunidades para a criação de novos referenciais e políticas de gênero. Um bom exemplo foi a assinatura do Pacto Abrangente de Paz com o Sudão do Norte e o surgimento, em 2005, do novo Governo do Sudão do Sul (veja o estudo de caso abaixo). As fontes nesta seção apresentam visões sobre os desafios e as oportunidades de integrar as preocupações de gênero à resposta ao conflito e à reconstrução pós-conflito. A propriedade nacional das políticas com foco em gênero é essencial para assegurar que as mudanças sejam apropriadas para o contexto e para assegurar a boa vontade em relação à sua implantação. Dois instrumentos da ONU são particularmente importantes (veja o quadro abaixo).

Instrumentos das Nações Unidas

A **Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU** (aprovada unanimemente em 2000) enfatiza a participação das mulheres em todos os níveis de decisão para a prevenção, gestão e resolução de conflito. Ela estabelece medidas especiais para proteger as mulheres e as meninas contra a VBG, especialmente o abuso sexual, durante o conflito, enfatizando a responsabilidade dos Estados de colocar um fim à impunidade para atos de VBG.

<http://www.peacewomen.org/un/sc/1325.html#Full>

A **Resolução 1820 do Conselho de Segurança da ONU** foi adotada em junho de 2008. É a primeira Resolução que reconhece explicitamente a violência sexual como uma questão de segurança internacional em contexto de guerra.

<http://www.state.gov/documents/organization/106577.pdf>

ESTUDO DE CASO: Desenvolvimento um Referencial de Política de Gênero no Sudão do Sul

Este estudo de caso se baseia em uma entrevista com Edla Muga, feita por Justina Demetriades e em informações do Norwegian People's Aid (<http://www.npaid.org>).

Como o novo governo do Sudão do Sul usou um período de transição para criar um referencial político de gênero? Primeiro ele criou um Departamento de Gênero no Ministério de Gênero, Bem-estar Social e Relações Religiosas, em uma demonstração de seu compromisso com a mudança em longo prazo para alcançar a igualdade de gênero. Este departamento, com o apoio da organização humanitária *Norwegian People's Aid* (NPA), planejou e implantou uma oficina participativa para garantir que o marco político de gênero refletisse as prioridades dos principais tomadores de decisão no Sudão.

O Departamento de Gênero convidou os principais tomadores de decisão a participarem da oficina e contribuir com a discussão e os resultados, inclusive ministros de Estado de Khartoum e dos distritos do Sudão do Sul, os líderes da sociedade civil e as contrapartes de outros ministérios. Os participantes concordaram que a violência contra as mulheres é um problema sério no Sudão do Sul, que requer atenção urgente no marco político. O documento que resultou da oficina serviu de base para o novo marco político preliminar do governo sobre gênero que foi produzido, e de propriedade de todos os atores envolvidos. Hoje em dia há um ambiente de trabalho favorável para as iniciativas emergentes de prevenção e resposta à VBG.

Moser, A. (2007) *Women Building Peace and Preventing Sexual Violence in Conflict-Affected Contexts: A Review of Community-Based Approaches*, Nova York: Fundo das Nações Unidas para as Mulheres (UNIFEM) http://www.unifem.org/resources/item_detail.php?ProductID=112

A Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU (em 2000) sobre mulheres, paz e segurança, cria um compromisso da ONU e de seus Estados Membros de envolver as mulheres com a prevenção de conflito e construção da paz, um fator que é reconhecido por muitas instituições internacionais como crucial para o

sucesso dos esforços de construção da paz. Este estudo foi desenvolvido como um documento de apoio para assessorar o programa e o apoio do Fundo das Nações Unidas para as Mulheres (UNIFEM) em relação à participação das mulheres na construção da paz e na prevenção de violência sexual e com base em gênero (VSBG) e contou com visitas em nível de país no início de 2007. O estudo se concentra em cinco áreas: aumentar o acesso aos mecanismos de reconciliação; iniciativas de resolução de conflito; justiça; acesso a serviços de apoio; e, sistemas de monitoramento de conflito. As mulheres encontraram barreiras para seu envolvimento em todas as áreas, tais como exclusão dos fóruns de decisão dominados pelos homens, riscos de segurança e falta de financiamento. No entanto, há muitos exemplos inovadores e comunitários de envolvimento das mulheres que desafiam as tradições culturais e os riscos de segurança. Na Bósnia e Herzegovina, por exemplo, são realizadas reuniões abertas regulares entre um centro de mulheres e o município, no dia que seus maridos vão fazer algum esporte, em um esforço para encaminhar as visões e preocupações das mulheres às autoridades do governo. A efetividade em longo prazo dessas abordagens comunitárias no sentido de trazer paz e segurança não pode ser isolada dos esforços nacionais e internacionais.

4.6 Governança descentralizada

Beall, J. (2005) *Decentralizing Government and Centralizing Gender in Southern Africa: Lessons from the South African Experience*, Genebra: Instituto de Pesquisa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social (UNRISD)

[http://www.unrisd.org/unrisd/website/document.nsf/\(httpPublications\)/344E133781A2FF4AC12570A70030A651?OpenDocument](http://www.unrisd.org/unrisd/website/document.nsf/(httpPublications)/344E133781A2FF4AC12570A70030A651?OpenDocument)

Este sumário é uma adaptação do estudo.

A descentralização é, com frequência, apresentada como um importante veículo para aumentar a representação e a participação política das mulheres. No entanto, os benefícios para as mulheres de governos locais delegados nem sempre são óbvios. Este estudo parte da premissa que o governo local se encontra em uma posição ambígua. Ele é a parte do Estado mais próxima das pessoas e da sociedade civil organizada. Assim, tem o potencial de envolver mais as mulheres que normalmente são confinadas, por suas responsabilidades domésticas, ao envolvimento público próximo à sua casa. Mas, por causa de sua proximidade com a sociedade, o Estado local também pode se aproximar demais das instituições sociais, como o lar e a comunidade. Na África, as instituições sociais podem ser altamente patriarcais, como ilustrado, por exemplo, pelo papel das autoridades tradicionais tanto na vida cotidiana em nível comunitário como no governo local. Quando o governo local é resistente à mudança social progressiva, ele pode ser uma instância não confiável para buscar a igualdade de gênero, principalmente nos contextos onde as mulheres estão ganhando espaço nas instituições formais do Estado. Assim, representa um teste não só da descentralização democrática, mas da democracia gerada, de uma forma mais geral.

Byrne, S. e Schnyder M. (2005) *Gender and Decentralised Governance*, Institute in Federalism: Fribourg
http://www.federalism.ch/files/categories/IRCC/winter2004review_rev_june05.pdf

Este sumário é uma adaptação do estudo.

Por que a descentralização é cada vez mais comum? Ela serve, ou pode servir, às metas de igualdade de gênero? Este panorama e a bibliografia utilizada definem os conceitos de governança, descentralização e gênero, descrevem vários desafios para gerar uma governança descentralizada e enfatizam algumas respostas dos doadores a essas questões. Ele explica que a descentralização, a transferência de poder, responsabilidade e recursos do governo central para os governos regionais e locais, é uma forma de melhorar os processos de governança, aproximando as decisões das pessoas afetadas por seus resultados. A idéia é que o nível mais local de governo pode e deve desempenhar suas funções com eficiência e efetividade, inclusive a administração de recursos públicos para o benefício de homens e mulheres. O estudo observa que, apesar dos desafios do governo local variarem segundo o contexto cultural e do país, há muitas semelhanças. Por exemplo, o governo local geralmente sofre grandes impactos de estruturas patriarcais profundamente enraizadas, que podem apresentar barreiras significativas à participação das mulheres nos processos de governança. Na Indonésia, por exemplo, há uma preocupação que a descentralização venha a revitalizar os valores patriarcais locais e que sua natureza local na realidade sirva para obstruir a outorga de poder às mulheres e a sua participação, porque as comunidades locais resistirão ou subverterão as mudanças que ameaçam suas normas e estruturas tradicionais. O panorama também enfatiza as barreiras conhecidas para os processos e práticas de descentralização com igualdade de gênero, inclusive os seguintes pontos principais: “participação das pessoas” não necessariamente significa “participação das mulheres”; as medidas de ação afirmativa, tais como assentos reservados e listas de mulheres, são um mecanismo necessário, se não suficiente, para realizar a igualdade de gênero no governo local; e a efetividade das mulheres no governo local vem não só de números (ou seja, a composição de uma ‘massa crítica’), mas também de ter as habilidades necessárias, o que demanda tanto ensino quanto treinamento relevante. Também enfatiza as respostas úteis e as estratégias para lidar com essas questões. Por exemplo, as instituições nacionais em muitos países implantam amplas campanhas de informação pública em relação ao processo de descentralização, que podem usar a mídia de massa para conscientizar as mulheres sobre suas contribuições para a sociedade e expor as desigualdades de gênero, além de combater os estereótipos negativos.

4.7 Governo local

Evertzen, A. (2001), *Gender and Local Governance*, Organização de Desenvolvimento da Holanda (SNV)
<http://www.cities-localgovernments.org/uclg/upload/docs/genderandlocalgovernance.doc>

Trata-se de um manual que delinea estratégias na governança local para assegurar que as necessidades e os interesses das mulheres sejam incorporados ao planejamento de desenvolvimento em nível local.

Ele vai além da prestação de serviços, incluindo questões de poder, decisão, participação e responsabilização como parte do quadro de como os cidadãos podem ter acesso a seus direitos ao desenvolvimento. Ele discute as razões para a participação das mulheres, as barreiras encontradas, os processos de decisão, administração, finanças, comunicação, legislação e sociedade civil. O manual defende que a governança local descentralizada

deve aumentar a participação e o envolvimento cívico das mulheres, melhorar a consciência de gênero entre os funcionários públicos, prestar serviços que atendam às necessidades das mulheres como um grupo, além de criar consciência sobre os direitos das mulheres. Apresenta exemplos práticos e as melhores práticas para alcançar essas situações. O manual traz exemplos de listas de verificação e de indicadores de desigualdade de gênero, juntamente com as linhas gerais do que é necessário para a realização de uma análise básica de gênero para estabelecer os papéis e as necessidades de gênero na comunidade. Apresenta, ainda, uma bibliografia e uma lista de recursos web. Apesar de dar uma ênfase especial à África Ocidental, o manual também é útil de forma mais abrangente.

Joseph, C. (2002) 'Gender and Local Government', *Occasional Paper No 13*, Friedrich Ebert Stiftung – Escritório da África do Sul <http://www.fes.org.za/publications/2002/occpaper13.pdf>

Embora o governo local seja responsável por muitos bens e serviços, fatores como raça e gênero influenciam se as pessoas receberão esses bens e serviços. Esta ferramenta é um módulo da coletânea de materiais de apoio compilados para o manifesto das eleições governamentais de 2000 do Congresso Nacional Africano (ANC), na África do Sul. Visando os conselheiros locais, ele mostra a importância da igualdade de gênero na democratização e desenvolvimento, assim como a necessidade de mudar as visões sobre gênero. Ele mostra diferentes formas de combater as desigualdades, tais como direitos sob os termos da constituição, combate às leis consuetudinárias, usando a Convenção da ONU sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW) e promovendo a participação política, além de apresentar argumentos morais e econômicos. Além disso, resume como uma análise de gênero da governança pode ser realizada para avaliar as necessidades da comunidade. Este processo envolve a exploração dos papéis de gênero das pessoas em suas responsabilidades produtivas, reprodutivas e comunitárias. A lista de verificação abaixo apresenta indicadores amplos de igualdade e políticas de gênero do governo local.

Lista de verificação para municípios com perspectiva de gênero

Promover a representação das mulheres no conselho

- O conselho é composto por, no mínimo, 30% de mulheres? E todos os partidos políticos assumem a responsabilidade de assegurar que pelo menos 30% dos conselheiros sejam mulheres? E as mulheres são representadas com igualdade nos cargos executivos do conselho?
- O município conta com uma política de ação afirmativa e um programa que promova a representação das mulheres em todos os níveis, inclusive gestão, e em todos os departamentos da administração? A política e o programa identificam as mulheres negras como o principal grupo alvo?

Condições de trabalho e responsabilidades com perspectiva de gênero

- As descrições de postos incluem uma referência às responsabilidades dos funcionários pela transformação de gênero, especialmente para aqueles que devem liderar este processo?

- O conselho adotou uma política de gênero comprometida com a promoção de igualdade de gênero? O município conta com uma política sobre as carreiras internas, especialmente para as mulheres, para apoiar sua mobilidade vertical na instituição? Ele adotou uma política de assédio sexual, com mecanismos disciplinares e de recurso? A informação sobre as políticas de gênero foi divulgada aos funcionários e à comunidade?
- O conselho organiza o transporte, ou oferece auxílio transporte para as pessoas que dependem de transporte público ou para as pessoas que têm poucos recursos para pagar pelo transporte? E o conselho oferece ajuda para cuidar dos filhos dos conselheiros e funcionários, independentemente de sexo?
- O conselho aloca um percentual justo de seu orçamento de treinamento para capacitação em conhecimento e habilidades para as mulheres, organizando treinamento sobre gênero e diversidade para todos os conselheiros e funcionários?

A participação das mulheres nas decisões comunitárias

- O município tem um perfil detalhado da comunidade, com números relevantes como emprego e renda, que possam ser desagregados em termos de raça e gênero? E o município garante a execução de planejamento e prestação de serviços com base em gênero?
- O município adotou estratégias de participação comunitária para facilitar o envolvimento de grupos marginalizados, especialmente as mulheres, nos processos de decisão da comunidade? Ao organizar as reuniões comunitárias, o conselho se assegura que o local seja acessível e o fornecimento de transporte seguro?
- O conselho assegura a representação paritária das mulheres nas estruturas comunitárias?
- Os Indicadores Chaves de Desempenho (KPIs) permitem que o município avalie os impactos da prestação de serviços sobre os homens e mulheres com diferentes históricos na comunidade?

Extraído de Joseph, 2002: 20–22

Fundo das Nações Unidas para as Mulheres – Região Andina – UNIFEM, RA (2008) *Programa Regional de Presupuestos Sensibles al Género*, Quito: UNIFEM RA

Espanhol: http://www.presupuestoygenero.net/mediapdfpresu/carpeta_psg_unificada.pdf

Os orçamentos com perspectiva de gênero são orçamentos públicos que consideram as diferentes necessidades, direitos e obrigações das mulheres e dos homens. Eles avaliam as diferentes contribuições que tanto as mulheres quanto os homens fazem na produção de bens e serviços e na mobilização e distribuição de recursos. Este documento é um dos resultados do Programa de Orçamento com Perspectiva de Gênero, liderado pelo UNIFEM em vários países latino-americanos, inclusive a Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Peru e Venezuela. Apresenta uma coletânea de estudos de caso sobre iniciativas com perspectiva de gênero. Cada iniciativa é descrita, inclusive o contexto, atores, resultados, pontos fortes e

fracos, e há uma análise das lições aprendidas, dos desafios e das oportunidades futuros. No caso de Cochabamba na Bolívia, por exemplo, a iniciativa de orçamento de gênero foi realizada pelo governo local, em estreita colaboração com uma organização de mulheres, em apoio à participação local nas decisões e uma plataforma de organizações de base de mulheres. Com o processo, as organizações de mulheres e outros atores sociais descobriram como o governo local funcionava, além de tomarem conhecimento de seus direitos em termos de participação. As perspectivas de gênero foram institucionalizadas e um ponto focal de gênero no município foi reintegrado ao orçamento. Um dos principais pontos fortes da iniciativa foi responder às necessidades básicas das mulheres, mas também incluir ações voltadas a mudar as relações de poder que discriminam as mulheres. Uma das principais lições aprendidas é a importância de as organizações de mulheres construírem alianças com a mídia para fazer lobby junto às autoridades, para que atendam às suas demandas.

4.7.1 Aumentando a participação das mulheres na governança local

Barriga, M. (2008) *Political Learning through Women's Experiences in Local Governments: The case of Central American Path to Learning*, Santo Domingo: Instituto Internacional das Nações Unidas de Pesquisa e Treinamento para Desenvolvimento das Mulheres (UN-INSTRAW)

<http://www.un-instraw.org/jdata/images/files/Rutas/EnglishpaperPathstolearningoct.pdf>

Este sumário é uma adaptação do resumo do estudo.

Apesar de as mulheres na América Latina terem se envolvido há relativamente pouco tempo nos cargos de decisão nos governos locais, elas conseguiram acumular uma experiência valiosa e conhecimentos na gestão e implantação municipal de políticas públicas em uma perspectiva de gênero. Nesta perspectiva, o Instituto Internacional das Nações Unidas de Pesquisa e Treinamento para Avanço das Mulheres (UN-INSTRAW) promove a divulgação do conhecimento das mulheres nesta área, mediante processos de treinamento. Como parte do projeto 'Fortalecendo a Governança em uma Perspectiva de Gênero sobre a Participação Política em Nível Local na América Latina', o UN-INSTRAW escolheu uma metodologia de treinamento chamada 'Caminhos para Aprendizagem' para lidar com as demandas das mulheres expressas nas pesquisas realizadas no primeiro ano do projeto (2006). A metodologia foi elaborada pela Corporação Procasur e se concentra no aprendizado, estabelecendo contato direto com os principais atores envolvidos no processo da implantação das melhores práticas, compartilhamento de experiências e aplicação do conhecimento adquirido aos contextos e trabalhos dos participantes. Esta apresentação se concentra nas lições aprendidas durante o 'Caminhos para Aprendizagem' da América Central, que foi realizado na Costa Rica e em El Salvador, com a participação de conselheiros, funcionários da prefeitura e representantes de associações de mulheres da Bolívia, do Equador, da Nicarágua, Guatemala e dos dois países anfitriões. Durante o treinamento, os participantes visitaram os municípios que haviam desenvolvido significativos esforços para incorporar uma perspectiva de gênero à prestação de serviço, legislação e ação afirmativa, para alcançar maior participação das mulheres. Ao final da experiência 'Caminhos para o Aprendizado', os participantes apresentaram propostas para aplicar o conhecimento adquirido durante o treinamento, em seus países e municípios.

Equipe de Comunicação Alternativa com Mulheres (ECAM) (2000), 'Local Power (*Poder Local*) Series', Tarija: ECAM

Esta série de cartilhas mostra como a cidadania está relacionada à vida cotidiana das pessoas, podendo mudá-la. Os exercícios individuais e em grupo convidam os participantes a analisar sua própria situação e identificar suas necessidades e áreas de discriminação em suas comunidades. Um exercício pede às pessoas que escrevam três direitos e três responsabilidades. Outro pede exemplos das necessidades dos participantes que sejam diferentes daquelas de seus parceiros. As pessoas então devem dizer quem elas acham que atendem a essas necessidades: elas mesmas, suas famílias, suas comunidades ou o governo local. Ele é combinado à informação adicional e a estatísticas sobre desigualdade de gênero, com ênfase no vínculo entre essas desigualdades e as experiências de gênero dos participantes da oficina. São apresentadas informações práticas sobre os processos de decisão social e política no município de Tarija, na Bolívia, em relação ao que os participantes identificaram. Entre elas, há informações sobre a Lei de Participação Popular, como os recursos são divididos e como o plano de desenvolvimento funciona.

Entre os tópicos cobertos nas cartilhas, estão:

- Gênero, Identidade e Auto-estima
- Democracia
- Liderança
- Participação Popular
- Cultura de Cidadania.

Os documentos estão em espanhol. Para mais informações sobre a série, entre em contato com: ECAM, Casilla Postal 481, Virginio Lema Nº 173, Tarija, Bolívia; tel.: (591) 66-38386; fax (591)66-33692; e-mail: ecam@mail.cosett.com.bo.

Morna, C. (ed.) (2008) *South Africa Local Government Gender Action Plan Manual*, Joanesburgo:

Este sumário é uma adaptação da página e do manual do Gender Links (GL).

Este manual é um produto da oficina de Treinamento ao Instrutor (ToT) organizada pelo *Gender Links* em 2007. A oficina reuniu representantes do governo local de quatro países: Lesoto, Maurícios, Namíbia e África do Sul. O manual foi preparado para complementar o Marco Político de Gênero do governo da África do Sul para o governo local. Enquanto o marco apresenta a diretriz política, o manual mostra as ferramentas para entender o que é a incorporação de gênero, por que ela é importante e como desenvolver um plano de ação de gênero. O manual foi escrito para os conselheiros e funcionários da autoridade local responsáveis por incorporar o gênero em nível de província, distrito e local. Ele apresenta materiais e exercícios para as oficinas de três dias, que tiveram por objetivo gerar planos de ação de gênero a serem integrados aos planos e orçamentos do município. Primeiramente, as oficinas devem ser realizadas em nível de distrito e, depois, em cada município local. O manual inclui notas dos facilitadores, um CD Rom e módulos (que incluem exercícios), que lidam com: os

principais conceitos de gênero; gênero e governança; principais conceitos de planejamento de gênero; e, desenvolvimento de um plano de ação local de gênero.

O manual foi desenvolvido para abordar as principais conclusões de uma pesquisa sobre gênero e governo local, realizada pelo *Gender Links* em quatro países de estudo de caso (Lesoto, Maurícios, Namíbia e África do Sul), chamada *At the Coalface: Gender and Local Government in Southern Africa*. Uma das principais conclusões da pesquisa é que, a menos que o gênero seja sistematicamente incorporado ao trabalho dos governos locais, a maior representatividade das mulheres em nível local pode não conseguir levar à igualdade de gênero para a região, mas se transformar simplesmente em uma vitrine de 'empregos para meninas'. A pesquisa também concluiu que foram adotados pouquíssimos passos práticos para incorporar as questões de gênero à esfera local do governo ou para capacitar os conselheiros ou funcionários, para que liderem este processo.

Este manual e o relatório pertinente, *At the Coalface, Gender and Local Government in Southern Africa*, pode ser adquirido no *Gender Links*. Para obter mais informações, consulte http://www.genderlinks.org.za/page.php?p_id=384.

Ranaboldo, C., Cliche, G. and Castro, A. (2006) *Participación de las mujeres indígenas en los procesos de gobernabilidad y en los gobiernos locales*, Santo Domingo: UN-INSTRAW –

Espanhol: <http://www.un-instraw.org/es/biblioteca/gender-governance-and-political-participation/indigenous-womens-participation-in-governance-processes-and-local-governments/view-2.html>

As mulheres indígenas têm uma participação significativa nos processos de governança local na América Latina?

Este estudo pretende incorporar as lições aprendidas sobre a participação das mulheres indígenas nos processos de governança e nos governos locais, principalmente na Bolívia, Colômbia, Equador, Guatemala e Peru. Ele identifica áreas críticas de intervenção para fortalecer a participação das mulheres indígenas na governança local, além de mostrar que a participação de grandes números de mulheres indígenas na política local e nos governos municipais não é um indicador útil para a participação sistemática nos processos de decisão.

Na realidade, uma análise dos sistemas de cotas mostra que, apesar de ser fundamental para aumentar a representação geral das mulheres, elas não necessariamente dão visibilidade às perspectivas das mulheres indígenas, tampouco garantem o exercício dos direitos democráticos.

As organizações de mulheres indígenas e as instituições e políticas públicas precisam melhorar sua coordenação. Na realidade, as organizações de mulheres indígenas precisam fortalecer sua capacidade de diálogo e desenvolver sua própria agenda. E as instituições públicas precisam ser mais responsivas e abertas a um diálogo horizontal e democrático. As recomendações incluem:

- Fortalecer as organizações de base das mulheres e meninas indígenas;
- Tentar projetos inovadores com foco na responsabilidade e propriedade conjuntas com a comunidade;
- Concentrar os esforços em projetos pequenos, comunitários, de contexto específico, que sejam devidamente monitorados e avaliados, ao invés de programas de desenvolvimento em larga escala; e,
- Criar espaços onde os governos locais com experiência em participação substantiva e significativa das mulheres indígenas possam compartilhar suas experiências com os governos locais que tenham acabado de dar início a processos semelhantes.

4.7.2 Governança urbana

A governança urbana deve incorporar a perspectiva de gênero, se quiser ser igualitária, sustentável e efetiva. A participação e o envolvimento cívico são determinantes críticos de boa governança urbana, um conceito que trata das questões de igualdade social e legitimidade política, e não apenas da gestão eficiente da infraestrutura e de serviços (Beall, 1996, abaixo).

Beall, J. (1996) *Urban Governance: Why Gender Matters*, Kobe: Centro Global de Pesquisa de Desenvolvimento <http://www.gdrc.org/u-gov/doc-whygendermatters.html>

Este sumário é uma adaptação do estudo.

Os pontos de vista das mulheres raramente são levados em consideração nos processos de planejamento urbano, embora as necessidades e os interesses das mulheres sejam diferentes das necessidades e interesses dos homens em relação a serviços como transporte e saúde e infra-estrutura. Os formuladores de política e planejamento, portanto, precisam adotar uma abordagem com mais perspectiva de gênero, para que as necessidades e os interesses das mulheres sejam incluídos e as mulheres participem dos processos de decisão. Uma abordagem à governança urbana com perspectiva de gênero tem dois objetivos principais: aumentar a participação das mulheres no desenvolvimento dos assentamentos humanos e fomentar a consciência de gênero e capacitação, para que as mulheres possam efetivamente participar destes processos. As mudanças na cultura organizacional e nos procedimentos operacionais também são necessárias para permitir maior entendimento sobre a necessidade de aumentar a consciência de gênero no planejamento urbano. Também são necessários esforços para superar os obstáculos impostos ao envolvimento das mulheres na vida pública, como a falta de confiança ou capacidades e a carga de múltiplas responsabilidades. Além disso, os planejadores devem reconhecer que os homens e as mulheres geralmente vêm de diferentes situações e histórias, apesar de terem algumas necessidades ou interesses comuns.

O estudo de caso abaixo apresenta um exemplo de boa prática de planejamento urbano com perspectiva de gênero no município de Sol Plaatje da África do Sul.

Estudo de Caso: Melhorando o ambiente e a segurança da comunidade no município de Sol Plaatje na África do Sul – uma abordagem com perspectiva de gênero

Este estudo de caso é uma adaptação de Sida, 2007. O documento na íntegra está disponível em www.sida.se/shared/jsp/download.jsp?f=2_township_hela.pdf&a=24495.

O processo de planejamento urbano no município de Sol Plaatje na África do Sul foi o primeiro na área a realmente promover a conscientização das mulheres e a introduzir mecanismos e políticas de participação das mulheres. O projeto do Comitê de Direção adotou uma cota mínima de 30% para a participação das mulheres no processo de planejamento. Além disso, os conselheiros, funcionários públicos e líderes e membros da comunidade receberam treinamento em questões e abordagens de gênero, que os motivaram a lidar com o gênero como uma questão transversal. Foi realizada uma avaliação das necessidades de treinamento, com posterior capacitação que incluía a sensibilização a gênero durante o treinamento sobre as técnicas de plantar árvore, jardinagem, construção de pavimentos e processos de construção. O projeto envolveu treinamento, transferência de habilidades e a criação de pequenos negócios, voltados especialmente às oportunidades de emprego das mulheres. Setenta e oito trabalhadoras foram empregadas no projeto que, além de contribuir para um melhor ambiente na área, também forneceu às trabalhadoras um valioso conhecimento e experiência para futuros contratos. Uma abordagem de incorporação de gênero para este projeto criou uma base sólida para a posterior incorporação de gênero no município.

4.8 Prestação de serviço

PNUD (2009) *A User's Guide to Measuring Gender-sensitive Basic Service Delivery*, Oslo: Centro de Governança do PNUD em Oslo

Este sumário é uma adaptação de um resumo escrito por Lucie Slengesol Senftova.

Gênero, governança e serviços básicos estão intrinsecamente ligados. Um sistema democrático de governança que funcione permite que as pessoas expressem suas necessidades através do sistema político, além de garantir que o sistema responda adequadamente às suas necessidades. Este Guia analisa o papel dos serviços básicos no desenvolvimento e na relação com as MDM. É mais difícil alcançar as MDM relacionadas a serviços onde as mulheres e meninas não contam com os serviços vitais. Os indicadores e dados relacionados são ferramentas importantes para promover o desenvolvimento humano, inclusive a igualdade de gênero, e para a prestação de serviços. O Guia pretende contribuir com o desenvolvimento e melhor uso de indicadores com perspectiva de gênero, de modo que os serviços sejam prestados com mais efetividade e eficiência às mulheres e meninas, argumentando que as MDM não serão alcançadas, a menos que as mulheres possam contribuir e se beneficiar do desenvolvimento em igualdade com os homens. Ele apresenta um panorama geral e um referencial para analisar o papel dos indicadores de governança na prestação de serviços básicos, com uma perspectiva de gênero. As experiências dos profissionais na coleta e uso de indicadores também são apresentadas, assim como exemplos de boas práticas. O documento apresenta sugestões e ferramentas para desenvolver indicadores adequados de governança com perspectiva de gênero, em vários contextos de

prestação de serviços. Um estudo de caso fictício ilustra as perspectivas de diversos atores em diferentes cargos administrativos, do nível nacional ao local.

O Guia inclui um precioso mapa analítico dos bancos de dados existentes, avaliações e indicadores, evidenciando uma falta geral de indicadores que meçam diretamente a prestação de serviços, principalmente para mulheres. Seu principal alvo são os atores nacionais, doadores e atores internacionais envolvidos nas medições e nos programas de prestação de serviços. Um público importante é o quadro de pessoal do PNUD e do UNIFEM que dá apoio às contrapartes nacionais no que diz respeito à prestação de serviço sensível às necessidades e aos direitos das mulheres.

Este Guia está disponível on-line em <http://www.gaportal.org> e <http://www.undp.org/oslocentre> ou entrando em contato com o Centro de Governança de Oslo em oslo.governance.centre@undp.org.

Oxfam (n.d.) *A Change in Thinking; Now's the Time*, Oxford: Oxfam

Este sumário é uma adaptação de Oxfam.

O orçamento com base em gênero pode gerar serviços com mais valor tanto para mulheres quanto para homens. Este CD pretende ajudar as iniciativas de prestação de serviço e regeneração no Reino Unido, para que levem o gênero em consideração. Só então as pessoas mais pobres da sociedade poderão se beneficiar dos serviços oferecidos pelo Estado. O CD se baseia nas discussões com pessoas em todo o Reino Unido que estão realizando, fazendo lobby ou se beneficiando do orçamento com base em gênero em nível local ou nacional. A meta é usar os resultados para incentivar o governo a usar as técnicas de orçamento com base em gênero, que localizam o dinheiro que um governo ou organização gasta, descobrindo quem se beneficia, por gênero. Trata-se de uma ferramenta flexível, que pode funcionar em qualquer nível, desde a menor organização até o governo nacional. O orçamento com base em gênero pode revelar que um programa ou serviço não está servindo as mulheres e os homens da mesma forma, além de mostrar como isso resultará em programas mais eficientes.

A inspiração para este CD veio de uma lição de orçamento com base em gênero trocada entre a África do Sul e o Iêmen. O intercâmbio envolveu o compartilhamento de experiências de uso do orçamento com base em gênero com outros governos e organizações. Entre os participantes, estavam pessoas que trabalham com governos locais e nacionais na Inglaterra, Escócia e no País de Gales, assim como os funcionários da Oxfam. Aprender através das visitas internacionais contribuiu para aumentar o entendimento, entre os tomadores de decisão no Reino Unido, que a pobreza é global. Além disso, esse aprendizado traz novas perspectivas e abordagens para combater a pobreza no Reino Unido. Os participantes do Reino Unido se sentiram inspirados e motivados pelas visitas. Eles disseram que a experiência os fez ver as coisas em uma nova perspectiva e se sentirem mais humildes diante da energia e do compromisso dos ativistas que trabalham em circunstâncias mais desafiadoras do que a deles.

Este CD pode ser adquirido na Oxfam. Consulte:

<http://www.oxfam.org.uk/resources/ukpoverty/changeinthinking.html>.

Rakodi, C. (2002) *Influence and Accountability: Citizen Voices, Responsiveness and Accountability in Service Delivery, One World Action*

<http://www.oneworldaction.org/Resources/One%20World%20Action/Documents/PDF/Influence%20and%20Accountability.pdf>

Como os cidadãos podem exercer seu direito a participar, de forma significativa, para influenciar a prestação de serviços básicos? Como a vontade e a habilidade do setor público de responder podem ser aumentadas em forma responsável e sustentável? Este relatório do seminário de maio de 2002, chamado *From Consultation to Influence*, reúne as discussões realizadas, com foco em duas principais questões. Os serviços básicos de bem-estar, que compreendem água, saneamento, assistência à saúde e educação, são considerados um direito humano. É necessário reconsiderar o significado e a aplicação da cidadania e governança se quisermos oferecer aos pobres e aos socialmente marginalizados as ferramentas para exigir esses serviços básicos, além de obter a propriedade tanto do processo quanto dos resultados. Contudo, há sérios obstáculos. Onde as pessoas desconhecem seus direitos, as oportunidades de influenciar são pequenas e os governos são resistentes à mudança. Diversos estudos de caso da Índia, das Filipinas, da África do Sul e de Uganda apresentam lições sobre abordagens bem sucedidas, onde os cidadãos realmente influenciaram a prestação de serviços e as decisões orçamentárias, fazendo com que os funcionários públicos prestassem contas.

Vandemoortele, J. (2002) 'Shortcuts to public-service provision?: User fees and narrow targeting', em UNIFEM (2002) *Gender Budget Initiatives: strategies, concepts and experiences*, Nova York: UNIFEM

<http://mirror.undp.org/mongolia/publications/GenderBudgets/Budgets%20CD%20subsection%204.1/4.1c%20Gender%20budget%20initiatives%20UNIFEM%20link%20for%204.4f.pdf>

Como os diferentes modos de arrecadação e gasto das finanças do governo afetam os homens e mulheres de formas distintas? Por causa de orçamentos sociais inadequados, estão sendo usados diferentes métodos, como cobrança de serviços (tarifas de usuários) e alocação estreita (alocação mais específica de fundo). No entanto, eles têm diferentes implicações para as mulheres e os pobres. As tarifas que os usuários pagam por serviços como água, saúde e educação têm um uso limitado como complementação dos orçamentos sociais e, além disso, geralmente restringem o uso desses serviços pelas mulheres e pelos pobres. Por exemplo, é mais provável que as mulheres tenham que arcar com a cobrança de tarifas sobre a água, já que elas têm a tarefa de pegar água e, além disso, o controle dos homens sobre os recursos da casa significa que eles bem podem não querer gastar dinheiro nesta área. São as mulheres que pagam as tarifas e, mesmo assim, a avaliação do acesso se concentra na renda familiar (masculina). No caso da saúde e da educação, as tarifas de usuários costumam exacerbar as desigualdades de gênero tanto no tratamento quanto na frequência. O documento também discute como a alocação estrita, que geralmente é proposta para cortar custos, não ajuda a garantir o acesso universal aos serviços, seja por causa da má alocação ou pelo custo de administração. Este capítulo aparece na seção '*Concepts, Tools and Analysis*' da publicação.

5. GOVERNANÇA GLOBAL

A governança global se refere à complexa rede de instituições formais e informais, mecanismos, relacionamentos e processos entre e dentro Estados, mercados, cidadãos e organizações, tanto inter quanto não governamentais, pela qual os interesses globais e coletivos são articulados, os direitos e obrigações são estabelecidos e as diferenças são mediadas (Thakur e Weiss, <http://www.unhistory.org/publications/globalgov.html>, acessado em fevereiro de 2009).

Esta seção abre espaço para as perspectivas de gênero em instituições formais de governança multilaterais, tais como a ONU, juntamente com os principais instrumentos para promover a igualdade de gênero que elas facilitam, e os blocos comerciais como a Organização Mundial de Comércio (OMC). O panorama abaixo é um bom exemplo.

5.1 Panorama Geral

Rai S. M. e Waylen, G. (eds) (2008) *Global Governance: Feminist Perspectives*, Basingstoke: Palgrave Macmillan

Para entender o potencial que a governança tem de dar poder às mulheres e levar a maior igualdade de gênero, é essencial dar mais atenção às instituições e aos processos de governança que vão além do Estado. Adotando este argumento como ponto de partida, o livro se concentra na governança global, nos referenciais, regras e processos de gestão pelos quais a política social e econômica internacional é coordenada e regulamentada. Seus capítulos sobre instituições, inclusive a ONU, a União Européia (UE), a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Corte Internacional de Justiça (CIJ), mostram como os processos e referenciais internacionais são extremamente influentes em relação às políticas e leis nacionais. Mas geralmente eles não envolvem as mulheres como parceiras iguais na decisão ou não conseguem identificar como as decisões afetaram as mulheres e os homens de formas diferentes. O ponto central do livro é que uma análise de gênero pode melhorar nosso entendimento sobre a governança global, seus processos, instituições e relacionamentos, além de ajudar a desenvolver estratégias para gerar a transformação social.

As questões teóricas associadas ao início de uma análise de gênero sobre a governança global são abordadas nos primeiros três capítulos. Os outros quatro capítulos analisam as estratégias para abrir espaços nas instituições do Estado e refletir sobre sua efetividade. Por exemplo, os fóruns hierárquicos e não transparentes de decisão da UE significam que os defensores têm batalhado para que a incorporação de gênero seja levada a sério. Apesar do fato de o ICC ser uma instituição relativamente nova, ele trouxe uma oportunidade de contestar as premissas de gênero que servem de base ao direito internacional. Fora do Estado, os movimentos mais abrangentes pela justiça não conseguiram envolver, tampouco ouvir adequadamente as perspectivas femininas. Além disso, as feministas internacionais não analisaram adequadamente ou deram o apoio necessário ao importante papel dos atores locais. O livro conclui que a transformação da governança global é uma tarefa de várias facetas, que demanda um entendimento complexo de diferentes instituições e das oportunidades que elas oferecem.

O Capítulo 1, escrito por Shirin Rai – ‘*Introduction: Feminist Perspectives on Analysing and Transforming Global Governance*’ – está disponível em: <http://www.palgrave.com/PDFs/0230537057.Pdf>

Para adquirir este livro, entre em contato com Palgrave Macmillan:

<http://www.palgrave.com/products/Flyer.aspx?PID=281005>

5.2 O papel das Nações Unidas na governança global

5.2.1 Marcos Internacionais

Como podemos garantir melhor inclusão e os direitos das mulheres nas instituições de governança, nos processos e resultados? Uma estratégia é que os defensores da igualdade de gênero e dos direitos humanos façam com que os tomadores de decisão sejam responsabilizados pelos compromissos legais e políticos, em nível nacional e internacional, em relação à igualdade de gênero. O quadro abaixo apresenta as principais leis e convenções internacionais relativas a questões de gênero e governança.

Instrumentos internacionais de direitos humanos relacionados a gênero e governança

Os links abaixo dão acesso aos textos na íntegra.

- **Declaração Universal dos Direitos Humanos** (1948) <http://www.unhchr.ch/udhr/lang/eng.htm>
- **Convenção sobre os Direitos Políticos das Mulheres** (1952)
<http://www.unhchr.ch/html/menu3/b/22.htm>
- **Convenção Internacional sobre Direitos Políticos e Civis** (1966)
http://www.unhchr.ch/html/menu3/b/a_ccpr.htm
- **Convenção Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais** (1966)
http://www.unhchr.ch/html/menu3/b/a_ceschr.htm
- **Declaração sobre a Proteção de Mulheres e Crianças em Situação de Emergência e Conflito Armado** (1974) <http://www.unhchr.ch/html/menu3/b/24.htm>
- **Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW)** (1979) <http://www.unhchr.ch/html/menu3/b/e1cedaw.htm>
- **Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres** (1993)
[http://193.194.138.190/huridocda/huridoca.nsf/\(Symbol\)/A.RES.48.104.En?Opendocument](http://193.194.138.190/huridocda/huridoca.nsf/(Symbol)/A.RES.48.104.En?Opendocument)
- **Declaração Universal sobre Democracia** (1997) <http://www.ipu.org/cnl-e/161-dem.htm>
- **Protocolo Opcional à CEDAW** (1999) <http://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/protocol/index.html>
- **Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU sobre Mulheres, Paz e Segurança** (2000)

<http://www.peacewomen.org/un/sc/1325.html>

- **Resolução 1820 do Conselho de Segurança da ONU (2008)** – Mulheres, Paz e Segurança – foco em violência sexual em situação de conflito

<http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N08/391/44/PDF/N0839144.pdf?OpenElement>

Adaptado de UIP, <http://www.ipu.org/wmn-e/law.htm>.

Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW)

A CEDAW foi ratificada por 185 países – mais de 90% dos membros da ONU. Os países que ratificaram ou concordaram com a Convenção são legalmente obrigados a colocar suas provisões em prática e se comprometem a enviar relatórios nacionais, pelo menos a cada quatro anos, sobre as medidas adotadas para cumprir com suas obrigações nos termos do tratado.

Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW)

Informação de Suporte:

Em suas sessões semestrais, o Comitê da CEDAW aplica sua expertise para analisar a avaliação do governo em relação ao progresso e aos desafios enfrentados para alcançar a igualdade de gênero, também à luz de informações alternativas ('relatórios sombras') sobre a situação do país apresentadas pelas ONGs de mulheres. Depois desta revisão, que inclui um diálogo com o governo, o Comitê emite os comentários finais, identificando onde estão as maiores falhas e as formas de ação que o governo deve pensar em adotar.

O Protocolo Opcional da CEDAW

Adotado em 1999, o Protocolo Opcional (PO) foi uma inovação – um mecanismo para responsabilizar os governos. Ao garantir às pessoas e aos grupos o direito a protestar junto ao Comitê da CEDAW em relação a abusos aos direitos das mulheres, o PO permite que o Comitê faça inquéritos sobre esses casos nos países onde o PO foi ratificado. Segundo o PO, é possível pedir aos governos que expliquem e tratem das reclamações de violações sérias. Além disso, é possível dar início a investigações. Contudo, o PO só pode ser utilizado quando todos os processos disponíveis em nível nacional forem esgotados.

Adaptado de Waldorf, L. (2004) *Pathways to Gender Equality: CEDAW, Beijing, and the MDGs*, Nova York: UNIFEM, p. 10, http://www.unifem.org/filesconfirmed/216/385_PathwayToGenderEquality_screen.pdf. O texto da Convenção pode ser consultado na íntegra em: <http://193.194.138.190/html/menu3/b/e1cedaw.htm>.

Plataforma de Ação de Pequim (BPfA)

A BPfA é uma agenda para dar poder às mulheres, organizada ao redor de 12 'áreas críticas de preocupação'. Cada uma inclui um diagnóstico do problema e as ações-chaves a serem adotadas por várias instituições. O quadro a seguir inclui algumas recomendações-chaves em relação à área crítica de preocupação G, sobre as mulheres no poder e nas decisões.

Mulheres no poder e nas decisões

Objetivo Estratégico G.1.: Adotar medidas para garantir o acesso igualitário das mulheres e sua participação nas estruturas de poder e na tomada de decisões.

Entre as ações adotadas pelos governos, podemos citar:

- Criar um compromisso para estabelecer a meta de equilíbrio de gênero nos órgãos e comitês governamentais, assim como nas entidades públicas administrativas e no judiciário, incluindo, *inter alia*, criar alvos específicos e implantar medidas para aumentar significativamente o número de mulheres e, assim, chegar à representação igualitária de homens e mulheres, se necessário por meio de ação positiva, em todos os cargos da administração governamental e pública;
- Adotar medidas, inclusive nos sistemas eleitorais, quando aplicável, para incentivar os partidos políticos a integrarem as mulheres aos cargos públicos eletivos e não eletivos, na mesma proporção e no mesmo nível que os homens.

Entre as ações a serem adotadas pelos partidos políticos, podemos citar:

- Analisar a possibilidade de verificar as estruturas e os procedimentos para eliminar todas as barreiras que discriminem, direta ou indiretamente, a participação das mulheres;
- Analisar o desenvolvimento de iniciativas que permitam que as mulheres tenham participação integral em todas as estruturas internas de formulação de política e nos processos de nomeação e eleitorais;

Pelos governos, órgãos nacionais, setor privado, partidos políticos, sindicatos, organizações de empregadores, instituições acadêmicas e de pesquisa, órgãos sub-regionais e regionais, organizações não governamentais e organismos internacionais:

- Adotar ações positivas para criar uma massa crítica de mulheres líderes, executivas e gerentes em cargos estratégicos de decisão;
- Criar ou fortalecer, como aplicável, mecanismos para monitorar o acesso das mulheres aos níveis mais elevados de tomada de decisão.

Ações a serem adotadas pelas Nações Unidas:

- Implantar as políticas existentes e adotar novas políticas e medidas de emprego para alcançar a igualdade geral de gênero, especialmente em nível Profissional e acima, até 2000, com relação à importância de recrutar funcionários na maior base geográfica possível, segundo o Artigo 101, parágrafo

3, da Carta das Nações Unidas;

- Desenvolver mecanismos para nomear candidatas para altos cargos nas Nações Unidas, agências especializadas e outras organizações e órgãos do sistema das Nações Unidas.

Objetivo Estratégico G.2.: Aumentar a capacidade de participação das mulheres no processo de decisão e liderança

Ações a serem adotadas pelos governos, órgãos nacionais, setor privado, partidos políticos, sindicatos, organizações de empregadores, órgãos sub-regionais e regionais, organizações não governamentais, organismos internacionais e instituições de ensino:

- Oferecer treinamento de liderança e auto-estima para ajudar as mulheres e meninas, particularmente aquelas com necessidades especiais, mulheres portadoras de necessidades especiais e mulheres que pertencem a minorias raciais, para fortalecer sua auto-estima e incentivá-las a assumir cargos com poder de decisão;
- Ter critérios transparentes para os cargos com poder de decisão e assegurar que os órgãos de seleção tenham uma composição com equilíbrio de gênero;
- Criar um sistema de orientação para mulheres inexperientes e, principalmente, oferecer treinamento, inclusive em liderança e tomada de decisão, falar em público e auto-afirmação, assim como em campanhas políticas.

Extraído de BPfA. Para consultar o texto integral e as ações recomendadas, consulte:

<http://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/platform/decision.htm>.

5.2.2 Ferramentas para responsabilizar os governos

Ato Internacional de Direitos das Mulheres - Watch Ásia Pacífico (IWRAP) (2009) *Producing Shadow Reports to the CEDAW Committee: A Procedural Guide*, Minneapolis: IWRAP

<http://www1.umn.edu/humanrts/iwraw/proceduralguide-08.html>

Como as ONGs podem garantir que os governos estejam implantando o direito internacional para proteger os direitos das mulheres? Este é um guia prático para as ONGs que querem usar a CEDAW para fazer com que seus governos sejam responsáveis por adotar e fazer cumprir os direitos das mulheres. A CEDAW é aplicada por meio de um mecanismo de relatório e pela apresentação de relatórios sombras das ONGs, que podem ajudar a garantir que os governos sejam responsabilizados perante seu eleitorado e perante a ONU. O manual sugere um cronograma para a atividade da ONG e apresenta diretrizes sobre como organizar o relatório sombra, informando como o relatório deve ser apresentado e como as ONGs devem trabalhar com o Comitê da CEDAW.

Usando os mecanismos de relatório da CEDAW – diretrizes para as ONGs

Apresentamos abaixo uma lista de eventos da ONU relacionados à CEDAW, seguidos das ações que uma ONG pode adotar.

1. Ratificação da CEDAW pelo ‘Estado Parte’ (governo nacional)

- Fazer contato com o OHCHR
- Monitorar ou participar da preparação do relatório inicial do Estado Parte

2. Submissão do relatório do Estado Parte à CEDAW

- Obter uma cópia do relatório do governo com o Ministério das Relações Exteriores de seu país
- Submeter as informações relevantes ao OHCHR

3. Revisão do cronograma estabelecido pela CEDAW – geralmente com um ano de antecedência

- Organizar a coalizão de ONGs e estabelecer prazos para o relatório sombra.
- Preparar uma lista de questões e elaborar o relatório sombra.

4. Reunião do grupo de trabalho antes da sessão (apenas para o segundo relatório e relatórios subsequentes)

- Enviar o relatório sombra ou os materiais compilados para o grupo de trabalho antes da sessão com, no mínimo, duas semanas de antecedência à reunião prévia à sessão.
- Fazer uma apresentação oral na primeira manhã do grupo de trabalho anterior à sessão onde o Estado Parte for analisado.

5. Antes da sessão na qual o Estado Parte for revisto

- Enviar o relatório sombra aos membros da CEDAW e ao OHCHR, no mínimo três meses antes da sessão.

6. Sessão da CEDAW na qual o Estado Parte for revisto

- Fazer uma apresentação oral na reunião no segundo dia da sessão.
- Abordar os membros da CEDAW na sessão para esclarecer dúvidas, fazer lobby durante a sessão
- Participar da apresentação oficial do governo e da sessão de ‘diálogo construtivo’.

7. Acompanhar a revisão e os comentários finais da CEDAW

- Divulgar a revisão do governo para outras ONGs, mídia, etc., no país, imediatamente.
- Divulgar os comentários finais assim que possível.
- Submeter as informações ao OHCHR sobre a implantação dos comentários finais.

Adaptado de IWRAW 2009. Consulte este documento também para obter uma orientação mais detalhada sobre como elaborar um relatório sombra. Contate o OHCHR para obter mais informações sobre os processos da CEDAW – <http://www.ohchr.org/>.

ESTUDO DE CASO: Usando a CEDAW no Egito

Este estudo de caso foi extraído do Relatório de Panorama Geral.

Apesar de o governo egípcio ter ratificado a CEDAW em 1981, pouco mudou até 2000, quando fortes ONGs do Egito, como a Coalizão CEDAW e o Conselho Nacional Egípcio para Mulheres (NCW) foram criadas. O papel da Coalizão CEDAW é facilitar a implantação e execução da CEDAW. Criada em 1998, a coalizão inclui aproximadamente 40 organizações de todo o Egito, que trabalham com diversas questões. Ela tem feito lobby junto ao governo em relação a várias questões que dizem respeito à CEDAW. Terminou seu primeiro relatório sombra em 2001. A coalizão, apoiada pelo NCW, tem sido essencial na aplicação da CEDAW como um mecanismo para fazer progredir os direitos das mulheres e a igualdade de gênero. Houve várias mudanças na lei, com apoio desses mecanismos de responsabilização. Por exemplo, as mulheres agora têm direito a transmitir sua nacionalidade aos filhos, enquanto antigamente só os homens podiam; muitos obstáculos legais ao divórcio que eram impostos às mulheres foram suspensos, assim como muitas restrições à liberdade dos movimentos das mulheres como, por exemplo, as mulheres agora podem solicitar um passaporte sem precisar da aprovação de seus maridos.

No entanto, apesar desses avanços, ainda há barreiras para a implantação da CEDAW no Oriente Médio. O protocolo opcional ainda não foi adotado e muitos países Árabes fizeram reservas a alguns dos artigos da CEDAW, geralmente criticando as discrepâncias com a lei Sharia. A Coalizão CEDAW é parte de uma campanha para promover a adoção do protocolo opcional e para suspensão das reservas.

Força de Trabalho / Comissão da CEDAW em São Francisco sobre a Situação das Mulheres (CSW) (2000) *Guidelines for a Gender Analysis: Human Rights with a Gender Perspective, Implementing the Convention on the Elimination of all Forms of Discrimination Against Women (CEDAW) (Steps 1–5)*, São Francisco: CSW <http://sfgov.org/site/uploadedfiles/cosw/cedaw/guidelines.pdf>

Apesar de os EUA não terem ratificado a CEDAW, a Cidade e o Condado de São Francisco introduziu um regulamento para implantar a CEDAW em nível local. Como parte da implantação, o departamento da Cidade deve realizar uma análise de gênero de suas alocações orçamentárias, prestação de serviços e práticas de emprego. Essas diretrizes, elaboradas especificamente para São Francisco, mostram como a análise de gênero das alocações orçamentárias podem ser realizadas em nível local. Elas servem de guia para um processo de cinco estágios: coleta de dados desagregados por gênero; análise de como o gênero se integra às operações do departamento e seu impacto sobre a comunidade; desenvolvimento de recomendações e de um plano de ação; e monitoramento. Os métodos e ferramentas para finalização de cada passo são apresentados nas diretrizes, que são acompanhadas de materiais de apoio. Nos passos um e dois, por exemplo, que tratam da coleta de dados e da realização da análise de gênero, são apresentados conjuntos detalhados de perguntas que devem ser feitas aos departamentos da cidade ou do país. São feitas sugestões sobre como apresentar os dados nas tabelas pré-definidas. Ao descrever os cinco estágios, as diretrizes incentivam os métodos participativos, inclusive a composição de grupos focais e realização de entrevistas com grupos comunitários no

estágio de coleta de dados, solicitar ao público que comente sobre a análise e expandir os programas de treinamento e recrutamento para grupos que são sub-representados.

Portaria de São Francisco sobre a CEDAW: http://www.sfgov.org/site/dosw_page.asp?id=19794

Plano de Ação da CEDAW (2003): http://www.sfgov.org/site/dosw_page.asp?id=20403

Coalizão Internacional de Mulheres para a Justiça Econômica (2003) *How Women Are Using the United Nations World Conference Against Racism: Racial Discrimination, Xenophobia, and Related Intolerance (WCAR) to Advance Women's Human Rights, Tools for Women's Advocacy #2*, Nova York: Conferências da ONU no Trabalho <http://www.wicej.addr.com/tools2.html>

A Conferência Mundial Contra Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Relacionadas (WCAR) foi realizada em Durban, África do Sul, de 31 de agosto a 8 de setembro de 2001. Representantes do governo, ONGs e ativistas que foram vítimas de racista participaram. De importância vital para a WCAR, especialmente para as mulheres, foi o reconhecimento da comunidade internacional em relação à 'discriminação múltipla'. As pessoas sofrem múltiplas opressões por serem, por exemplo, mulheres, minorias raciais, migrantes e/ou pobres. Este panfleto de oito páginas, voltado às ONGs e ativistas, inclui: uma introdução à conferência e idéias para organizar o Programa de Ação de Durban, que resultou da conferência; estudos de caso do mundo todo; um glossário; uma lista dos principais recursos; e, as "Ferramentas para Avançar a Justiça de Gênero e Racial". O documento conclama os leitores a:

- Desenvolver uma metodologia de direitos humanos para entender as várias formas nas quais as mulheres são oprimidas;
- Usar a Convenção Internacional sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (CERD) e a CEDAW para lidar com a múltipla discriminação e fazer com que os governos nacionais prestem contas; e,
- Criar um vínculo entre justiça de gênero, racial e econômica e os esforços antimilitarismo e de paz (EUA).

5.2.3 Reforma das Nações Unidas

Introdução à reforma da ONU

Em 16 de fevereiro de 2006 o Secretário-Geral da ONU criou um novo Painel de Alto Nível sobre a Coerência Geral do Sistema ONU nas áreas de desenvolvimento, assistência humanitária e o meio ambiente. O painel, composto por 12 homens e três mulheres, tinha a tarefa de recomendar mudanças, com base em um estudo das atividades operacionais da ONU, para avaliar como o sistema ONU funciona e identificar as vantagens comparativas e as áreas de sobreposição. O relatório final, apresentado em novembro de 2006, incluía recomendações para consolidar as operações da ONU.

As questões de direitos de gênero e das mulheres não foram incluídas entre as responsabilidades do Painel até que os grupos nacionais e internacionais de mulheres fizessem lobby junto ao Secretário-Geral e promovessem o questionamento, dentro da instituição, da efetividade da atual arquitetura de gênero. Durante a CSW em 2006, por exemplo, os grupos de mulheres lançaram uma Carta Aberta ao Secretário-Geral e aos Estados Membros, onde enfatizavam e lamentavam a falta das questões de igualdade de gênero no mandato inicial do Painel. Esta carta foi seguida por diversas declarações e relatórios regionais das redes de mulheres no mundo todo, que apresentaram propostas e recomendações sobre como a reforma da ONU poderia funcionar para as mulheres. Em parte por causa das preocupações dos defensores dos direitos das mulheres em nível mundial, o mandato do Painel foi ampliado e incluiu uma análise da arquitetura de igualdade de gênero e incorporação de gênero.

Adaptado de um artigo de Rochelle Jones da Associação para Direitos das Mulheres em Desenvolvimento (AWID) 2008. Para ver o artigo, consulte <http://www.awid.org/eng/Issues-and-Analysis/Issues-and-Analysis/The-Gender-Equality-Architecture-Reform-GEAR-Campaign>.

Cabrera-Balleza, C. Johnson, T. e Shalatek, L. (eds) (2006) *UN Reform. What's in it for Women?*, Nova York: Fundação Heinrich Böll e Centro Internacional de Tribuna das Mulheres (IWTC)

http://www.iwtc.org/reform_report.pdf

A ONU está passando por uma análise e reorganização abrangente e inédita de seu mandato, sua estrutura, orçamentos, governança e gestão, em um esforço para adaptar sua missão e programas aos desafios atuais. A arquitetura de gênero do sistema ONU também está em análise. Este documento é uma coletânea de reflexões e análises feitas por mulheres de diferentes regiões, que examinam o impacto das reformas propostas sobre as mulheres em nível regional e nacional. Representantes do movimento de mulheres africanas recomendam que a reforma da ONU seja acompanhada de uma transformação de um sistema multilateral mais amplo. Uma palestrante latino-americana enfatiza o imperativo de a ONU trabalhar em conjunto com os grupos de mulheres e movimentos feministas na região, para manter seu papel no estabelecimento de regras e na construção de consenso. Outras mulheres do hemisfério norte expressaram a necessidade de o movimento de mulheres se envolver no processo de reforma da ONU, principalmente porque a ampla mudança para políticas conservadoras representa um risco aos ganhos em termos de direitos das mulheres. O documento também apresenta diferentes iniciativas e idéias para garantir os espaços das mulheres na ONU, assim como recomendações concretas sobre como influenciar o processo de reforma da ONU.

ESTUDO DE CASO: A campanha de Reforma pela Igualdade na Arquitetura de Gênero (GEAR)

Este estudo de caso é uma adaptação de Rochelle Jones.

A campanha GEAR é dirigida pela Organização de Mulheres pra o Meio Ambiente e Desenvolvimento (WEDO) e pelo Centro para Liderança Global das Mulheres (CWGL). Seu foco é a promoção de uma entidade de mulheres mais forte na ONU, que seja totalmente fundamentada e dirigida por um Sub-Secretário-Geral e

apoiada por uma forte presença em campo, que deve prestar contas em nível global e nacional, sendo ativa na promoção da incorporação de gênero em todo o sistema ONU.

Em sua primeira submissão ao Painel de Alto Nível sobre Coerência no Sistema ONU, a WEDO e o CWGL delinearam os sucessos e as falhas no sistema ONU no que tange à igualdade de gênero, além de fazerem propostas em relação à reforma, que proporcionariam resultados positivos para dar poder às mulheres. Assinada por 116 organizações e redes de mulheres, este foi o início de uma campanha de defesa que vem sido desenvolvida desde 2006. Ela se tornou mais organizada, com a assinatura de mais de 270 organizações e redes de mulheres, lançando oficialmente a campanha GEAR em fevereiro de 2008, durante a 52ª sessão do CSW.

Para mais informações sobre a campanha GEAR e para se registrar para receber atualizações, consulte: <http://gear.collectivex.com/>.

5.2.4 Incorporação de Gênero e as Nações Unidas

A situação das mulheres no sistema ONU

Mulheres no Secretariado da ONU

Nos 10 anos entre 1998 e 2008, o número de mulheres nomeadas para o Secretariado da ONU por um ano ou mais aumentou em 3% no geral, de 34,6% para 37,6%.

Em junho de 2008, as mulheres no Secretariado da ONU constituíam:

- 37,6% de todos os funcionários profissionais (nível P) e das categorias mais altas (nível D e acima), com nomeações por um ano ou mais.
- 26,3% dos funcionários nos níveis mais altos (por exemplo, nível D-1 e acima)
- 38,7% de todos os funcionários no nível P

Mulheres no Sistema ONU

Nos 10 anos entre 1997 e 2007, no sistema ONU, o crescimento geral no número de mulheres nomeadas por um ano ou mais foi de 7,5 pontos percentuais, de 30,9% para 38,4%.

Em 31 de dezembro de 2007, as mulheres no Sistema ONU constituíam:

- 38,4% de todos os funcionários profissionais e das categorias mais altas, com nomeações por um ano ou mais.
- 27% dos funcionários no nível D-1 e acima
- 39,6% (8.740 de 22.046) de todos os funcionários no nível P

Adaptado da ONU, 2008, <http://www.un.org/womenwatch/osagi/fpgenderbalancestats.htm>

Hafner-Burton, E. e Pollack, M. A. (2002) 'Mainstreaming gender in global governance', *European Journal of International Relations*, Vol. 8. Nr. 3: 339–73 http://cadmus.eui.eu/dspace/bitstream/1814/1755/1/01_46.pdf

A aceitação retórica da incorporação de gênero por vários organismos internacionais esconde uma grande diversidade em termos de quando e como a incorporação é aplicada. O documento se encontra dividido em três partes. A primeira apresenta uma abordagem do movimento social para o estudo da incorporação de gênero. Considera a incorporação de gênero como um 'marco político' que orienta as atividades dos organismos internacionais e de seus governos membros. Analisa suas origens na comunidade internacional de desenvolvimento e propõe que a adoção da incorporação de gênero seja entendida em termos de: as oportunidades políticas disponíveis para os defensores internacionais dos direitos das mulheres nos anos 80 e 90; as redes de apoio (ou 'estruturas mobilizadoras') criadas com as elites nacionais e supranacionais em diversos organismos de desenvolvimento da ONU; e, até que ponto a incorporação de gênero como um referencial político 'se encaixa' ou reflete os marcos organizacionais existentes. A segunda parte do documento vai além da adoção formal da incorporação de gênero como um referencial político, para analisar a evidência preliminar de implantação em duas importantes organizações internacionais de desenvolvimento do sistema da ONU: o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Banco Mundial. A terceira parte do documento fecha com uma discussão sobre as dificuldades de medir a incorporação de gênero e solicita mais pesquisas comparativas sobre a incorporação, tanto dentro como entre as organizações, e em diferentes níveis de governança doméstica e internacional.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (n.d.) *UNDP Gender mainstreaming scorecard*, Nova York: PNUD

O PNDU desenvolveu um Cartão de Pontuação de Incorporação de Gênero, uma ferramenta que combina a medição do desempenho institucional e programático na incorporação de gênero. Cada indicador receberia uma pontuação entre um e cinco, como mostra o quadro abaixo.

Cartão de Pontuação de Incorporação de Gênero do PNUD

Compromissos corporativos

- **Plano de Ação de Gênero (GAP):** O progresso na implantação do GAP no escritório de campo é monitorado regularmente pelo chefe do escritório.

Mecanismos de Implantação

- **Documentos de estratégia:** A implantação do GAP está entre os alvos de desempenho da alta gerência
- **Recursos:** 100% dos recursos necessários para implantar o GAP estão disponíveis.

Capacidades internas

- **Peritos em gênero (quadro de pessoal):** Há uma equipe com experiência em gênero no departamento, centro ou escritório.
- **Treinamento para os funcionários profissionais em análise de gênero:** Todos os funcionários recebem treinamento.

Incorporação de gênero no ciclo do projeto

- **Conjuntos de ferramentas (diretrizes, listas de verificação, formatos):** O conjunto de ferramentas de gênero é obrigatório, monitorado e regularmente adotado, e é disponibilizada uma cobertura técnica para os funcionários do programa, sempre que necessário.
- **Incorporação aos documentos de projeto:** O comitê de avaliação do projeto monitora os documentos do projeto para assegurar a integração de elementos de gênero.
- **Monitoramento e avaliação:** O escritório de campo, departamento ou unidade responsável não aceita relatórios de monitoramento e avaliação (M&A) que não levem em consideração a questão de gênero.

Mecanismos de responsabilização

- **Sistema de resultados de avaliação da competência:** Os alvos de gênero são incluídos nos alvos de desempenho da alta gerência.
- **Sistema de gestão com base em resultados:** Os indicadores de gênero são usados para elaborar os relatórios de mais de 50% dos programas.

Cultura organizacional

- **Treinamento em gênero para os funcionários:** Todos os funcionários finalizaram o módulo on-line de sensibilização à questão de gênero.
- **Prevenção contra assédio sexual:** O comitê de assédio sexual está operacional, todos os funcionários têm conhecimento dos procedimentos de denúncia e há sistemas de confidencialidade e proteção.

Adaptado do PNUD (n.d.) *Gender mainstreaming scorecard*, http://hdr.undp.org/docs/network/hdr_net/GDI_GEM_UNDP_Gender_Score_Card.pdf. Para mais informações, entre em contato com o PNUD em: <http://www.undp.org/women/>.

5.3 Comércio e governança global

As instituições de comércio são importantes atores na governança global, já que facilitam decisões e práticas que têm impacto sobre a vida das mulheres. Por que e como as preocupações de gênero devem ser integradas às suas políticas e processos? Os impactos prejudiciais dessas decisões estão bem documentados, mas como o impacto de gênero das políticas de comércio pode ser analisado *antes* das políticas serem finalizadas? O que pode ser feito para garantir processos mais inclusivos, que assegurem o envolvimento das mulheres nas decisões políticas de comércio e que elas se beneficiem delas? Como os mecanismos de responsabilização podem ser usados para sustentar o direito dos trabalhadores e, principalmente, das trabalhadoras? Os documentos abaixo apresentam panoramas gerais das principais questões de gênero e governança, assim como as ferramentas pertinentes.

5.3.1 Panoramas Gerais

BRIDGE (2006) 'Gender and Governance', *Cutting Edge Pack*, Brighton: BRIDGE/IDS

http://www.bridge.ids.ac.uk/reports_gend_CEP.html#trade

O comércio e a liberalização do comércio têm diferentes impactos sobre as mulheres e os homens, que podem resultar em mudanças muito importantes nos papéis, nas relações e nas desigualdades de gênero. Além disso, alegar que os países devem poder “comercializar sua forma de sair da pobreza” significa a existência de uma necessidade urgente de abordar como o comércio pode promover a igualdade de gênero e o desenvolvimento. Quais as políticas que podem ter efeito sobre a igualdade de gênero e como essas políticas podem ser influenciadas? Como os profissionais de desenvolvimento podem promover a igualdade de gênero e dar mais apoio ao acesso das mulheres aos benefícios do comércio? Este Pacote pretende dar apoio aos especialistas em comércio para trazer a perspectiva de gênero para seu trabalho, assim como ajudar os especialistas de gênero a entenderem as amplas implicações da política e da prática de comércio. O pacote é um recurso conciso e prático, composto por um *Relatório de Panorama Geral*, uma *Coletânea de Recursos de Apoio* (resumos dos principais textos, estudos de caso, ferramentas e organizações mais importantes) e uma edição do boletim informativo *Gênero e Desenvolvimento em Resumo*.

O Pacote está disponível em inglês, francês, espanhol e chinês. Ele pode ser baixado gratuitamente e as organizações do hemisfério sul podem solicitar cópias impressas gratuitas. Entre em contato com o BRIDGE em bridge@ids.ac.uk.

Iorio, M. (n.d.) *Global Governance, International Development Discourses and National Policy-Making*, Genebra: Rede Internacional de Gênero e Comércio (IGTN) e Instituto EQÜIT

http://web.igtn.org/home/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=118&&Itemid=6&Itemid=73

Este sumário é uma adaptação do estudo.

As instituições internacionais desempenham um papel cada vez mais influente em um mundo cada vez mais conectado por políticas comuns de comércio, política e desenvolvimento. Este documento analisa as

implicações de algumas destas políticas para os países em desenvolvimento e, em especial, para as mulheres. Seu foco são as políticas do Banco Mundial, da OMC e do Fundo Monetário Internacional (FMI). O documento observa que essas instituições de comércio e financeiras têm enfatizado a liberalização comercial como uma medida que permitiria a importação e exportação nos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Eles argumentam que esta é uma importante força motriz para o crescimento econômico, que eles consideram como a base para a redução da pobreza. Também clamam por maior privatização das funções do governo, tais como prestação de serviço, como parte dos 'Programas de Ajuste Estrutural' (PAE) que os governos dos países em desenvolvimento devem adotar para se qualificar para obter empréstimos. Este documento defende que mesmo quando essas medidas resultam em crescimento econômico e eficiência financeira, não há garantia que venham a melhorar o bem-estar nacional ou lidar com as desigualdades de gênero. Ao contrário, há evidências que estão resultando em maiores injustiças de classe e de gênero. Por exemplo, enquanto os homens tendem a estar no controle da agricultura em larga escala, voltada à exportação, uma grande parte dos agricultores em pequena escala é composta por mulheres. E as agricultoras em pequena escala enfrentam as conseqüências do aumento global nos preços dos insumos agrícolas e da queda de preços nos seus bens, em face à concorrência de bens importados que são mais baratos. O documento pede maior coerência entre essas instituições de comércio e financeiras e as agências da ONU, como a OIT, o PNUD e o UNIFEM, enfatizando a necessidade que o desenvolvimento tenha a ver com a obtenção da justiça social, assegurando que todos os cidadãos se beneficiem da política de desenvolvimento. O documento recomenda que:

- As decisões na OMC sejam transparentes e inclusivas em nível internacional, envolvendo todas as partes pertinentes, inclusive os parceiros comerciais mais fracos do sistema mundial de comércio;
- Seja lançado um debate sobre o fortalecimento dos sistemas de execução da lei e de tomada de decisões no sistema da ONU; e,
- Qualquer discurso de desenvolvimento deve se concentrar na criação de oportunidades iguais para as mulheres, além de valorizar seu trabalho, geralmente não remunerado, de cuidar dos dependentes.

Williams, M. (2003) *Gender Mainstreaming in the Multilateral Trading System*, Londres: Secretariado da Commonwealth (adaptado de *Gender and Trade SRC*)

http://www.thecommonwealth.org/shared_asp_files/uploadedfiles/0A004542-1151-47B4-B85D-C65B6FB41085_Tradedoclowres.pdf

As relações e desigualdades de gênero restringem o acesso das mulheres aos mercados, a treinamento, crédito e mobilidade e, portanto, sua capacidade de se adaptar às novas condições estimuladas pelas mudanças na política comercial. Este livro apresenta uma análise setorial de gênero que examina os diferentes benefícios, custos e limitações para homens e mulheres na agricultura, política de investimento, direitos de propriedade intelectual, serviços e direitos trabalhistas. Depois ele aborda questões de gênero, participação e governança, perguntando quem participa do processo de tomada de decisão sobre as provisões em nível nacional, regional e internacional. Conclui que há uma falta de integração da análise ou consulta de gênero com as OSC de mulheres no que diz respeito aos mecanismos de revisão, solução de disputas e assistência técnica. O autor identifica vários caminhos para incorporar uma perspectiva de gênero às decisões de política comercial,

inclusive avaliações do impacto social, a Divisão de Revisão da Política Comercial da OMC, a Agenda de Desenvolvimento de Doha, os programas de capacitação e marcos especiais e diferenciais de tratamento (S&DT).

As recomendações se dividem em aumentar os impactos positivos e reduzir os impactos negativos da liberalização comercial e melhorar a participação e o papel das organizações intergovernamentais. As principais recomendações incluem :

- A necessidade de desenvolver programas que promovam o acesso das mulheres aos recursos (terra e crédito) e treinamento.
- A necessidade de dar atenção à prestação de serviços (como cuidado de crianças) para que as mulheres possam participar de atividades comerciais.
- A necessidade de realizar pesquisas para determinar a natureza do impacto das políticas comerciais sobre as mulheres e a igualdade de gênero, acompanhadas pela coleta de dados desagregados por sexo.
- A necessidade de desenvolver marcos políticos coerentes para a incorporação de gênero, mediante acordos regionais que devem ser usados como oportunidades de compartilhar experiências relacionadas às estratégias de igualdade de gênero.
- A necessidade de designar um ponto focal independente para monitorar a relação entre os acordos comerciais e o trabalho das agências multilaterais, como a Organização de Alimento e Agricultura (FAO) e a Organização Mundial da Saúde (OMS).
- A necessidade de aprimorar a consulta em nível nacional com as SOC, inclusive o apoio necessário para a participação das mulheres nessas consultas.

5.3.2 Impacto político e coerência

Floro, M. e Hoppe, H. (2005) *Engendering Policy Coherence for Development: Gender Issues for the Global Policy agenda in the year 2005*, Berlim: Friedrich Ebert Stiftung

http://www.nuso.org/upload/fes_pub/roteiro_para_formacao_sindical.pdf

Como um referencial de coerência política pode contribuir para a elaboração de políticas com perspectiva de gênero?

Este relatório é para formuladores de política, sindicalistas, pessoas de negócio e OSC. Ele descreve um marco de coerência política que analisa como as políticas têm impacto sobre cada um, tanto verticalmente (diferentes níveis de política) e horizontalmente (diferentes áreas políticas como comércio, finanças, saúde, assuntos sociais e desenvolvimento). O marco envolve a análise dos vínculos entre macro-política e as organizações de base, e como elas afetam as relações de gênero e as desigualdades de gênero. Diz respeito, particularmente, à governança dos sistemas comerciais e econômicos internacionais, sistemas ONU, políticas nacionais e mudanças em nível de domicílio. As recomendações incluem: incorporação mais efetiva de gênero à ONU para aumentar sua capacidade de negociar com a OMC, o FMI e o Banco Mundial, por exemplo, pelos meios de

ingresso ao Fundo da ONU para o Processo de Desenvolvimento e a Parceira Global para Commodities da Conferência da ONU sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD); e a criação de juntas comerciais regionais e nacionais, com perspectiva de gênero, para lidar com a questão da queda no preço das commodities e para promover a segurança alimentar.

Gammage, S., Jorgensen, H., McGill, E., com White, M. (2002) *Trade Impact Review*, Washington DC: Women Thrive Worldwide (antiga Women's Edge Coalition)

http://www.womensedge.org/components/com_kb/attachments/tradeimpactreviewfinal.pdf

Esta ferramenta apresenta um amplo panorama da literatura e dos referenciais para analisar os impactos diferenciados por gênero, resultados de novos acordos comerciais e de investimento realizados pelos EUA antes de sua negociação e assinatura. Então, propõe um referencial que presta contas tanto dos efeitos econômicos quanto legais dos acordos comerciais sobre as mulheres e os homens. O contexto legal é explorado por uma análise do conteúdo dos acordos de desvio de gênero, e se qualquer mecanismo de implantação ou execução pode ser desvantajoso para as mulheres. Uma análise sobre como os acordos comerciais podem entrar em conflito com as leis existentes ou com os compromissos internacionais que protegem os direitos das mulheres também é crucial.

Então o referencial é usado para verificar as implicações sociais e de gênero dos acordos comerciais e de investimento. Na manufatura, por exemplo, a liberalização comercial significa que os fabricantes precisaram reduzir os custos para poder concorrer, quando os trabalhos e salários das mulheres foram terceirizados, levando a salários mais baixos e instabilidade de emprego. O documento conclui com recomendações políticas que incluem a necessidade de uma avaliação integral do impacto social e de gênero dos acordos comerciais e de investimento dos EUA. Eles envolvem análise desagregada por gênero dos contratos realizados tanto pelos EUA quanto por seus parceiros comerciais e envolvem vários atores, como os Departamentos de Trabalho, Educação e Saúde, bem como ONGs de mulheres, de desenvolvimento internacional e ambientais.

5.3.3 Influenciando as negociações comerciais

Centro Internacional de Comércio (ITC) (2001) *Strategies and Approaches for Gender Mainstreaming in International Trade*, Geneva: UNCTAD/WTO

http://www.intracen.org/e-trade/e_at_itc/GenStrat.pdf

Como as mulheres ainda têm que negociar suas responsabilidades familiares e de comércio, elas tendem a se envolver no setor mais informal e em trabalhos domésticos. A participação igualitária das mulheres nas atividades comerciais também é prejudicada por problemas como a dificuldade de acesso ao capital, falta de treinamento e habilidades relevantes ou contatos limitados com as redes comerciais nacionais e internacionais. É necessário um reconhecimento que a participação das mulheres no comércio internacional deve se dar em termos que ofereçam a elas as mesmas opções que oferecem aos homens, em condições onde elas sejam envolvidas igualmente na tomada de decisões, com as mesmas oportunidades para a expansão de seus negócios e exportações. O documento apresenta um panorama da estratégia do Centro Internacional de Comércio para melhorar a incorporação de gênero às suas principais áreas de programa: o desenho de

estratégias de desenvolvimento comercial; fortalecimento das instituições de apoio comercial; melhoria do desempenho comercial em vários setores; e, promoção da competitividade de empresas. As ações para melhorar a participação das mulheres no comércio incluem: educação para melhorar o conhecimento das mulheres sobre as questões do sistema de comércio multilateral (MTS); melhoria do conhecimento sobre questões de gênero entre atores internacionais; assessoria às instituições nacionais de apoio ao comércio sobre como incorporar o gênero às suas operações; e, apoio a novas oportunidades comerciais que beneficiariam as mulheres empresárias.

5.3.4 Ferramentas

Auret, D. e Barrientos, S. (2004) 'Participatory Social Auditing: A Practical Guide to Developing a Gender-sensitive Approach', *IDS Working Paper 237*, Brighton: IDS

<http://www.ids.ac.uk/ids/bookshop/wp/wp237.pdf>

As trabalhadoras têm maior probabilidade de empregos sem segurança, não permanentes, com maior vulnerabilidade à discriminação de gênero e ao assédio sexual. As abordagens participativas à auditoria social de cumprimento com os códigos trabalhistas podem nos ajudar a revelar essas questões complexas. A discriminação de gênero e o assédio sexual são problemas que ameaçam mais os trabalhadores em empregos sem segurança e não permanentes, que geralmente são mulheres e não organizados. A discriminação que eles encontram não é tão visível e, portanto, é difícil entender as violações dos padrões de trabalho que eles vivenciam mediante uma abordagem formal, de cima para baixo, para avaliar o atendimento aos padrões. Uma abordagem participativa envolve o uso de ferramentas participativas no processo de auditoria social (entrevistas semi-estruturadas, discussões de grupo focal, mapeamento, papéis, ferramentas de classificação e observação participativa) que podem captar com maior eficiência a voz das trabalhadoras. Também dá maior ênfase ao envolvimento dos trabalhadores e das organizações de trabalhadores no processo de conscientização sobre os padrões, a implantação do código e avaliação. Além disso, se concentra nas parcerias com outros atores (sindicatos, empresas, governos e ONGs) para supervisionar de forma independente a implantação e o monitoramento. Os exemplos de abordagens de vários atores em Zimbábue, na África do Sul e no Quênia mostram que este método pode ajudar os formuladores de políticas e profissionais a desenvolverem uma abordagem à auditoria social de cumprimento com os códigos de prática trabalhista que revelam questões complexas, tais como discriminação de gênero e assédio sexual.

Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (CIDA) (2003) *Gender Equality and Trade-Related Capacity Building: A Resource Tool for Practitioners*, Quebec: CIDA

[http://www.acdi-cida.gc.ca/INET/IMAGES.NSF/vLUIImages/GenderEquality2/\\$file/WEB-COVER-E.pdf](http://www.acdi-cida.gc.ca/INET/IMAGES.NSF/vLUIImages/GenderEquality2/$file/WEB-COVER-E.pdf)

Esta publicação é para os funcionários e parceiros da CIDA e para os profissionais de desenvolvimento em nível internacional. Ela apresenta uma ferramenta para garantir que o impacto diferencial do comércio sobre os homens e as mulheres seja entendido e que os homens e mulheres possam se beneficiar, com igualdade, das novas oportunidades criadas pela liberalização comercial. A capacitação em comércio (TRCB) é definida como "atividades que criam as habilidades e capacidades necessárias entre os atores do governo, do setor privado e

da sociedade civil para que possam trabalhar juntos [em questões de comércio]”. Essas capacidades incluem: análise, formulação e implantação da política de comércio; construção de instituições de comércio; envolvimento com os mercados internacionais de comércio e fornecimento; negociação e implantação de acordos comerciais; abordagem da necessidade de medidas transitórias de ajuste para os setores e grupos de pessoas afetados pela reforma comercial. A ferramenta enfatiza as questões de igualdade de gênero, as barreiras e necessidades em relação de diversos aspectos da liberalização comercial e da TRCB. Além disso, sugere que o gênero seja tratado mediante vários mecanismos nestes programas, inclusive processos de desenvolvimento político, melhorias nas capacidades analíticas e técnicas dentro das organizações parceiras e entre elas, e pelo desenvolvimento de padrões. É essencial o envolvimento das mulheres e uma constante conscientização sobre esses processos e na forma como a desigualdade de gênero persiste.

Organização Internacional do Trabalho (OIT) (2007) ‘ILO Participatory Gender Audit’ Genebra: OIT

Inglês:

<http://www.ilo.org/dyn/gender/docs/RES/171/F52553087/ILO%20Participatory%20Gender%20Audit%20brochure.pdf>

Francês: http://www.ilo.org/dyn/gender/docs/RES/171/F79948910/03_fr_gender_audit.pdf

Espanhol: http://www.ilo.org/dyn/gender/docs/RES/171/F1631765358/03_esp_gender_audit.pdf

Uma auditoria de gênero participativa é uma ferramenta e um processo, com base em abordagens participativas, que avalia se as práticas e os sistemas internos de incorporação de gênero são efetivos e se estão sendo seguidos. As auditorias participativas de gênero são usadas em nível individual, de equipe e organizacional para promover o aprendizado sobre como integrar as questões de gênero em toda a instituição. A OIT começou este processo em outubro de 2001 e, desde então, expandiu suas auditorias para cobrir os escritórios de campo, grandes públicos como a Confederação Internacional para Sindicatos Livres (ICFTU) e os escritórios da agência da ONU em Zimbábue e em Moçambique. Esta cartilha de oito páginas apresenta um panorama geral da experiência da OIT em realizar auditorias participativas de gênero, além de listar algumas das principais conclusões e resultados. Ela enfatiza como, através do processo de auditoria, os planos e estratégias específicos de país para igualdade e incorporação de gênero devem ser desenvolvidos. Em Sri Lanka, por exemplo, onde as auditorias de gênero foram realizadas em 2004, com o Ministério do Trabalho e Emprego, a Federação dos Empregadores do Ceilão (EFC) e duas federações de sindicatos, foi criado um Departamento de Gênero no Ministério do Trabalho e Emprego e foram criadas forças de trabalho de gênero em todas as unidades auditadas, para monitorar a implantação das recomendações de auditoria.

6. SOCIEDADE CIVIL.

A sociedade civil é um componente essencial para que a governança seja mais democrática e inclusiva. As organizações da sociedade civil (OSC) podem ajudar a aumentar o conhecimento sobre as questões de gênero, incentivar o público a cobrar dos representantes do governo, além de poder desempenhar um papel de capacitação, apoiando as mulheres no desenvolvimento das habilidades necessárias para participar dos processos de governança.

6.1 Fortalecendo a sociedade civil

Hoodfar, H. e Pazira, N. (2000) *Building Civil Societies: A Guide for Social and Political Activism*, Cairo: Mulheres Vivendo sob as Leis Mulçumanas (WLUML)

<http://www2.ucsc.edu/globalinterns/cpapers/hoodfar.pdf>

Este é um guia para grupos, pessoas, ativistas e pesquisadores que apóiam o lobby político, a organização de campanhas de protesto e outras mobilizações ao redor da violência doméstica, reformas legais ou ativismo pela paz. As estratégias incluem o trabalho em nível local, nacional e internacional. A participação política e social com vistas a criar e mudar a justiça social é possível para todos, mas é importante entender a necessidade de mudar o pensamento assim como expressar as opiniões. São necessárias diferentes estratégias, por exemplo, em situações de crise ou em temas de mudanças políticas em longo prazo, assim como para diferentes contextos nacionais e culturais. Com base nas experiências da rede de Mulheres Vivendo sob as Leis Mulçumanas, os autores apontam a importância de compartilhar informações nos países mulçumanos, onde o apoio do 'Ocidente' pode ter efeitos ambíguos. São apresentadas diretrizes detalhadas de Alertas para Ação, junto com estudos de caso onde diferentes métodos foram usados. Exemplos como a campanha de 'Um Milhão de Assinaturas' para mudar a lei da família marroquina trouxe ilustrações incentivadoras de iniciativas bem sucedidas. Exemplos de cartas de lobby e publicidade, notas à imprensa e campanhas de petição/assinatura mostram como compor os materiais, para quem enviá-los e qual a linguagem a ser usada em diferentes situações. Também explica estratégias mais formais de lobby em casos como os de reforma legal.

Mukhopadhyay, M., Steehouwer, G. e Wong, F. (2006) *Politics of the Possible: Gender and Organisational Change Experiences from the Field*, Oxford: Oxfam

http://publications.oxfam.org.uk/oxfam/display.asp?K=9780855985707&m=138&ds=gender%20and%20diversity&dc=845&sort=sort_date/d&mw=1&st_01=680&sf_01=cat_class

Este sumário é uma adaptação da fonte e de um resumo da Oxfam.

O que realmente acontece com as organizações durante os empreendimentos de mudança de gênero e organizacional? Este livro faz uma análise profunda da experiência de sete organizações parceiras Novib no Oriente Médio e no sul da Ásia que realizaram um 'programa com foco em gênero'. Apresenta experiências de campo em relação à gestão da agenda política de promoção de igualdade de gênero nas ONGs e negociação

das contradições entre o uso das ferramentas de desenvolvimento organizacional e a promoção da igualdade de gênero. O livro mostra como a mudança organizacional para a igualdade de gênero faz parte dos processos de incorporação de gênero. Inclui como e por que as mudanças ocorreram e analisa as diferentes estratégias empregadas pelos parceiros em suas organizações e programas. No que diz respeito a treinamento em gênero, por exemplo, um parceiro usou essa estratégia para começar a conscientizar seu quadro de pessoal sobre as amplas questões e perspectivas relativas a gênero. Já outro parceiro preferiu usar o espaço de treinamento para se concentrar primeiramente nos aspectos técnicos da análise de gênero e, assim, abrir caminho para discussões mais substantivas e treinamento sobre o patriarcado e os direitos das mulheres quando os funcionários estivessem mais prontos e abertos. Essas sete organizações, incapazes de separar totalmente o processo de mudança interna de seu trabalho externo como ONGs, transbordaram de preocupações em relação à justiça de gênero em seu trabalho no campo, resultando em diversos programas.

O Movimento dos Povos para o Aprendizado de Direitos Humanos (PDHRE) (2003) *Passport to Dignity*, Nova York: PDHRE <http://www.pdhre.org/passport-toc.html>

Este sumário é do PDHRE.

Para abordar a desvantagem das mulheres e delinear soluções, é necessário desenvolver uma análise abrangente e sistêmica da situação das mulheres, que veja as causas e estruturas da desvantagem. O referencial de direitos humanos pode oferecer as ferramentas para tanto. Ele pode identificar como e onde os sistemas opressores funcionam, ajudando a desmantelá-los. A Plataforma de Ação de Pequim (BPfA) desenvolvida na Conferência Mundial de Mulheres em 1995, estabeleceu um plano para melhorar a situação das mulheres em 12 'áreas críticas de preocupação', com base no princípio de direitos humanos das mulheres. Este é um guia e uma cartilha que os cidadãos podem usar para participar da avaliação de como suas leis nacionais estão cumprindo com o BPfA. O livro passa de princípios abstratos legais para experiências humanas vividas. Ele reconta exemplos específicos de iniciativas de mulheres no mundo todo, compatíveis com as linhas do BPfA. Todos os capítulos trazem exercícios que permitem que as mulheres usem os direitos humanos como uma ferramenta de análise e de transformação social e econômica.

O livro é acompanhado de um vídeo de treinamento sobre a publicação da CEDAW 'Women hold up the sky' (<http://www.pdhre.org/videoseries.html>). Para pedir este livro, entre em contato com O Movimento dos Povos para o Aprendizado de Direitos Humanos (PDHRE), 526 West 111th Street, New York, NY 10025, USA; tel.: +212.749-3156; fax: +212.666-6325; e-mail: pdhre@igc.apc.org.

PNUD (2005) *A Guide to Civil Society Organizations working on Democratic Governance*, Nova York: PNUD http://www.undp.org/governance/docs/Policy-Guide-CSO_GOV_Booklet.pdf

Este Guia é apresentado principalmente como um recurso para os escritórios do PNUD que trabalham com governança democrática e buscam fortalecer o envolvimento, e posterior colaboração, com a sociedade civil. O Guia não pretende ser uma lista exaustiva das OSC que trabalham com governança democrática. Ele pretende mostrar a abrangência e complexidade cada vez maiores da atividade das OSC nesta área. O Guia tem por

objetivo: ilustrar a variedade de atividades de governança democrática desenvolvidas pelas OSC; mostrar os diferentes tipos de organizações na sociedade civil envolvidas com a governança democrática; e dar informação sobre uma pequena quantidade de fundações e fundos que financiam as iniciativas de governança democrática. As OSC são divididas pelo tipo de atividade que exercem em relação à governança democrática, ou seja, apoio político à governança democrática; desenvolvimento parlamentar; sistemas e processos eleitorais; justiça e direitos humanos; governo eletrônico e acesso à informação; descentralização, governança local e desenvolvimento urbano/rural; e reforma da administração pública e anticorrupção. A lista inclui todo tipo de organização que trabalha com governança, inclusive as organizações com foco em igualdade de gênero e direitos das mulheres.

7. GOVERNANÇA, COMUNIDADE E O LAR

Historicamente, o lar e, até certo ponto, algumas comunidades, são excluídos da conceitualização de governança.

Esta exclusão se baseia principalmente na separação artificial da esfera privada e da pública, apesar de as relações de gênero serem mediadas por regulamentos que perpassam as duas esferas: casamento, propriedade, herança e leis de nacionalidade; arranjos de tributação; legislação de emprego e seguridade social; lei corporativa, por exemplo. No entanto, em 1993 a Conferência Mundial de Direitos Humanos deu uma importante contribuição para formalmente preencher esta lacuna, afirmando que as ameaças e atos de tortura, violência, escravidão e exploração de mulheres e meninas na esfera privada também são violações aos direitos humanos e aos princípios democráticos, assim como aqueles nas chamadas esferas públicas (Ashworth 1996, nesta coletânea). Assim, para entender a governança em uma perspectiva de gênero é necessário incluir as comunidades e os lares tanto na análise dos problemas de gênero e governança, quanto na formulação das soluções.

Baden, S. (2000) *Gender, Governance and the Feminisation of Poverty, Women's Political Participation and Good Governance: 21st Century Challenges*, Nova York: PNUD

<http://www.undp.org/governance/docs/Gender-Pub-21stcentury.pdf>

Este sumário é uma adaptação do estudo.

O que é 'feminização da pobreza'? A 'boa governança' ajudará a reduzi-la? Da mesma forma, a redução da pobreza necessariamente ajudará a obter avanços na igualdade de gênero? Os princípios em relação a promover a escolha e participação das mulheres e homens são cada vez mais visíveis nas agendas de governança. Mas há uma tendência a promover a participação das mulheres da mesma forma que a dos homens. Isso pressupõe que a participação promoverá naturalmente os interesses das mulheres, não reconhecendo a natureza de gênero das instituições.

Este documento analisa os vínculos entre gênero, governança e pobreza. Ele enfatiza a importância de regras, normas e práticas institucionais para determinar os direitos e como essas pressões funcionam nas famílias e servem de base a fenômenos sociais maiores. Os debates sobre governança e pobreza se preocupam principalmente com questões de falhas do governo e, em menor escala, com falhas de mercado. No entanto, as políticas que respondem às 'falhas da família' também são importantes em uma perspectiva de gênero, principalmente: a falha de muitas famílias em oferecer um ambiente seguro para promover o bem-estar das mulheres e crianças (por exemplo, alimentação adequada, descanso e não violência e abuso); a relutância dos homens em contribuir financeiramente com o lar e com o sustento do filho, ou em assumir o trabalho de cuidado e doméstico; e a falha dos arranjos institucionais e de bem-estar de oferecer opções efetivas às mulheres.

O PNUD descreve a governança como "compreendendo cada instituição e organização de uma sociedade, da família ao Estado", mas, até agora, os debates sobre governança deram pouca atenção a questões de governança da família, que continuam no domínio da política social. Como dito nas análises anteriores sobre gênero e pobreza, entender as formas como as regras, normas e práticas nos lares sustentam formas maiores

de desvio é essencial para lidar com a pobreza com base em gênero. Este documento afirma que os marcos legislativos e político são necessários para promover opções e flexibilidade nos arranjos familiares (por exemplo, facilitando o divórcio por iniciativa da mulher), que reconhece a grande variedade de domicílios e sua natureza fluida, e que garantem uma condição igual ou paralela para diferentes tipos de família, independentemente de como considera sua legitimidade moral. Defende que deve haver medidas mais fortes para evitar que as mulheres entrem na pobreza ou privação caso a família venha a se desfazer, ou em caso de perda. Ao mesmo tempo, é necessário lembrar que o desmembramento da família pode deixar os homens solteiros bastante vulneráveis quando contam com redes limitadas de apoio social. É necessário pagar um complemento relacionado a cuidados (como benefícios para as crianças) aos cuidadores, independentemente de gênero.

Gupta, S. (2004) *Local to Local Dialogue: A Grassroots Women's Perspective on Good Governance*, Nairobi: Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (UN HABITAT)

http://www.huairou.org/assets/download/UrbanGovToolkit_L2L.pdf

Este sumário é uma adaptação da fonte.

Apesar de suas contribuições para a subsistência de seus lares e para o bem-estar de suas comunidades, as mulheres de baixa renda normalmente são excluídas dos processos de planejamento e decisão. Na realidade, essas mulheres são consideradas 'beneficiárias' ou 'clientes'. De qualquer forma, as mulheres pobres não são consideradas cidadãs que podem desempenhar um importante papel na transformação da governança. Este guia analisa o processo de 'diálogo local a local' e examina a governança pelas lentes de 'base' das mulheres. Ele argumenta que são questões de poder e compartilhamento de poder que estão no centro da governança. Depois destaca as estratégias usadas pelas mulheres marginalizadas para mudar a forma das relações de poder entre elas e as instituições governantes, de ação coletiva, capacitação, construção de alianças e capacidades de demonstração.

Enquanto a primeira metade da publicação discute essas estratégias, a segunda metade documenta os esforços dos grupos de base para influenciar e obter o apoio das autoridades na República Tcheca, no Quênia, na Tanzânia, Rússia, Argentina e Uganda. O documento conclui convidando os grupos de mulheres e as autoridades locais a deixarem seus papéis convencionais e passarem a trabalhar juntos na edificação de um relacionamento construtivo. As reais recompensas dos processos de diálogo se encontram em sua habilidade de construir relacionamentos robustos e duradouros, que geram benefícios para as mulheres pobres.

Hoskyns, C. e Rai, S. (2007) 'Recasting the Global Political Economy: Counting Women's Unpaid Work', *New Political Economy*, Vol. 12. Nr. 3: 297–317

Este sumário é uma adaptação do estudo.

Até hoje, a disciplina de Economia Política Internacional (EPI) tem priorizado o estudo do Estado e do mercado. Mas, e as esferas do social, do doméstico e do lar? Há uma sangria ampla e crescente das capacidades e dos recursos para reprodução social, ou seja, a 'cola' que mantém os lares e as sociedades unidos e ativos. Esta cola depende muito do trabalho não remunerado das mulheres no lar e na comunidade. A capacidade de

realizar este trabalho tem sido afetada, tanto no hemisfério norte quanto no sul, pela globalização da produção, a mudança das mulheres para trabalhos remunerados, a comercialização dos serviços e as mudanças nas funções do Estado. Como grande parte deste trabalho não remunerado não é mensurado, ele não contou como 'produtivo' no Sistema das Nações Unidas de Contas Nacionais (SNA). Isso significa que a sangria na reprodução social não é medida e só é percebida *ad hoc* e em pequena escala.

Este artigo avalia os motivos e as conseqüências desta não medição do trabalho não remunerado. Ele defende que é uma questão que demanda a atenção urgente dos estatísticos, economistas e formuladores de política, junto com as acadêmicas e ativistas. Sem medir e avaliar os serviços não remunerados e sua sangria, as previsões econômicas tendem a ser erradas, os modelos tendem a não ser exatos e as políticas de desenvolvimento tendem a apresentar falhas. A história da campanha pelo trabalho não remunerado nas últimas três décadas ilustra, por um lado, a relevância dessas questões e, por outro lado, a resistência encontrada para levá-las a sério. O documento conclui que a disciplina de EPI deve ser expandida e passar a incluir o reino da esfera reprodutiva e social, talvez se transformando na disciplina de Economia Social e Política Internacional (ESPI).

Este periódico pode ser adquirido em <http://www.tandf.co.uk/journals/carfax/13563467.html>.

Ele também está disponível na Biblioteca Britânica de Estudos de Desenvolvimento (BLDS), que faz entrega de documentos. Veja: <http://blds.ids.ac.uk/docdel.html>.

Wheeler, J. (2003) 'New forms of citizenship: democracy, family and community in Rio de Janeiro, Brazil', *Gender and Development*, Vol. 11. Nr. 3: 36–44 http://www.siyanda.org/docs/wheeler_citizendem.pdf

Este sumário é da Oxfam.

No Rio de Janeiro, Brasil, muitas famílias vivem em ocupações ilegais de terra, chamadas favelas, conjuntos habitacionais e subúrbios da classe trabalhadora. A vida diária da maioria dessas famílias pouco mudou com a democracia, em comparação à ditadura. Para alguns, a vida é mais definida pela violência relacionada ao tráfico de drogas. Esta distância do Estado resultou em uma interpretação da cidadania com base na sobrevivência de suas famílias e comunidades, e não nos direitos individuais. Os participantes descrevem sua cidadania ativa através da participação na comunidade, em atividades como a construção de um centro comunitário. A noção de cidadania comunitária também enfatiza um foco no sustento da família. Por exemplo, à medida que as reformas neoliberais avançam, as mulheres participam cada vez mais da economia de mercado para ajudar na renda familiar. Isso levou a uma transição nas relações de gênero, onde os homens assumem mais responsabilidades reprodutivas (apesar de esta continuar a ser em grande parte uma área das mulheres). Outro elemento central para a cidadania identificado pelos participantes é a dignidade. Por exemplo, eles mencionam o mau tratamento e o desrespeito na prestação de serviços públicos, assim como uma redução destes serviços, como uma violação de seus direitos de cidadania.

8. DETALHES DA REDE E DOS CONTATOS

Global

<p>BRIDGE (Reino Unido) Institute of Development Studies (IDS) University of Sussex Brighton BN1 9RE United Kingdom Tel: +44 (0)1273 606261 Fax: +44 (0)1273 621202 E-mail: bridge@ids.ac.uk Web: http://www.bridge.ids.ac.uk/</p>	<p>O BRIDGE apóia a defesa de gênero e os esforços de integração que constroem uma ponte sobre as lacunas entre teoria, política e prática com informações acessíveis e diversas sobre gênero, impressas e on-line.</p>
<p>Building Resources in Democracy, Governance & Elections (BRIDGE) A Course in Electoral Administration (GPO Box 768G, Melbourne VIC 3001) Level 8, 2 Lonsdale Street Melbourne VIC 3000 Australia E-mail: projectoffice@bridge-project.org Web: http://bridge-project.org/index.php?option=com_news_port al&Itemid=475</p>	<p>O BRIDGE busca criar administradores de eleição capazes e profissionais. Eles são essenciais para organizar as eleições e sem contar com as habilidades corretas, os processos eleitorais podem ser prejudicados. Para uma administração eleitoral efetiva e sustentável, o BRIDGE desenvolve a capacidade dos funcionários, ministrando cursos e oficinas. O BRIDGE também apóia a inclusão de mulheres no processo eleitoral.</p>
<p>Centre for Development and Population Studies (CEDPA) 1133 21st Street NW, Suite 800 Washington, D.C. 20036 USA Tel.: +1 (202) 667-1142 Fax: +1 (202) 332-4496 Web: http://www.cedpa.org</p>	<p>O CEDPA trabalha com mulheres líderes, parceiros locais e organizações nacionais e internacionais para oferecer às mulheres as ferramentas necessárias para melhorar suas vidas. Um de seus principais programas visa o fortalecimento da capacidade das mulheres de se tornarem líderes em suas comunidades e em seus países. Para tanto, o CEDPA ajuda as comunidades a cadastrarem eleitores, dar voz às mulheres nos esforços pela paz, mobilizar os defensores para melhorar a política pública e aumentar a participação política das mulheres. A organização tem projetos em andamento no Quênia, Nepal e na Nigéria.</p>
<p>International Gender and Trade Network (IGTN) Capacity Building IGTN Secretariat Rua da Lapa 180/908 e 909 Lapa RJ 20.021-180 Brasil Tel.: +55 21 2221-1182 Fax: +55 21 2215-9510 E-mail: secretariat@igtn.org Web: http://www.igtn.org</p>	<p>O objetivo da IGTN é ensinar, dar poder e mobilizar os ativistas de gênero e comércio, educadores e analistas políticos do mundo todo. Esses projetos se dão na forma de consultas com mulheres em nível comunitário, oficinas e o desenvolvimento de materiais escritos e recursos educativos populares. A IGTN realiza vários tipos de trabalho, divididos em sete áreas geopolíticas, onde as questões relevantes para uma determinada área podem ser analisadas mais detalhadamente.</p>
<p>International Institute for Environment and Development (IDEA) Sede: Strömsborg SE-103 34 Stockholm Sweden Tel.: +46 8 698 3700</p>	<p>O IDEA internacional apóia a democracia no mundo todo e se dedica a fortalecer as instituições e os processos democráticos. Trabalha com governos, agências da ONU, organizações regionais e outras envolvidas na construção da democracia em nível internacional, regional, nacional e local. Aí se inclui trabalhos de apoio, lobby, diversas campanhas e pesquisas.</p>

<p>Fax: +46 8 20 24 22 E-mail: na página do IDEA preencha o formulário de 'entre em contato conosco', perto do endereço da sede. Web: http://www.idea.int/gender/</p>	
<p>Organização Internacional do Trabalho (OIT) Departamento de Igualdade de Gênero 4 route des Morillons CH-1211 Geneva 22 Switzerland Tel.: +41 (0) 22 799 6730 Fax: +41 (0) 22 799 6388 E-mail: gender@ilo.org Web: http://www.ilo.org</p>	<p>A principal meta da OIT é promover oportunidades para que as mulheres e os homens participem de trabalho decente e produtivo, em condições de liberdade, igualdade, segurança e dignidade humana. Ela vê a inclusão das mulheres no local do trabalho como de suma importância para garantir o desenvolvimento da economia. O principal foco ou área temática da OIT no que diz respeito à igualdade de gênero coincide com as quatro metas estratégicas da organização, que são: promover os princípios e direitos fundamentais no trabalho; criar maiores oportunidades de emprego e renda para mulheres e homens; melhorar a cobertura e efetividade da proteção social; e, fortalecer o diálogo social.</p>
<p>The International Research and Training Institute for the Advancement of Women (INSTRAW) Gênero, Governança e Participação Política Cesar Nicolas Penson 102-A Santo Domingo República Dominicana Tel: +1,809,685/-2111 ramal 241 Fax: +1 809 685-2111 E-mail: Na página do INSTRAW vá em 'entre em contato conosco' e escolha 'Gênero, Governança e Participação' para enviar um e-mail à divisão de governança do INSTRAW. Web: http://www.un-instraw.org</p>	<p>O INSTRAW considera a integração da perspectiva de gênero à governança e aos atuais processos de descentralização como fundamental para chegar a um desenvolvimento humano igualitário, inclusivo e sustentável. O INSTRAW realiza pesquisas e estudos abrangentes sobre o progresso das mulheres, e conta com uma Divisão de Gênero, Governança e Participação Política.</p>
<p>International Trade Centre (ITC) E-mail: Na página do ITC, clique em 'Contato' e preencha o formulário e mande um e-mail. Web: http://www.intracen.org</p>	<p>O ITC pretende melhorar o sucesso dos pequenos negócios e do desenvolvimento humano, através de instituições de capacitação e de apoio comercial. O trabalho do ITC inclui a promoção da importância da incorporação de gênero aos negócios. Usando metodologias conhecidas de negócios, a organização explica as vantagens das empresárias participarem em diversos setores da economia privada.</p>
<p>International Women's Rights Action Watch (IWRAP) University of Minnesota 229 19th Avenue South Minneapolis, MN 55455 USA Tel.: +1 (612) 625 4985 Fax: +1 (612) 625 2011 E-mail: mfreeman@umn.edu Web: http://www.iwraw.net</p>	<p>A IWRAP é uma rede de acadêmicos, ativistas e organizações do mundo todo, com sede na Universidade de Minnesota. A IWRAP tem desempenhado um papel crucial na divulgação e no monitoramento da implantação da CEDAW. A IWRAP participa de treinamentos, conferências, grupos de peritos e eventos globais, analisando-os devidamente. As informações obtidas são usadas para expandir a aplicação da CEDAW no mundo todo.</p>
<p>Inter-Parliamentary Union (IPU) Oficial de Informação 5, Chemin du Pommier Case postale 330 CH-1218 Le Grand-Saconnex Switzerland Tel.: +41 22 919 41 50 Fax: +41 22 919 41 60 E-mail: postbox@mail.ipu.org</p>	<p>A IPU é uma organização internacionais de Paramentos de Estados soberanos. A IPU apóia o BPfA e busca alterar o equilíbrio entre homens e mulheres nas democracias parlamentares, por meio de estudos e pesquisas que consideram a maior inclusão das mulheres nas políticas parlamentares. A IPU também lista os benefícios específicos que as mulheres podem trazer ao processo democrático.</p>

Web: http://www.ipu.org	
<p>Escritório do Alto Comissariado para Direitos Humanos (OHCHR) Unidade de Direitos das Mulheres e Gênero (WRGU) Palais Wilson 52 rue des Paquis CH-1201 Geneva Switzerland Tel.: +41 22 917 90 00 E-mail: infodesk@ohchr.org Web: http://www.ohchr.org – busque 'WRGU' para ler sobre este trabalho.</p>	<p>Com sua divisão WRGU, o OHCHR busca estabelecer se as mulheres e seus respectivos direitos estão sendo atendidos pelos referenciais institucionais em países em situação de pós-conflito. A WRGU usa a consulta e análise para gerar relatórios que são entregues à ONU para suscitar debates sobre como os órgãos internacionais e os Estados Membros podem produzir estratégias eficientes para a reconstrução e a paz pós-conflito. O objetivo do OHCHR é “injetar realidade e pragmatismo” na implantação da Resolução 1325 do Conselho de Segurança e da CEDAW.</p>
<p>Escritório do Alto Comissariado para Direitos Humanos (OHCHR) Unidade de Direitos das Mulheres e Gênero (WRGU) Palais Wilson 52 rue des Paquis CH-1201 Geneva Switzerland Tel.: +41 22 917 90 00 E-mail: infodesk@ohchr.org Web: http://www.ohchr.org – busque 'WRGU' para ler sobre este trabalho.</p>	<p>Com sua divisão WRGU, o OHCHR busca estabelecer se as mulheres e seus respectivos direitos estão sendo atendidos pelos referenciais institucionais em países em situação de pós-conflito. A WRGU usa a consulta e análise para gerar relatórios que são entregues à ONU para suscitar debates sobre como os órgãos internacionais e os Estados Membros podem produzir estratégias eficientes para a reconstrução e a paz pós-conflito. O objetivo do OHCHR é “injetar realidade e pragmatismo” na implantação da Resolução 1325 do Conselho de Segurança e da CEDAW.</p>
<p>One World Action Bradleys Close White Lion St. London N1 9PF United Kingdom Tel.: + 44 (0)20 7833 4075 Fax: + 44 (0)20 7833 4102 E-mail: info@oneworldaction.org Web: http://www.oneworldaction.org</p>	<p>A One World Action apóia as organizações e os movimentos de mulheres na remoção de barreiras que excluem as mulheres da participação política. Em parceria com instituições e redes, eles oferecem aos homens e às mulheres as ferramentas para monitorar o compromisso governamental com a igualdade de gênero dentro da representação política.</p>
<p>Centro de Governança de Oslo (OGC) Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Postboks 2881 Toyen N-0608 Oslo Norway Borggata 2B N-0608 Oslo Norway Tel.: +47 23 06 08 20 Fax: +47 23 06 08 21 E-mail: oslo.governance.centre@undp.org Web: http://www.undp.org/oslocentre</p>	<p>O OGC promove a governança democrática, tanto como um fim quanto como um meio para alcançar as Metas de Desenvolvimento do Milênio. Para tanto, usa o compartilhamento de conhecimento entre as redes e o trabalho em equipe multidisciplinar, para oferecer orientação política e apoio técnico aos mais de 130 Escritórios de País do PNUD no mundo todo. Também envolve parcerias com instituições políticas e de pesquisa líderes em diferentes partes do mundo.</p>
<p>Pathways of Women's Empowerment Institute of Development Studies (IDS) University of Sussex Brighton East Sussex BN1 9RE United Kingdom Tel.: +44 (0)1273 678490 Fax +44 (0)1273 621202 E-mail: pathways@ids.ac.uk Web: http://www.pathways-of-empowerment.org/</p>	<p>O programa Pathways of Women's Empowerment cria um vínculo entre acadêmicos, ativistas e profissionais em diferentes regiões do mundo, que trabalham para fazer progredir o poder das mulheres no processo político local, regional e mundial. A organização cobre quatro principais temas de pesquisa: conceitos de outorga de poder e mudança; construção de eleitorado para justice e igualdade; trabalho de outorga de poder; e narrativas de sexualidade em mudança. A Pathways tem pólos de pesquisa em todo o mundo, que estão em contato com diversas agências, inclusive o UNIFEM.</p>

<p>Siyanda BRIDGE: Institute of Development Studies (IDS) University of Sussex Brighton BN1 9RE United Kingdom Tel.: +44 (0)1273 606261 Fax: +44 (0)1273 621202 E-mail: siyanda@ids.ac.uk Web: http://www.siyanda.org</p>	<p>O Siyanda é um banco de dados on-line de materiais sobre gênero e desenvolvimento, elaborados no mundo todo. Contém uma grande gama de recursos sobre questões de gênero e governança (pesquise 'governança'). O sítio apresenta resumos de todos os recursos apresentados nesta coletânea.</p>
<p>Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) Grupo de Governança Democrática Departamento de Política de Desenvolvimento 304 East 45th Street, 10th Floor New York, NY 10017 USA Fax: (212) 906 6471 E-mail: dgg@undp.org Web: http://www.undp.org/governance/gender</p>	<p>O PNUD busca eliminar os desvios de gênero nos marcos e paradigmas de desenvolvimento nacionais e internacionais; incorporar consciência de gênero às reformas políticas, de programas e institucionais; envolver os homens para dar um fim à desigualdade de gênero; e, desenvolver ferramentas com perspectiva de gênero para monitorar o progresso e garantir a prestação de contas. O PNUD trabalha com o OGC (acima) para incluir as mulheres no processo de tomada de decisão em nível domiciliar e parlamentar.</p>
<p>Divisão de Governança do UNIFEM 304 East 45th Street 15th Floor New York, NY 10017 USA Tel.: +1 (212) 906-6400 Fax: +1 (212) 906-6705 E-mail: O UNIFEM tem 16 escritórios regionais que podem ser contatados individualmente em relação a recursos específicos do país/região. Web: http://www.unifem.org/</p>	<p>O UNIFEM pretende reduzir a pobreza e a exclusão das mulheres, acabar com a violência contra as mulheres e alcançar a igualdade de gênero na governança democrática. Um dos pilares do trabalho do UNIFEM é a participação política das mulheres. A Unidade de Governança, Paz e Segurança enfatiza quatro pontos de entrada estratégicos para fazer progredir a condição das mulheres, com impactos de longo alcance e duradouros: usando a CEDAW para formular novas leis, construir novas parcerias pra fomentar a participação das mulheres, trazendo igualdade à reconstrução pós-conflito e buscando justiça de gênero.</p>
<p>United Nations Research Institute for Social Development (UNRISD) Democracia, Governança e Bem-Estar Palais des Nations 1211 Geneva 10 Switzerland Tel.: +41 (0) 22 917 3060 Fax: +41 (0) 22 917 0650 E-mail: info@unrisd.org Web: http://www.unrisd.org – escolha 'Democracia, Governança e Bem-Estar' ou 'Gênero e Desenvolvimento em 'Programas de Pesquisa'</p>	<p>O trabalho do UNRISD na Área de Programa de Democracia, Governança e Bem-Estar para 205 – 2009, tem como foco os seguintes aspectos: grupos organizados e desenvolvimento do bem-estar; políticas de redução de pobreza; descentralização e prestação de serviços; e, política social e transições para a democracia. O UNRISD também participa de pesquisas para seu Programa de Gênero e Desenvolvimento, incluindo os seguintes tópicos de pesquisa: dimensões de gênero da reforma judicial, descentralização, redistribuição e acesso das mulheres ao bem-estar.</p>
<p>University of Warwick Departamento de Estudos Políticos e internacionais Room S1.58 Coventry CV4 7AL United Kingdom Tel.: +44 (0)24 765 23429 Fax: +44 (0)24 765 24221 E-mail: shirin.raï@warwick.ac.uk Web: http://www2.warwick.ac.uk – search 'Shirin Rai'</p>	<p>O interesse da Professora Rai está na área de políticas feministas, democratização, globalização e estudos de desenvolvimento. Ela escreveu sobre questões de gênero, governança e de desenvolvimento. Ela consultou a Divisão da ONU para o Avanço das Mulheres e do PNUD. A Professora Rai tem dois trabalhos importantes que são úteis para entender o vínculo entre gênero e governança. São eles: <i>Gender Politics of Development</i> e <i>Global Governance Feminist Perspectives</i> (co-editado).</p>

<p>WOMANKIND 2nd Floor, Development House 56–64 Leonard Street London EC2A 4LT United Kingdom Tel.: +44 (0) 20 7549 0360 Fax: +44 (0) 20 7549 0361 E-mail: info@womankind.org.uk Web: http://www.womankind.org.uk</p>	<p>Os objetivos da WOMANKIND são permitir maior entendimento entre as mulheres sobre as questões que as afetam, do nível global ao nível doméstico. Em nível local, a WOMANKIND organiza grupos de mulheres para discutir as preocupações freqüentes que elas têm na comunidade. Esses grupos então se unem para formar redes de compartilhamento de conhecimentos e idéias. Essas redes recebem apoio para desenvolver as habilidades de participação nos processos de decisão em seus respectivos países, seja em termos eleitorais ou localmente.</p>
<p>Grupo de Gênero e Desenvolvimento do Banco Mundial Redução da Pobreza e Gestão Econômica 1818 H Street Washington, DC 20433 USA Tel: +1 (202) 473-0205 Fax: +1 (202) 522-3237 E-mail: Na página do Banco Mundial, escolha 'Contatos' e selecione o país que você tem interesse de conhecer melhor. Web: http://www.worldbank.org</p>	<p>Em 2001, o Banco Mundial adotou uma estratégia de inclusão de gênero e desenvolvimento e lançou uma declaração revista da Política Operacional e Procedimentos do Banco, em 2003. O relatório do Banco Mundial de abril de 2006 sobre Governança e Igualdade de Gênero promove a importância da igualdade de gênero para alcançar o desenvolvimento.</p>

Regional

<p>Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB), Manila, Filipinas</p> <p>Endereço postal: Caixa Postal 789 0980 Manila Filipinas Endereço comercial: 6 ADB Avenue Mandaluyong City 1550 Filipinas Tel.: +632 632 4444 (para todos os departamentos / escritórios) Fax: +632 636 2444 E-mail: http://www.adb.org/About/contact.asp Web: http://www.adb.org</p>	<p>O ADB é uma instituição internacional financeira de desenvolvimento que tem a missão de ajudar seus países membros em desenvolvimento a reduzirem a pobreza e melhorarem a qualidade de vida de seus povos. O ADB promove um programa no qual as mulheres eleitas para os órgãos governamentais em Bangladesh, no Nepal e no Paquistão vinculam os recursos de suas organizações governamentais e não governamentais às populações mais pobres, através de um marco único que aplica os três pilares da estratégia de redução da pobreza do ADB (crescimento econômico sustentável, a favor dos pobres; desenvolvimento social inclusivo; e, boa governança) em nível de base.</p>
<p>Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) Division de Asuntos de Genero Casilla 179 D Santiago Chile Tel.: +56 (2) 210 2565 Fax: +56 (2) 228 5184 E-mail: Na página da CEPAL, selecione 'Comentários' no pé da página e mande sua pergunta por e-mail. Web: www.eclac.org/default.asp</p>	<p>A CEPAL é uma das comissões regionais da ONU, com sede no Chile, e busca promover e implantar o desenvolvimento social de seus Estados membros. A CEPAL produziu um estudo sobre governança democrática e gênero que discute os feitos na promoção de novas agendas para melhorar o perfil das mulheres e suas interações com os governos, o Parlamento e as instituições de reforma do Estado.</p>
<p>Gender Links Sede na África do Sul 9 Derrick Ave, Cnr Marcia St. Cyrildene 2198</p>	<p>A Gender Links tem um compromisso com uma África do Sul onde as mulheres e os homens podem participar de forma igualitária em todos os aspectos da vida pública e privada. A governança é um dos temas missionários chaves</p>

<p>Johannesburg South Africa Tel: +27 (0)11 622 2877 Fax: +27(0)11 622 4732 E-mail: execassistant@genderlinks.org.za Web: http://www.genderlinks.org.za</p>	<p>que ela usa para implantar sua visão. A organização apóia as mulheres nos processos eleitorais da África do Sul, com foco principalmente em oferecer às mulheres as habilidades necessárias para participar do governo local e administrá-lo. As estratégias para o governo local incluem a África do Sul, Maurícios, Lesoto e a Namíbia, e são apresentadas no relatório <i>At the Coalface: Gender and Local Government in Southern Africa</i>.</p>
<p>International Women's Rights Action Watch (IWRAP) 777 United Nations Plaza New York, NY 10017 USA Tel.: +1 (212) 687-8633 Fax: +1 (212) 661-2704 E-mail: iwtc@iwtc.org Web: http://www.iwtc.org</p>	<p>O IWTC oferece serviços de comunicação, informação, educação e apoio às organizações de mulheres e grupos comunitários que trabalham para melhorar a vida das mulheres. Seu principal objetivo é voltado a dar às mulheres acesso à informação. Esta informação gera uma ênfase muito necessária sobre a participação das mulheres na arena da política pública e na construção de sociedades democráticas. Em associação com seus diversos parceiros e redes, o IWTC usa uma abordagem participativa para explicitar os vínculos entre as políticas globais e a preocupações diárias que afetam as mulheres em situação de pobreza.</p>
<p>PNUD da Europa Oriental e Escritório Sub-regional do CIS Centro Regional do PNUD na Bratislava Grosslingova 35 811 01 Bratislava Slovak Republic Tel.: +421 (2) 59337 111 Fax: +421 (2) 59337 450 E-mail: webeditor.rbec@undp.org Web: http://europeandcis.undp.org/home/regionalprojects - e seleccione 'gênero'</p>	<p>O PNUD tem uma área focal de Gênero e Governança na Europa e no CIS. Seu objetivo é alcançar a democracia inclusiva nos novos Estados europeus, incluindo as mulheres no diálogo político e nas decisões públicas.</p>
<p>Women for Women International Escritório do Reino Unido 32-36 Loman Street London SE1 0EH United Kingdom Tel: +44 (0)207 922 7765 Fax: +44(0)207 922 7706 E-mail: general@womenforwomen.org Web: http://www.womenforwomen.org</p>	<p>A Women for Women International apóia as mulheres que foram direta ou indiretamente afetadas por guerras e conflitos. Entre os países, estão o Afeganistão, a Bósnia e Herzegovina, Ruanda, Kosovo e o República Democrática do Congo. Em períodos pós-conflite a Women for Women International oferece alimentos e ajuda médica; conscientização sobre direitos; habilidades de trabalho e serviços de negócios. Ao usar esse apoio, as mulheres se envolvem no processo de decisão como, por exemplo, na organização de trabalhos com a nova constituição iraquiana e sua assistência por meio de conferências e oficinas de qualificação garantem que as mulheres continuem a fazer parte do processo de tomada de decisão.</p>
<p>Women Living Under Muslim Laws (WLUML) Escritório Internacional de Coordenação PO Box 28445 London N19 5NZ United Kingdom E-mail: wluml@wluml.org Web: http://www.wluml.org</p>	<p>A WLUML é uma rede internacional de solidariedade de presta informações, apoio e oferece um espaço coletivo para as mulheres cujas vidas são moldadas, condicionadas ou governadas pelas leis e costumes que dizem vir do Islã. Conta com uma perspectiva de gênero sobre política e poder na região do sul da Ásia. Tem por objetivo promover o entendimento dos partidos políticos nacionais, a auto-governança local, tais como <i>panchayats</i>, <i>jirgas</i> e <i>salishes</i>, assim como o apoio ao ativismo das mulheres.</p>

Nacional

<p>AI-Urdun Al-Jadid Research Center (UJRC)</p> <p>Endereço: 39 Mecca Street, opp. Dahiet al Hussein Hourani Complex, 3rd floor Amman Jordan</p> <p>Endereço postal: PO Box 940631 Amman 11194 Jordan Tel.: +962 (6) 553 3112 /4 Fax: +962 (6) 553 3118 E-mail: ujrc@ujrc-jordan.org info@ujrc-jordan.org Web: http://www.ujrc-jordan.org</p>	<p>Uma das principais metas do UJRC é dar poder aos segmentos sub-representados da sociedade da Jordânia. Assim, o UJRC dá uma atenção especial aos movimentos e às organizações de mulheres, considerando-os como um dos elementos essenciais da sociedade civil da Jordânia. O UJRC assegura a inclusão das mulheres no processo democrático e eleitoral desenvolvendo pesquisas científicas, administrando as discussões e os diálogos, organizando conferências e oficinas e trocando expertise e experiências com outras organizações regionais e internacionais. Apesar de ter como principal preocupação a Jordânia, o centro também realiza um trabalho regional no mundo árabe.</p>
<p>O Programa de Gênero e Governança no Quênia (GPP)</p> <p>Endereço postal: PO Box 20956 00202 Nairobi Kenya</p> <p>Endereço comercial: Makueni Road, off Othaya Road Kileleshwa Kenya Tel.: +254 20-2068162 E-mail: admin@acwit.org Web: http://www.gendergovernancekenya.org</p>	<p>O GPP foi desenvolvido para acompanhar o Programa de Incentivo ao Processo Político implementado em 2002 para apoiar a participação ativa das mulheres nas eleições gerais de 2002. A meta geral do GPP é transformar a liderança e a governança em todos os níveis no Quênia, para reduzir a pobreza, aumentar o acesso às necessidades básicas e melhorar a igualdade. Para tanto, contou com a cooperação de 33 organizações no Quênia para terceirizar capacitar as mulheres em seus eleitorados. O GPP pode organizar várias atividades, inclusive: debates eletrônicos, treinamento de potenciais parlamentares, influência sobre os partidos políticos através do apoio e incentivo à pesquisa.</p>
<p>Busca por Pesquisa Participativa na Ásia (PRIA)</p> <p>Diversos escritórios na Índia: escolha 'Entre em contato conosco' no sítio da PRIA (veja abaixo) e então no menu rolante em 'Escritórios' selecione a opção adequada.</p> <p>Sede 42 Tughlakabad Institutional Area New Delhi 110062 India Tel.: 011-2995 6908, 2996 0931/32/33 Fax: 011-2995 5183 E-mail: info@pria.org Web: http://www.pria.org</p>	<p>A visão da PRIA é assegurar que todos os membros da sociedade indiana participem no aprofundamento da democracia, aceitando a diversidade. Aí se incluem grupos marginalizados, como as mulheres. A PRIA pretende assegurar que um grande número de pessoas participe do processo de governança. Para tanto, emprega a capacitação, a construção do conhecimento e o apoio político. Inclui o desenvolvimento de redes de desenvolvimento e de organizações de apoio, para envolver as mulheres no debate, na formulação política, na reforma das políticas existentes e na melhoria do aparato do Estado e nos vínculos com outras redes na Ásia e no mundo todo.</p>